

MARIA APARECIDA FINOTTI OLIVEIRA

**OS SENTIDOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS RELAÇÕES
SOCIAIS DOS SEUS BENEFICIÁRIOS**

**ASSIS
2009**

MARIA APARECIDA FINOTTI OLIVEIRA

**OS SENTIDOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS RELAÇÕES
SOCIAIS DOS SEUS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis — UNESP para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Abílio da Costa-Rosa

**ASSIS
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

O48s	<p>Oliveira, Maria Aparecida Finotti</p> <p>Os sentidos do Programa Bolsa Família nas relações sociais dos seus beneficiários / Maria Aparecida Finotti Oliveira. Assis, 2009</p> <p>132 f. : il.</p> <p>Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.</p> <p>1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Brasil - Condições sociais. 3. Políticas públicas - Brasil. 4. Significação (Psicologia). I. Título.</p> <p>CDD 153.42 361.610981</p>
------	--

MARIA APARECIDA FINOTTI OLIVEIRA

**OS SENTIDOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS RELAÇÕES
SOCIAIS DOS SEUS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis — UNESP para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Abílio da Costa-Rosa

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa
ORIENTADOR
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS — UNESP - ASSIS

Profª. Dra. Jolinda de Moraes Alves
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Prof. Dr. Silvio José Benelli
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS — UNESP – MARÍLIA

Assis, 14 de Maio de 2009.

*Dedico com imenso carinho à minha
família, pelo incentivo e afeto compartilhados
durante nosso caminhar; fonte de inspiração.*

Agradeço ao meu orientador pela sabedoria compartilhada de forma generosa e acolhedora.

A professora Hilda Caruso (in memoriam) pelas importantes contribuições realizadas em minha trajetória acadêmica e pessoal.

Aos colaboradores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ourinhos pela amizade e companheirismo.

A todos que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho: usuários, amigos, família e anônimos.

Oliveira, Maria Aparecida Finotti. **Os sentidos do Programa Bolsa Família nas relações sociais dos seus beneficiários** / Maria Aparecida Finotti Oliveira. 2009, 132p. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2009.

RESUMO

Este estudo tem como objeto a análise do Programa Bolsa Família - PBF, pertencente ao atual Sistema de Proteção Social Brasileiro, com o objetivo de apreender os possíveis sentidos (significações) do Programa Bolsa Família (PBF) nas relações sociais dos seus beneficiários, a partir de suas falas, à luz do método dialético. O recorte deste trabalho apresenta um breve percurso histórico e teórico das políticas sociais frente à questão social, passando pelas políticas de renda mínima e o atual sistema de proteção social brasileiro, desembocando no objeto deste trabalho sobre o Programa Bolsa Família. Analisam-se os aspectos referentes à sua fundamentação e operacionalização, a partir de fatos e expressões vividas por beneficiários e profissionais que atuam com esta demanda social. O Serviço Social se une ao diálogo face ao seu envolvimento nos processos de gestão do PBF e no enfrentamento das expressões da questão social. O processo dialógico entre o empírico e o teórico pautado no método dialético de pesquisa se operacionalizou a partir de um estudo de campo que utilizou entrevistas semi-estruturadas individuais e grupais realizadas nos espaços de visitas domiciliares. Também foram realizadas observações no cotidiano profissional da pesquisadora, por meio da pesquisa participante. Interligaram-se ao processo de análise da pesquisa outras perspectivas estéticas, artísticas e literárias, tais como: charges, imagens, animações, filmes e a citação de trechos de poemas e músicas, na intenção de colocá-los em ressonância com o trabalho, ainda na possibilidade de observar os fenômenos sociais sobre outros enfoques e sentidos. Foram construídas algumas categorias de análise a partir dos dados da pesquisa de campo: *“Famílias monoparentais e mãe como arrimo de família”*; *“Fragilização dos vínculos conjugais”*; *“Contribuição para a formação educacional e profissional”*; *“Deus como o amparo”* e *“Impotência social”*; *“Aparência de interferência e não interferência do PBF na dimensão subjetiva”* e *“Vivência psíquica preservada”*; *“Possibilidade de previsibilidade”*; *“Deslocamento nos ideais pelo PBF”*; *“Ampliação do poder de contratualidade social”* e *“Pertença social”*, *“Dificuldades no exercício das funções parentais”*; *“Herdados e herdeiros de outros programas sociais”*; e *“Administração exímia de valores irrisórios”*. Vislumbram-se três veios importantes de sentido nas categorias construídas: os que se beneficiam com repercussão de sentido tanto nas relações sociais, quanto na dimensão subjetiva; benefícios revelados nas mudanças, embora sutis, na posição social e na posição subjetiva e, aqueles que usufruem do benefício como um suprimento útil, porem sem repercussão além das necessidades imediatas. Contudo, tais sentidos ainda estão atrelados à condição de “assujeitados”, ausentes da concepção de sujeitos de direitos.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família (Brasil), Brasil - Condições sociais, Políticas públicas – Brasil, Significação (Psicologia).

Oliveira, Maria Aparecida Finotti. **The meanings of the Bolsa Família Program in social relations of its beneficiaries** / Maria Aparecida Finotti Oliveira. 2009, 132p. Dissertation (Masters in Psychology and Society). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2009.

ABSTRACT

This study focuses the analysis of the Bolsa Família Program - PBF, belonging to the current Brazilian Social Protection System, with the aim of understanding the possible senses (meanings) of the Bolsa Família Program (PBF) in social relations of its beneficiaries, from of his speech in light of the dialectical method. The cut this paper presents a brief history and theory of social policies to coping social issue, through the policy of minimum income and the current Brazilian system of social protection, the leading object of this work on the Bolsa Família Program. It examines aspects related to their reasons and operation, from facts and expressions experienced by beneficiaries and professionals who work with this social demand. The Social Service is a dialogue to address its involvement in the process of managing the PBF and the confrontation of the terms of the social question. The dialogue process between the empirical and theoretical based on the dialectical method is the search operation from a field study that used semi-structured individual and group carried out in areas of home visits. Also comments were made in the daily work of the researcher, through participatory research. Connecting to the process of analysis of other research perspectives aesthetic, artistic and literary, cartoons, images, animations, movies and quote the portions of the poems and songs, in order to place them in resonance with the work, even in opportunity to observe the social phenomena on other approaches and directions. We built some categories of analysis from the data of field research: “Single-parent families and mother and provider”; “Frailty of the marital relationship”; “Contribution to education and training”; “God as the sustenance” and “social impotence”; “Appearance of interference and non interference in the size of PBF subjective” and “Experience mental preserved”; “Possibility of predictability”; “Displacement in the ideal PBF”; “Expanding the power of social contractuality” and “Membership social”; “Difficulties in the performance of parental functions”; “Inherited and heirs of other social programs” and “Administration of excellent values derisory”. There are three major veins of meaning built into the categories: those who benefit from passing a sense both in social relations, as the subjective dimension; benefits revealed the changes, although subtle, in social position and subjective position and those who enjoy qualify as a supply useful, but without passing beyond the immediate needs. However, these directions are still tied to the condition of “to subjected”, absent the development of subjects of rights.

KEY-WORDS: Program Bolsa Família (Brazil), Brazil - Social Conditions, Public Policy - Brazil, Meaning (Psychology).

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	10
1- POLÍTICAS SOCIAIS DE RENDA MÍNIMA E O ATUAL SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO	22
2 - O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL	54
II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
III - OS SENTIDOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	67
IV – CONSIDERAÇÕES	81
V - FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXOS	
A- Tabela com valores de benefícios - referência mês de Junho de 2008	95
B- Tabelas com valores de benefícios - referência após Julho 2008	96
C- Tabela - Indicação da primeira política social de cada país	97
D- Tabela - Indicação de Programas de Renda Mínima no Mundo	99
E- Quadro - Indicação de Programas de Renda Mínima na América Latina e Caribe ...	100
F- Quadro - Descrição de Programas Federais Complementares ao PBF	101
G- Quadro – Secretarias do MDS	102
H- Notas sobre o PBF e alguns procedimentos	104
I- Quadros - Dispositivos Normativos do PBF e Acessórios	107
J- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	111
K- Filmografia	113
L- Filmografia Complementar	117
M- Imagens	119
N- Animações	123
O- Charges	124
P- Roteiro da pesquisa de campo	131
Q- Identidade Visual do Programa Bolsa Família	132

INTRODUÇÃO

"Ai, palavras, ai, palavras, / que estranha potência, a vossa!
/ Ai, palavras, ai, palavras, / sois de vento, ides no vento, /
no vento que não retorna, /e, em tão rápida existência, /
tudo se forma e transforma!"¹

Cecília Meireles

A manifestação lírica de Cecília Meireles coloca com delicadeza e simplicidade o valor e a força das palavras. Dissertar é um desafio que se impõe ao interlocutor de uma pesquisa no meticuloso processo de narrar, de testar o valor e a força das palavras na construção do texto, utilizando-as adequadamente, tendo em vista, o compromisso de apresentar os resultados obtidos diante da análise de uma dada realidade, na intenção de compreendê-la nas esferas da totalidade social e contribuir com o processo de construção do conhecimento.

Nesse sentido, a vertente de análise desta dissertação foi mediada pelo paradigma dialético de transformação social. A sua narrativa apresenta os resultados de um estudo sobre fenômenos sociais situados no campo das políticas sociais. Tem como objeto de estudo o Programa Bolsa Família – PBF, na busca dos sentidos (significações) desse programa para a realidade social dos seus beneficiários. Tais sentidos serão procurados por intermédio da leitura das falas desses beneficiários, obtidas tanto em situações espontâneas, quanto em entrevistas semi-estruturadas.

Considerou-se que as palavras, organizadas em enunciados discursivos, tanto expressam quanto auxiliam os sujeitos coletivos na organização e na orientação frente à realidade social, a partir das percepções e sentidos apreendidos e conferidos a essa realidade. Ao longo de sua história, o sujeito significa e ressignifica seu presente e seu vir-a-ser, movimentando-se como produto e produtor da sua história e da história da formação social na qual está inserido, num processo dialético. Interage, portanto, na concretude de um cotidiano contraditório, em função do qual pode aceitar as oportunidades de situar-se, ou não, no desafio de apenas reproduzir seu mundo ou de engajar-se na transformação da própria realidade social.

Desse modo, esta pesquisa pretendeu não só formar conceitos acerca do tema, mas vislumbrar significações capazes de traduzir a historicidade do fenômeno: historicidade captada na análise do fenômeno, em documentos e discursos político-ideológicos que

¹ Trecho da poesia “Das palavras aéreas” de Cecília Meireles.

pretendem enunciá-lo socialmente. Mas, sobretudo, procurou-se ouvir os indivíduos como produtores de dados empíricos que surgem em suas falas. O estudo desses dados, com auxílio do método dialético de construção de categorias de análise, constituiu o esforço de transpor o resultado apenas imediato dos discursos, procurando caminhos em direção aos possíveis sentidos atribuídos ao PBF e seus efeitos nas relações sociais dos seus usuários.

Nesse sentido, interligaram-se ao processo de análise da pesquisa outras perspectivas estéticas, artísticas e literárias, tais como: charges, imagens, animações, filmes e a citação de trechos de poemas, na intenção de colocá-los em consonância com o trabalho, ainda na possibilidade de observar os fenômenos sociais sobre outros enfoques e sentidos. Enfim, os procedimentos metodológicos deram ênfase ao trabalho qualitativo dos dados percebidos.

O interesse da pesquisadora em destacar nas ações sociais os aspectos que impulsionem a transformação social surgiu desde sua escolha em cursar graduação em Serviço Social. Movida pela indignação frente às formas excludentes de produção e reprodução das relações sociais, procurou situar-se do lado da busca de alternativas à legitimação de uma sociedade mais justa. Seguida pelo desejo contínuo de aprofundar os pressupostos epistemológicos acerca dos fenômenos sociais, e principalmente, por estar desde o ano de 2006 desenvolvendo atividades sociocupacionais na função de Diretora de Proteção Social e Organização Comunitária na Secretaria Municipal de Assistência Social de Ourinhos/SP.

O desafio de dirigir equipes que atuam em dispositivos institucionais – Centros de Referência de Assistência Social – CRAS(s), na categoria de proteção social básica em Ourinhos, aumentou o compromisso ético-político fundamentado na transformação social.

Nesse processo, muitos questionamentos surgiram: como consolidar os direitos de proteção social para aqueles que se tornaram usuários da Assistência Social, de tal forma que não se perca de vista o seu processo emancipatório; como garantir o acesso aos serviços e às seguranças básicas contidas na proposta do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; bem como os 10 direitos sócio-assistenciais, frente às expressões da questão social que pulsam fortemente no cotidiano profissional dos trabalhadores sociais? Como contribuir de fato com o processo de protagonismo e emancipação social dos sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social?

Pautar-se pela ética do protagonismo e emancipação social se torna mais desafiante, na medida em que não é incomum deparar-se, no cotidiano profissional, com “beneficiários” que parecem passivos diante das adversidades da vida, chegando mesmo, aparentemente, a certa prostração psíquica. Sujeitos aparentemente “impermeáveis” às intervenções praticadas pelos

técnicos da Assistência Social. Muitos desses beneficiários são oriundos de outros programas sociais e se mantêm em situação de subalternidade e de pobreza, dependentes desses programas para o provimento de suas necessidades básicas.

Entretanto, será que esses sujeitos não querem ou não conseguem romper com essa situação, como se persistissem na manutenção de um “legado” da condição de pobreza de gerações anteriores? Qual o sentido há em ser assistido por um programa social que só faz persistir a mesma condição de pobreza? Estariam alienados a ponto de não compreenderem a sua condição de sujeitos, apesar das condições adversas?

No imediato empírico se observa em alguns beneficiários, a apatia e o desinteresse pela mudança. Mas é preciso analisar os fatos para além das aparências em busca da totalidade concreta em que se integram.

No desejo de encontrar respostas para esses questionamentos, bem como entender as suas múltiplas determinações e a historicidade das políticas sociais e dos programas de transferência de renda, consultou-se a literatura especializada na temática da pesquisa. É possível notar que os sujeitos, ao longo do seu processo de desenvolvimento social, visualizaram inúmeras formas de estrutura organizacional sob o escopo de políticas e práticas sociais, redesenhadas sempre ao sabor do tempo, ou seja, do peso do instituído e de suas necessidades, ora privilegiando uma determinada área da vida, ora outra, no entanto, fragmentadas e insuficientes para promover mudanças estruturais.

Gradual, desafiadora, diferenciada, contraditórias e supridoras são algumas expressões presentes no desenvolvimento sócio-histórico das políticas públicas sociais. Quando analisadas, é necessário relacioná-las com um processo engendrado nos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora em confluência com as forças do Estado capitalista, representante dos interesses socialmente dominantes. Nesse processo, cada parte, com suas características, interesses e valores, delineia intervenções, ora visando ao enfrentamento de situações insustentáveis ora, por outro lado, ao controle de situações que ameaçavam a estabilidade hegemônica. O conceito de Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH), de Gramsci, ainda se mostra o recurso conceitual adequado para o esclarecimento de tais processos de luta social (Portelli, 1977).

Segundo Pereira (2007), cabe ressaltar que:

[...] em se tratando da política social, como de resto de toda e qualquer política, a história tem mostrado que, em qualquer tempo e contexto sócio-cultural, a política social tem procurado satisfazer as necessidades sociais, mas sem deixar de atender “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio”, Casado, 1998, p. 4, das elites no poder. É esta característica da política social – herdada não propriamente da ordem burguesa, mas

de todos os modos de produção divididos em classe (escravista, feudal, capitalista) – que faz dela, conforme Mishra, um fato ao mesmo tempo longo e contemporâneo, além de simultaneamente positivo e negativo (Pereira, 2007, p. 27).

Permeadas de contradições – num conjunto expressivo de aspectos que abarcam princípios, leis, direitos, investimentos, ideologias, regulação social – as políticas sociais não acontecem isentas de ingerências econômicas e com seus métodos orientam contextos agitados por mudanças estruturais e históricas². Também não é difícil supor, que as políticas públicas de Assistência Social são frequentemente utilizadas como respostas táticas para conter avanços dos interesses e valores socialmente subordinados no PEH, quando não utilizadas diretamente para evitar o caos resultante da exclusão completa de parcelas da população, radicalmente apartadas de toda a circulação social da produção e do consumo (Costa Rosa, 1987).

No decorrer da história, muitos paradigmas surgiram na tentativa de enfrentar a questão social. Contudo é notória em seus fatores fundantes, durante o século XIX, a ocorrência de importantes mudanças na estrutura econômica e no sistema político das cidades capitalistas centrais, as quais impulsionaram intervenções, ora inéditas, ora reconfiguradas, no seu enfrentamento.

Pereira (2008) sustenta que:

[...] o referido século foi sacudido por três grandes acontecimentos, detectados oportunamente por Flora e Heidenheimer na obra dos clássicos (Tocqueville, Weber, Marx, Durkheim): a) a transformação qualitativa das técnicas de produção, iniciada no século XVIII, que recebeu o nome de *Revolução Industrial* por analogia ao conceito de revolução política; b) a eclosão da democracia de massas, e c) a constituição dos Estados nacionais (Pereira, 2008, p.31)

Dessa forma, tais mudanças imprimiram uma nova lógica de exploração, desencadeando-se na divisão de toda a sociedade duas classes diretamente contrapostas: a burguesia e o proletariado.

Efetivamente, para Marx e Engels:

[...] A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massa de operários, concentrados na fábrica, estão organizadas de forma militar. Como soldados rasos de indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas diariamente, em todas as horas, escravos da máquina, do capataz e, sobretudo, do patrão da fábrica. E este despotismo é tanto mais mesquinho, odiosos, exasperador, quanto maior é a franqueza com que proclama que não tem outro fim que o lucro (Pereira, 2008, p. 32).

Cenas como estas foram intensamente exploradas pela cinematografia que, com suas tecnologias pode se tornar um instrumental valioso de interpretação dos diversos palcos da

² Vide anexo C (página 97).

realidade social. Muitas vezes nessas obras aparecem as “encomendas” dos modos de produção, apreendidas e veiculadas, por meio das “estrelas”, como essenciais à vida cotidiana.

Morin (1980) na sua crítica em “As Estrelas de cinema” explicitou que estas “estrelas” continuam a apadrinhar produtos de lingerie, cosméticos, concursos de beleza, competições desportivas, vendas de escritores, festas de caridade, eventualmente eleições. Nos Estados Unidos, as estrelas intervêm ativamente nas campanhas políticas. Ainda assim, obras cinematográficas produzidas com compromisso ético e científico, espreitadas com criticidade, são importantes veículos que contribuem para desvelar os “espetáculos” do ideário da humanidade.

À vista destas considerações, o último filme de Charles Chaplin *Tempos Modernos*, (cf. Sinopse, página 115) focalizou a vida americana na sociedade industrial caracterizada pela produção com base no sistema de linha de montagem e na especialização do trabalho. Pode-se considerar uma crítica à “modernidade” e ao capitalismo representado pelo modelo de industrialização, onde o operário é engolido pelo poder do capital e perseguido por suas ideias “subversivas”.

Germinal, filme baseado na obra do escritor francês Émile Zola, retrata o processo de gestação e maturação de movimentos grevistas e de uma atitude mais ofensiva por parte dos trabalhadores das minas de carvão do século XIX na França em relação à exploração por seus patrões.

Estas duas obras, além de outras igualmente significativas, descritas nos anexos desta dissertação (páginas 113 e 117), remetem ao imaginário da época em questão, aproximando-se de possíveis focos de interpretação e entendimento da temática apresentada.

A temática das políticas sociais vinculadas à formatação de sistemas de proteção social, segundo Behring e Rossetti (2007), são desdobramentos e até mesmo respostas de enfrentamento – em geral setorizadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho; com isso, se formulou o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar) em decorrência do atrito dessas relações em resposta às demandas sociais da época.

O *Welfare State*, segundo Mishra (1995), é um fenômeno histórico específico do segundo pós-guerra, de conteúdo normativo e intervencionista ocorrido na Europa. O autor acredita que por meio da sua institucionalização, a política social se tornou um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais de cidadania.

Pereira (2008, p. 90) ressalta outros aspectos deste paradigma de proteção social, a saber:

[...] o receituário Keynesiano de regulação econômica e social, inaugurado nos anos 30; as postulações do Relatório *Beveridge* sobre a Seguridade Social, publicadas em 1942; e a formulação da teoria trifacetada da cidadania, de T. H. Marshall, nos fins dos anos 1940. Cada um desses marcos gira em torno de um eixo particular que, conjuntamente, formam as colunas mestras (teóricas, políticas e ideológicas) modernas do *Welfare State* e de suas políticas: pleno emprego (*Keynes*); seguridade econômica e de existência (*Beveridge*); e direitos de cidadania (*Marshall*).

Welfare State, para Gomes (1999, p. 65), pode ser compreendido:

[...] como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.

Esta política social estabelece medidas de proteção social a partir do desenvolvimento da sociedade industrial, ou seja, cria-se uma “proteção” social, antes de tudo para a parcela social representada pelos trabalhadores, como uma espécie de efeito das lutas protagonizadas por todos os trabalhadores e veiculadas por certas facções da política organizada sob as bandeiras da Social-Democracia. Entretanto, as contradições entre os valores do trabalho e os do próprio Capital acirraram-se de tal modo que logo ficou notória a pouca capacidade que tais forças social-democratas tinham para realmente proteger os interesses representados pelos trabalhadores. O que era para ser uma sociedade da proteção logo viu avolumarem-se os problemas sociais decorrentes da entrega da contradição social entre o Capital e o Trabalho a lei do mercado, portanto sem a mediação do *Welfare*. Essa inflexão no liberalismo veio a ficar conhecida como etapa neoliberal.

Desdobramentos do *Welfare State*, entretanto, são mantidos com o objetivo de suprir mínimas garantias: proporcionar renda mínima para as famílias nas contingências sociais (doença/velhice) e assegurar a todos os cidadãos qualidade nos serviços sociais. O *Welfare State* começa a apresentar seus primeiros sintomas de crise ainda na década de 70. De acordo com Draibe & Henrique (1998), acredita-se que esta crise surgiu da parceria entre Política Social e Política Econômica (Keynesiana), em que o *Welfare State* deveria regular e estimular o crescimento econômico e ao mesmo tempo solucionar conflitos sociais.

Ao longo do tempo, com os adventos tecnológicos, isto é, com o desenvolvimento da capacidade do próprio Capital em realizar mais-valia, é possível notar o desmonte do *Welfare State*, efeito da “sociedade da produção”, em crise e em transformação para uma sociedade do consumo. O valor que antes era realizado diretamente pelo trabalho, com a entrada das máquinas diretamente na produção, e também devido a outros ajustes no edifício econômico-social, será a partir de certo momento realizado via consumo. Fica, a partir de então,

acentuada a função de suporte de “valor-de-troca” dos “valores-de-uso” da produção em geral.

Mas, como tais processos sociais envolvem a exclusão de contingentes de trabalhadores da produção, mesmo nos países de capitalismo central, surge um impasse: como consumir sem previsão de renda? Como negociar, diante da “crise do capital”, os desejos, “sonhos de consumo”, cada vez mais enfaticamente veiculados nas novas estratégias mercadológicas de manutenção do fetiche da mercadoria, em tamanha instabilidade financeira ou mesmo na ausência de renda?

Em plena vigência da sociedade de mercado (regência pela lei do mercado e sociedade de consumo) – e tendo em vista a necessidade de uma agenda social capaz de acomodar e reduzir as tensões sociais dessa época – o suprimento de renda mínima para o sustento e provimento das condições de subsistência dos sujeitos expropriados pelo capital torna-se imprescindível. O Estado é chamado agora a implantar programas diversos de transferência de renda para os excluídos, a serem minimamente incluídos, via consumo, outorgando certa maleabilidade às tensões sociais nesse momento de crise³.

Chega-se mesmo a incluir certas garantias de uma renda mínima nos textos constitucionais.

Dias refere que:

[...] o século XX, contudo, registra o desenvolvimento de um novo tipo de regulação – o Welfare State – com forte intervenção estatal na regulação das relações econômicas e sociais que após a década de 1970, passa a sofrer os efeitos da reestruturação produtiva, bem como o surgimento do neoliberalismo. Nesse novo contexto, reaparece com força o debate sobre a suposta “nova” questão social, com a proliferação dos programas de transferência de renda como uma das formas de enfrentar o desemprego e seus efeitos (2006, p. 13).

No ano de 1986, foi criada a Rede Europeia de Renda Básica, conhecida como BIEN (*Basic Income European Network*), por um grupo de especialistas nas áreas de economia, filosofia e ciência social, com o propósito de estabelecer um espaço de debate, interlocução e interação de todas as experiências vigentes no mundo sobre transferência de renda, imposto de renda negativo, crédito fiscal por remuneração recebida, renda básica, renda de cidadania e

³ Os efeitos desta crise, ao longo do tempo, desencadearam situações de vulnerabilidade e risco social, pois conforme as informações da mídia e de vários estudiosos, eles estão atrelados a precarização do trabalho. Castel (1998, p. 526) refere que esta precarização é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno; a globalização, impulsionando a mundialização do capital e outras estratégias hegemônicas, desencadeou o desemprego estrutural, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, o aumento da população de rua, da fome, de variadas formas de violência, a falta de acesso a bens e serviços, de justiça e também o exercício pleno da cidadania, dentre outras. São todas situações excludentes numa aldeia global que, por sua vez, globaliza com grande potencialidade apenas interesses capitalistas sobrepostos aos valores essenciais à vida humana.

outras afins, bem como intensificar o ideário de que em cada país se implante um dispositivo de renda básica incondicional.

Dentre os fundadores e colaboradores da BIEN estão Philippe Van Parijs, Class Offe, Guy Standing, Edward Meade, Maria Ozanira da Silva e Silva. Estes intelectuais reúnem-se com frequência bianual para discutir as experiências existentes em cada país. Ressaltam que a transferência de renda, na medida do possível, para o provimento das necessidades básicas dos indivíduos, sem distinção de raça, sexo, idade, condição socioeconômica, asseguraria a todos o direito inalienável de participar da riqueza da nação. Nada se diz sobre essa realização hiperbólica do sujeito, exclusivamente na esfera do consumo?

No Brasil, o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy propôs o Projeto de Lei nº. 80/1991 que instituía o Programa de Renda-Mínima, por meio de um imposto de renda negativo, destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade que auferissem uma renda que correspondia a cerca de 2,25 salários mínimos atuais. Silva considera que:

[...] A partir de então se inicia um longo caminho que se constrói marcado por especificidades, identificadas no desenvolvimento de cinco momentos históricos, que vai da instituição de Renda Mínima, representada por um número elevado de programas de iniciativa de municípios, Estados e do Governo Federal à implementação de um programa que se propõe a unificar os Programas de Transferência de Renda dispersos nos três níveis de governo, denominado *Bolsa-Família*, cuja implementação se iniciou em outubro de 2003, culminando com a sanção, pelo Presidente da República, do Programa Renda de Cidadania, no dia 08 de janeiro de 2004, prevendo para todos os brasileiros, e estrangeiros legais residentes no país há mais de cinco anos, um benefício que atenda às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, saúde e educação. Trata-se de um benefício incondicional, portanto, independente de renda e de trabalho, destinado a todos, mas devendo ser implementado gradualmente, iniciando-se pelos mais pobres (2007, p. 15),

Desse modo, no Brasil, os precursores na categoria de Renda Mínima foram os programas de iniciativas municipais e estaduais, iniciados em 1995: o Programa de Renda Familiar Mínima da Prefeitura Municipal de Campinas/SP, também implantado com a mesma designação pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP; o Programa Bolsa-Escola implantado em Brasília/DF e o Programa “Nossa Família”, da Prefeitura Municipal de Santos/SP.

Destes, segundo Silva o Programa de Renda Familiar Mínima da Prefeitura Municipal de Campinas/SP e o Programa Bolsa-Escola de Brasília/DF transformaram-se:

[...] nos modelos inspiradores e orientadores das experiências subsequentes: o Modelo Garantia de Renda Mínima Familiar e o Modelo Bolsa-Escola, incorporaram os dois elementos apontados na crítica que Camargo (1991; 1993) fez ao PGRM do Senador Suplicy: tomaram a família como unidade beneficiária e articularam a transferência monetária à política de educação, embora em graus diferenciados. A partir de então os Programas de Transferência de Renda,

representados por Programas de Renda Mínima, Bolsa-escola e outros, ganham destaque tendo como expectativa romper o círculo da pobreza transgeracional, por maioria dos programas, com a articulação de uma medida compensatória uma política estrutural. Além da busca de introdução das famílias em situação de extrema pobreza em uma rede de segurança social, tendo em vista elevar os padrões de vida ao nível de uma vida digna, esses programas têm, principalmente, como perspectiva, inserir economicamente as gerações futuras, com a elevação de sua escolaridade e com o fortalecimento da família (Silva, 2007, p. 48).

A lógica de empobrecimento nos países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, obedece à mesma lógica dos países centrais. Possui, porém, agravantes próprios que introduzem situações como o citado “ciclo da pobreza transgeracional”.

O Ministério de Desenvolvimento Social - MDS lançou em janeiro de 2004, fundado pelo decreto lei nº. 10.836 em 09/01/2004, o Programa Bolsa Família (PBF), desenvolvido e pactuado com os entes federados. Trata-se de dispositivo destinado às ações de transferência de renda, com condicionalidades, para beneficiar famílias pobres e extremamente pobres, especificamente na redução da pobreza e da fome.

Tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima (lei nº. 10.219, de 11 de Abril de 2001) vinculado à educação, unificando Bolsa Escola, Auxílio-gás, Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Ou seja, na confluência destes programas nomeados por Programas Remanescentes, nasceu então, o Programa Bolsa Família - PBF. As leis que originaram os Programas Remanescentes são: Bolsa Escola, instituído pela Lei nº. 10.219, de 11 de abril de 2001; Bolsa Alimentação, instituído pela MP nº. 2.206, de 6 de setembro de 2001; Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº. 4.102, de 24 de janeiro de 2002; Cartão Alimentação, instituído pela Lei nº. 10.689, de 13 de junho de 2003.

O MDS assegura que a unificação dos Programas Remanescentes reduziu os custos gerenciais e as duplicidades de pagamento, além de possibilitar melhorias significativas na gestão, estabelecendo a família como unidade beneficiária. Nesse sentido, fundamenta que as famílias tiveram aumento no valor do benefício e todos os seus membros passaram a ser apoiados de forma integral. Prescreve que o Programa seja voltado para toda a família, o que significa que não são apenas pessoas isoladas que têm responsabilidade de frequência à escola e de cuidados com a saúde. Portanto, todos os membros da família são responsabilizados pelo cumprimento dos objetivos. É inegável a presença de uma lógica panóptica.

Segundo a ótica ministerial, o programa:

[...] unificado representa uma evolução em relação aos programas de complementação de renda no Brasil. Suas principais inovações são: a) passa a proteger a família inteira ao invés do indivíduo; b) aumenta, e muito, o valor dos benefícios pagos; c) simplifica, juntando todos os programas num só; d) mais que dobra os recursos destinados à complementação de renda no país; e) exige um maior

compromisso das famílias atendidas; f) potencializa as ações de governo, articulando União, Estados e Municípios. Enfim, queremos vencer a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos (Brasil, 2006, p. 57).

Conforme os preceitos do Guia do Gestor (Brasil, 2006, p. 03), o PBF pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza. A primeira delas refere-se ao alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. As duas outras dimensões referem-se ao reforço que o PBF oferece ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, que contribuem para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações. Essas dimensões concretizam-se nas condicionalidades, compromissos que as famílias e o poder público devem cumprir para a efetivação de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação.

Para isso, ao entrar no PBF, as famílias comprometem-se a manter suas crianças e adolescentes de até 17 anos frequentando a escola e a cumprindo os cuidados básicos em saúde, como o calendário de vacinação para crianças de 0 e 6 anos e a agenda pré e pós-natal para gestantes e mães em amamentação.

Como é perceptível, a presença das condicionalidades tanto pode representar a contrapartida necessária por parte dos indivíduos e famílias, para que estes não se sintam alvos de desvelada caridade, quanto os põem a reboque de um conjunto de exigências que, para dizer o mínimo, instalam uma espécie “comando de controle” que subtrai qualquer oportunidade do engajamento ativo e espontâneo.

O MDS considera que o combate à fome e à pobreza, assim como o apoio e a promoção das famílias mais excluídas não são tarefas fáceis, principalmente em um país como o Brasil, historicamente marcado pela exclusão de setores significativos de sua população e pela desigualdade social. Nesse sentido, o Programa:

[...] vem coordenando um esforço conjunto com estados, municípios e entidades da sociedade civil. Esse esforço constitui a terceira dimensão do Bolsa Família, a das chamadas Ações Complementares. As Ações Complementares são programas de geração de emprego e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos, entre outros programas que podem ser ofertados pelas três esferas de governo e pela sociedade civil. O objetivo é promover o desenvolvimento das famílias e contribuir para que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza (Brasil, 2006, p. 03).

A partir deste preâmbulo, com breve recorte histórico e contextual, entende-se que o PBF está inserido em múltiplas determinações e causalidades, e desafia os trabalhadores das áreas sociais, principalmente os da Assistência Social. Em decorrência do espaço ocupado por eles na divisão do trabalho e do saber em especialismos, eles estão diretamente ligados ao processo de gestão, execução e acompanhamento do Bolsa Família, sendo responsáveis tanto

pela administração dos recursos financeiros quanto pelo cumprimento de suas condicionalidades, realizando a ponte entre o órgão gestor e os beneficiários.

Esses desafios transcendem os processos de trabalho da área profissional, obrigando-os a debater a questão da “sociedade de controle”; além exigir, questionar, requerer a efetividade de tais práticas supridoras, e refletir sobre os efeitos amplos da efetividade dos dispositivos de enfrentamento da pobreza. É importante assinalar que tais questionamentos não põem em dúvida a necessidade de que, dada a conjuntura acima mencionada, práticas de emergência como o PBF sejam postas em ação.

O estudo parte de alguns questionamentos:

1. Será que os usuários do Programa Bolsa Família, percebem, de algum modo a redução de sua situação de pobreza?
2. Como percebem as condicionalidades, conseguirão relacioná-las com a saída do ciclo de pobreza?
3. Que nos dirão os beneficiários do PBF sobre como assimilam os propósitos do programa e o que estes pretendem ao longo do tempo?
4. Quais os sentidos atribuídos em geral ao PBF, tanto sociais quanto subjetivos?
5. Procurando dar sustento a todos esses questionamentos, partiu-se da seguinte questão, surgida da primeira apreensão dos dados empíricos: os beneficiários do PBF serão receptores passivos, percebendo com maior intensidade o imediato, ou seja, apenas o uso do valor transferido, não vendo nas condicionalidades mais do que compromissos incômodos, com poucas, ou nenhuma possibilidade de mudança ou melhora na qualidade de vida atual e na transformação de seus projetos para o futuro; ou estarão na perspectiva oposta?

O conjunto dessas observações empíricas e os questionamentos teóricos apresentados desencadearam o desejo de aprofundar conhecimentos acerca do tema, contribuir com as práticas sociais e subsídios para a legitimação dos direitos sociais e de cidadania, sob a perspectiva da transformação social.

Esta pesquisa, no seu processo de construção do conhecimento, objetivou apreender os possíveis sentidos produzidos neste campo da psicologia social, a fim de caracterizar as formas da subjetividade existentes nas relações sociais desses sujeitos, a partir de pressupostos, como a aplicabilidade imediata de seus resultados no âmbito das práticas em políticas públicas e, principalmente, na área da Assistência Social, com aportes críticos que contribuam com o trabalho dos agentes sociais que realizam tais políticas no cotidiano; a implicação do programa no campo da Psicologia Social, por meio da intersectorialidade e a

transdisciplinaridade, visando à garantia dos direitos sociais, a autonomia e emancipação dos sujeitos de direito; e, finalmente, por tratar-se (no momento) de um tema inédito no campo da Psicologia Social.

1 - POLÍTICAS SOCIAIS DE RENDA MÍNIMA E O ATUAL SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO.

“Que nunca se diga: isso é natural, para que nada passe por imutável...”

Bertold Brecht

As políticas sociais, processo social impregnado de mediações tensas e densas na história, relacionam-se com a configuração da questão social⁴ e com a busca por garantia dos direitos sociais, vinculadas aos atritos desencadeados pela produção e reprodução social no capitalismo, na emergência de lançarem-se respostas às classes sociais e ao Estado.

A questão social é considerada por Pereira (2008, p. 32) como um processo irresistível, tanto na sua progressão quanto na sua tendência desigual de apropriação da riqueza acumulada pelas classes em ascensão. Não se admira, pois, que, em plena afluência da burguesia, enquanto se afirmou como classe dominante e o proletariado tomou a consciência de sua própria classe – tenha surgido a chamada questão social.

Netto (2001) considera que a questão social se expressa em suas refrações e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira como os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico – a constituição das relações sociais capitalistas – o que tem continuidade na esfera da reprodução social. Vale destacar que, quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas num processo histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se de produção e reprodução – movimentos inseparáveis na totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza.

Para Iamamoto (1998) a questão social pode ser entendida como:

[...] O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 1998, p. 27).

⁴ Robert Castel refere que a questão social foi assim nomeada nos anos de 1830, sendo:

[...] uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de uma coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) de existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (1998, p. 65).

Para maior entendimento da questão social, vide Castel (1994, 1998), Wanderley (2007), Netto (2001), Pastorini (2004), Iamamoto, (2007).

Nessa produção, segundo Marx e Engels (1989), o proletariado é a classe que não detém os meios de produção, e que desempenha uma função histórica na produção da vida material. Mas, toda a produção está condicionada ao modelo de organização da sociedade. E, sendo a sociedade capitalista, a classe dos que detêm os meios de produção é aquela representada pelos agentes do Capital. Esses autores referem que:

[...] somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (Marx e Engels, 1989, p. 39).

Segundo Bobbio (1992, p. 32), os direitos do homem são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem.

Couto (2006, p. 33), por sua vez, refere que para adequada leitura da interpretação da trajetória da conquista dos direitos

[...] é de fundamental importância a pontuação do tempo cronológico. Assim de maneira geral, é perceptível que: os direitos civis foram conquistados efetivados no século XVIII; os direitos políticos no século XIX, enquanto os direitos sociais são conquistas realizadas no século XX (Marshall, 1967). Embora a cronologia, como um dado estanque, possa ser refutada, uma vez que a conquista dos direitos não corresponde a uma evolução linear nem no tempo nem nos países, Bobbio (1992) e Coutinho (2000) apontam a importância do estudo de Marshall, uma vez que ele vincula a presença dos direitos na sociedade à questão da cidadania (Couto, 1992, p. 33)⁵.

Ao longo do tempo, novas exigências e especificidades surgiram para a satisfação das necessidades humanas, tanto sobre as necessidades básicas de sobrevivência, como para as supérfluas, criadas com o advento da modernização, intensificando-se rapidamente por meio da fetichização da mercadoria⁶. Desse modo, em cada época surgiram sujeitos que não

⁵ Marshall considera por cidadania a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinada. (Coutinho, 2000, p. 50)

⁶ Observe-se que:

Os fetiches da mercadoria e do dinheiro são dois aspectos da mesma realidade, qual seja, na sociedade produtora de mercadorias a possibilidade da troca implica algo dela distinto, isto é, a forma do valor de troca, que se deve tornar independente frente à mercadoria, assumindo uma forma autônoma de dinheiro ou capital dinheiro. (Iamamoto, 2007, p. 366).

Assim como:

O processo de troca de mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime tais contradições, mas

conseguiam satisfazer as necessidades básicas e “fazer a sua história”. Ficaram como meros coadjuvantes de outros, por vezes “excluídos” das cenas fundamentais para o “ser” humano, ou das cenas condizentes com sua classe⁷.

Iamamoto (2007) refere que:

[...] a tensão entre *existência individual e o indivíduo como membro de uma classe, pensado como coletividade*, é fruto do decurso do desenvolvimento histórico próprio da sociedade burguesa. É nessa sociedade, produto da divisão de trabalho desenvolvida, que passa a existir a diferença entre a vida de cada indivíduo, como particular e pessoal, e sua vida como trabalhador, subordinada a um ramo de atividade e às condições a ele inerentes. Sua personalidade passa a ser condicionada por determinadas relações de classes (Iamamoto, 2007, p. 371).

Nesse contexto de mudanças societárias, evidenciaram-se (no mundo todo) diferentes programas e mecanismos de garantia de renda mínima⁸ visando à contenção das expressões da questão social e da “exclusão social”⁹, destinados a diversos públicos, com objetivos, metodologias e critérios variados. As discussões sobre a renda mínima começaram a ser formuladas por pensadores liberais no século XVIII, tendo em vista o acolhimento dos “excluídos”.

Castel (1998) acredita que não existam excluídos sociais e sim inclusões perversas, “sobrantes”, “desfilhados”, de uma sociedade baseada nas relações de poder com pulsações complexas e contraditórias que palpitam nas artérias da questão social, principalmente na sociedade pós-moderna¹⁰.

Quanto ao Estado moderno, vários autores consideram o seu início com o surgimento do capitalismo. A periodização do sistema capitalista¹¹ mobilizou abrasadas discussões e proposições. No entanto, nesta pesquisa utilizou-se a descrição do estado monopolista do capitalismo, segundo a ótica de Netto (2001) - que identifica a formação de três estágios e configura-os em diferentes funções e estratégias de acumulação de capital, sendo:

- *Capitalismo Mercantilista* (1500-1780) – a acumulação é advinda das atividades comerciais, na conquista e expansão territoriais. O lucro oriundo do comércio

gera a forma dentro da qual podem mover-se. Este é, em geral, o método com o qual as contradições se resolvem (Marx, 1985, p. 93) .

⁷ O filme *Estamira* retrata cenas de uma mulher e o seu olhar diante da vida, bem como a forma como processa sua realidade. Conceituada pela sociedade como louca, mas com muito a dizer, sua fala pode ser interpretada como uma resposta à negligência social que assola muitas “Estamiras” na cotidianidade. Vide sinopse (página 113).

⁸ Vide anexos D e E (páginas 99 e 100).

⁹ Sobre exclusão social vide Castel (1998), Veras (1999), Sawaia (1999), Martins (1997), Wanderley (2007).

¹⁰ Condição pós-moderna, vide Lyotard (1993) e Harvey (1992); Bauman (1998, 2005); Santos (1999).

¹¹ Mandel identifica outra periodização da história do capitalismo (1982) – *concorrencial* (a partir de 1848); *imperialismo clássico* (final do século XIX até os anos 1930); e o *capitalismo tardio* (ou maduro), período que vai do final da Segunda Guerra até os dias de hoje. (Behring, 2007, p. 69)

atlântico consolidou a formação da burguesia mercantil do período. As nações periféricas são trazidas ao sistema unicamente como fornecedoras de matéria-prima.¹²

- *Capitalismo Competitivo* (1780 – 1890) - as inúmeras invenções e tecnologias dos séculos XVIII e XIX (máquina de fiar, máquina a vapor, tear mecânico, dentre outras), junto com a chegada de uma mão-de-obra desocupada vinda do campo, possibilitou o advento da Revolução Industrial. Contudo, por meio da exploração da mão-de-obra assalariada, constitui-se a acumulação da mais-valia, cujo acúmulo não é repassado para aqueles que, por meio da sua força de trabalho, geraram o produto e conseqüentemente o seu lucro.
- *Capitalismo Monopolista* (1890) – a livre concorrência ocasionou maiores investimentos em máquinas e equipamentos por parte dos empresários, com o intuito de aumentar a produtividade e, por consequência, o lucro. Pode-se considerar que neste estágio o capital se internacionaliza para ampliar a mais-valia. Essa concentração e centralização do capital, por parte de algumas corporações, desencadeou o fechamento de empresas que não possuíam condições para manter o mesmo nível de concorrência. Sobretudo, as estratégias de acumulação de capital se deram pela internacionalização do capital produtivo, da implantação de corporações multinacionais nos países periféricos e sem infra-estrutura.

Netto (2001, p. 30) refere que no capitalismo monopolista:

[...] as funções do estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas... a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem. ...É a política social do estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista).

Desse modo, nas fases do capitalismo, cada qual tinha o seu ideário ético-político e seus meios de regulação, bem como as crises decorrentes do seu processo de desenvolvimento. Na maioria das vezes, estas crises eclodiam por conta do enfraquecimento do pacto do modo de produção capitalista. Ou seja, a questão social sobrepunha-se às

¹² Atualmente este fenômeno ainda permanece na questão material – nos conluios financeiros e, configurado de outra forma, segundo a qual, em alguns momentos, somos levados ao mesmo *status* da matéria-prima dos modos de produção capitalista (matéria-prima da sociedade de consumo). Os defensores do capitalismo, incessantemente, tentam cooptar as mentes e os desejos dos sujeitos descaracterizando o ser social e intensificando o ter social reconfigurada sob o olhar astuto do *marketing* com suas estratégias e técnicas de comercialização de produtos e/ou serviços disponíveis no mundo globalizado.

estratégias de hegemonia do poder e, com isso, uma nova ordem e um novo arranjo hegemônico eram criados para a sua manutenção e permanência.

Pochmann (2004) refere que o condicionante estrutural da proteção social no capitalismo central mundial:

[...] não indicou uma trajetória simplesmente evolutiva, mas marcada por rupturas, continuidades e transformações históricas. Em todos os casos, pelo menos três condicionantes estruturais se fizeram presentes na fundamentação das estruturas do Estado de Bem-Estar Social... Quando são tomados por referência os três indutores principais (lógica industrial, acesso à democracia de massa e conformação da sociedade salarial) que demarcam, no centro do capitalismo mundial, a origem e o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, chega-se a um melhor entendimento acerca da evolução da proteção social no Brasil. Sabe-se que a condição de economia periférica implica distinção temporal e qualitativa significativa na constituição da base material referente ao processo de acumulação de capital e de articulação das forças sociais. (Pochmann, 2004, p. 05-09)

Nesse sentido, o Estado de Bem-Estar Social pode ser considerado como um desses arranjos estabelecidos (dentre outros) pelo poder hegemônico, tendo em vista o atendimento das questões sociais que pulsavam na sociedade excluída, ou incluída perversamente.

O pauperismo das massas no século XIX, as pressões e as críticas que surgiam no labor de todos os dias, impulsionaram os pensadores da época a denominar estas expressões sociais de *questão social*, na qual se introduziam medidas pontuais de “proteção social” (terminologia da atualidade), apesar de neste período tal termo mostrar-se diverso em sua compreensão e conteúdo.

Exemplificando: na era medieval os sistemas de proteção combatiam a chamada “vagabundagem”, enigma a ser vetado pelas Igrejas, principalmente a Católica¹³, com seus mecanismos de barganha para o alcance da salvação e da vida eterna. A ordem social girava em torno das famílias e dos poderes hereditários, e se perpetuava através dos tempos. A linhagem e a tradição pulsavam e ditavam o ritmo das relações sociais, racionalizadas pela imperiosa caridade cristã.

Segundo Behring (2007), o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países:

[...] dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (Behring, 2007, p. 64).

No início do século XX, a questão social foi colocada para o capital pela classe trabalhadora, momento em que os operários estavam preocupados com as suas condições de

¹³ Um dos filmes que apresenta as indulgências da Igreja católica é “Lutero” (sinopse anexo, página 116).

trabalho, tais como: garantia de melhores salários, diminuição da jornada de trabalho, direito à insalubridade, valorização do trabalho feminino, dentre outras. Na Rússia estas intensas insatisfações culminaram na Revolução de 1917, momento este que se colocou em “xeque” o modo de produção capitalista, fazendo ecoar outros horizontes sociais.

A partir desse período surgiram várias propostas de atendimento às desigualdades e direitos sociais, conforme tabelas em anexo (páginas 97-99). No entanto, estudiosos consideram que todas foram paliativas, parciais, enfim, não efetivaram a cidadania de fato, bem como não produziram o extermínio da pobreza. As experiências com programas de garantia de renda mínima¹⁴ (PGRM) surgem nos países desenvolvidos, no século XX. Entretanto, esse surgimento está interligado ao desenvolvimento das políticas sociais no enfrentamento das expressões da questão social, na medida em que vai se consolidando o chamado Estado de Bem-Estar-Social.

Um dos primeiros programas de transferência de renda (não-contributiva) de que se tem conhecimento, foi instituído pelo governo britânico, em 1908. Trata-se de uma Lei que dispunha sobre pensões aos idosos acima de 70 anos – *Old Age Pension Act*. Ela não exigia prévia contribuição ou avaliação da condição socioeconômica para o seu recebimento, contemplava apenas o fato dos beneficiários serem idosos. Esse dispositivo jurídico inicia a não-contributividade na prestação de benefícios sociais, como fundamento de direitos sociais (vide quadro página 99).

Muitos países europeus já nos anos 30-40 passam a adotar políticas com perfil redistributivo. Para Suplicy (2002), vários contextos utilizaram programas de renda mínima como instrumento de enfrentamento a riscos sociais ao longo da história:

[...] a partir de 1930, muitos países na Europa introduziram programas com a perspectiva, seja na forma de garantia de uma renda mínima, seja na forma de benefícios às crianças, de auxílios a família com crianças dependentes, de suporte de renda aos idosos, aos inválidos aos que ganham pouco, de seguro-desemprego, de renda mínima de inserção ou de complexos sistemas de seguridade social. (Suplicy, 2002, p. 75)

Segundo Couto (2006), em meados de 1932, por decorrência da “Grande Depressão”, crise econômica mundial do capitalismo, iniciada no sistema financeiro norte-americano, surge a proposta de Roosevelt para enfrentar as desigualdades sociais nos EUA, a chamada

¹⁴ Paugam (1999) relata a introdução de sistemas de renda mínima garantida, todos sob condições de inserção profissional ou social, em países, como Dinamarca (1933); Reino Unido (1948); Alemanha Federal (1961); Países Baixos (1963); Bélgica (1974); Irlanda (1977); Luxemburgo (1986); França (1988); em diversas províncias da Espanha – Andaluzia, Aragón, Astúrias, Catalunha, Galícia, Múrcia, Navarra e no País Basco (1990) e em Portugal (1996).

*New Deal*¹⁵, cuja característica principal é a assistência aos comprovadamente pobres, por meio de benefícios mínimos associados ao estigma, buscando não estimular a substituição ao trabalho. Este projeto está presente nos Estados Unidos, Canadá e Austrália¹⁶. O autor refere que:

[...] no contexto da crise de 1929 e do crescimento das desigualdades e das tensões sociais inerentes ao capitalismo na sua fase monopolista, surgiu, no âmbito mundial, a proposta de Estado social, que alcança sua consolidação e desenvolvimento no pós-guerra, notadamente nas décadas de 1950 e 1960. (Couto, 2006, p. 64)

Sobre o Estado Social ou *Welfare State*, Pereira (2008) refere que tentativas de demarcar a sua origem:

[...] o conteúdo e os contornos particulares da política social têm tomado como parâmetro institucional e histórico o Welfare State (Estado de Bem-Estar). Isto é, aquele moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social (Pereira, 2008, p. 23).

O *Welfare State*¹⁷ (sob a égide europeia) pode ser entendido como uma transformação do próprio Estado, a partir das suas estruturas, funções e legitimidade. Ele é uma resposta à demanda por serviços de segurança socioeconômica, ou seja, com a industrialização surge a divisão social do trabalho, que implica num crescimento individual em relação à sociedade. Desse modo, os serviços sociais surgem para dar respostas às dificuldades individuais, visando a garantir a sobrevivência das sociedades. Estas medidas de proteção aos pobres foram paulatinamente deixando de aprofundar as causas geradoras da desigualdade, isto é, passaram a surgir e se manter, em sua maioria, como políticas de atenção à heterogeneidade e fragmentação da pobreza.

¹⁵ Marcou um período de forte intervenção estatal na regulação da política agrícola, industrial, monetária e social, demarcando um recuo em relação ao liberalismo predominante até então (Behring, 2007, p. 71).

¹⁶ Nesses países prevalecia a ótica de projeto de Estado Liberal: [...] a intervenção do Estado combinava políticas estatais com privadas, efetivamente atuando focalizada na pobreza. Buscavam preservar o individualismo e entediam a intervenção do Estado como um mal necessário, corrigindo assim, as situações extremas ...Outro tipo de Estado é o corporativista e conservador, onde os direitos dependem do status e da classe. Adota o princípio da subsidiaridade, fazendo com que o Estado só atue quando a família não pode suprir as necessidades dos indivíduos. Esse regime pode ser identificado com os projetos da Áustria, da França, da Alemanha e da Itália. Os programas sociais desse tipo de Estado estão vinculados à noção de seguro social, onde os indivíduos contribuem com um fundamento, que reverte em políticas sociais para os contribuintes. Os sistemas de Previdência Social foram a tônica desse tipo de Estado... o regime denominado social-democrata adora os princípios do universalismo, da igualdade e da desmercadorização dos direitos sociais. Ancora-se no pleno emprego, sendo que o direito ao trabalho é tão importante quanto o direito à renda, fazendo com que o Estado tenha o papel de assumir e socializar os custos das famílias. Esse tipo de regime foi implantado nos países escandinavos (Esping Andersen, 1991: 108-11) (Couto, 2006, p. 65).

¹⁷ Embora o nome *Welfare State* só tenha sido adotado no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, por indicação do arcebispo inglês William Temple, tornou-se usual entre os modernos estudiosos da política social remeter essa denominação ao final do século XIX, para nomear fatos que consideram estar na origem desse Estado. Correntemente, existem outras adjetivações para qualificar o *Welfare State*, além de Estado de Bem-Estar Social, como Estado Providência, Estado Assistencial e Estado Social (Pereira, 2008, 23).

Draibe (1998, p. 53-78) aponta que o *Welfare State* no Brasil surge entre as décadas de 30 e 70 e possui as seguintes fases:

- 1930/1943: criação dos institutos de aposentadorias e pensões, legislação trabalhista, regulação de políticas nas áreas de saúde e educação. Há uma centralização dos recursos na Esfera Federal;
- 1945-1964: inovações nos campos da educação, saúde, assistência social e na habitação popular. Estas ações estavam guiadas sob a forma seletiva, heterogênea (benefícios) e fragmentada (no plano institucional e financeiro quanto à intervenção social do Estado).
- Década de 60 até meados de 70: supera-se a forma fragmentada e socialmente seletiva, há um espaço para a universalização (educação, saúde, assistência social, previdência e habitação).

Há que se considerar alguns elementos importantes que caracterizam esses períodos:

- a) 1965-77: há uma organização no interior do Estado quanto ao financiamento do *Welfare State*;
- b) 1977-81: expansão massiva;
- c) 1981-85: reestruturação conservadora;
- d) 1985-88: reestruturação progressista;
- e) 1988...: definição do novo perfil, baseado na Constituição Federal. Viana (1998), afirma que o sistema de proteção social no Brasil nunca será redistributivo, mesmo após sua reformulação, pois os atores que fazem parte do cenário político não são os canais reivindicatórios de igualdade. Pertencem a uma instância política que expressa interesses apenas de alguns grupos. Com isso, o Estado possui um papel de benfeitor, assumindo ações de produtor e distribuidor de bens públicos.

Nesse aspecto, Draibe (1988), refere que o *Welfare State* no Brasil foi construído e caracterizado pela centralização política e financeira no governo federal e nas ações sociais, fragmentação institucional, exclusão da população da participação política, autofinanciamento social, privatização e clientelismo (que ainda persiste em muitos segmentos sociais).

Os desafios para as políticas sociais, segundo Esping-Andersen (1995), são o envelhecimento populacional; os serviços que garantem o pleno emprego e não mais as indústrias; declínio do provedor familiar do sexo masculino; mudanças no ciclo da vida (as

peessoas se envolvendo mais com várias atividades ao longo de suas vidas, pois não são constringidas por estereótipos tradicionais de gênero e idade)¹⁸.

Segundo Fleury (1994), as fases do sistema de proteção social apontam claramente as mudanças das políticas de atenção à pobreza:

[...]1600-1880/Poor Laws: a pobreza era algo vergonhoso e as pessoas eram culpabilizadas pela situação que se encontravam; 1880-1914: os programas de seguro social estavam destinados à classe trabalhadora; 1918-1960: há uma ampliação dos programas sociais com o predomínio de Estado prover o mínimo quanto aos benefícios sociais; 1960-1995: instaura-se a universalização dos serviços sociais; 1975 até os dias de hoje: diminuição da expansão estatal, início da crise do Welfare State. (Fleury, 1994, p. 101-108)

Para Couto¹⁹ (2006):

[...] vários são os fatores apontados para a crise do *Welfare State*, dentre eles a chamada “crise financeira”, resultante do limite da capacidade de financiamento pelo Estado das políticas sociais. Dentre os fatores que contribuíram para a crise financeira, tem papel fundamental a mudança macroeconômica que desloca o potencial da indústria para a área de serviços, gerando, com isso um volume inferior de recursos e restringindo a capacidade de investimento... a transnacionalização da economia ...e, por fim, contribuiu para a crise do Welfare State a crise do mundo do trabalho. (Couto, 2006, p. 68).

Esta estratégia demonstra insuficiência, à medida que no final da década de 60 (os anos de ouro do capitalismo) o *Welfare State* começa a exaurir (Hobsbawn, 1995). A década de 70 foi marcada pela crise do petróleo, altas taxas de inflação e baixa nos lucros. A partir de 1975, quando os empregos passam a se tornar escassos na Europa, os governos introduziram políticas compensatórias, como o salário-desemprego.

Para lançar respostas à crise do capital no mundo e às altas taxas de lucro, a partir dos anos 80 a reestruturação da economia vai se dar por intermédio da revolução tecnológica e organizacional na produção – reestruturação produtiva – corrida tecnológica em busca do diferencial de produtividade do trabalho, como fonte de super lucros (Behring, 2003, p.32). Estamos em pleno desenvolvimento da globalização da economia e do retorno dos ideais

¹⁸ Situações vivenciadas no Brasil e nos países periféricos. No entanto na contemporaneidade estas expressões assolam a maioria das culturas.

¹⁹ Refere que no Brasil:

[...] Os governos, com suas características, sejam eles populistas, nacionalistas, desenvolvimentistas, de orientação democrática ou ditatorial, de perfil civil ou militar, que se sucederam no período de 1930 a 1999, traçaram um sistema de proteção social que com suas particularidades, ...incidiram no campo da assistência social de forma ambivalente. Embora os discursos oficiais das épocas buscassem legitimar os projetos de governos por meio sistemático chamamento da população para a sua aprovação, as ações governamentais basicamente se conformavam em atender aqueles que não eram considerados cidadãos, mas sim clientelas, traduzidos pelos mais diversos adjetivos, como carentes, descamisados, entre outros. Foi na esteira desse caráter ambivalente que a assistência social foi se consolidando como política social no Brasil. (Couto, 2006, p. 168)

Esta obra apresenta quadros demonstrativos dos sistemas de proteção social no Brasil por período histórico.

liberais, através do neoliberalismo, no tocante ao papel do Estado na proteção social, além de pactos internacionais, prescrições dos países hegemônicos frente aos periféricos, como por exemplo, o Consenso de Washington²⁰.

Em 1986 fundou-se a Rede Europeia da Renda Básica, a *Basic Income European Network* (BIEN), com o propósito de se tornar um fórum para debater intensamente todas as experiências de renda mínima, básica ou de cidadania, nos mais diversos países, rede que difundiu esta ideia mundialmente.

Garcia (2009) refere que:

[...] Lastimavelmente, a história dos últimos sessenta anos revelou a insuficiência das duas correntes de pensamento e das políticas por elas influenciadas. Nesse período de tempo ocorreram transformações de vulto em nosso país, e em muitos outros da América Latina, sem que tivéssemos alcançado a condição de desenvolvidos. Mais recentemente aconteceram mudanças profundas em escala mundial e nacional que tiraram grande parte da capacidade explicativa e orientadora das ideias elaboradas nas décadas posteriores à II Grande Guerra. A criação de novos materiais, a química fina, a indústria de alta precisão, a nano e a biotecnologia, e, principalmente, as novas tecnologias da microeletrônica, da informática, da automação, e a integração planetária pelas comunicações via satélites deram novas forças aos países centrais. Por conta da potência destas tecnologias e das virtuosidades que criaram, esses países foram deslocados para patamares muito superiores em termos de poderio econômico, financeiro, comercial, ideológico-cultural, tecnológico e militar. Ficaram ainda mais distantes da periferia, industrializada ou não, democrática ou não, produtora de energia ou não, detentora ou não de recursos naturais importantes. O acelerado ritmo de introdução de inovações nos processos produtivos de bens e serviços tem feito com que as distâncias não diminuam, mas, ao contrário, aumentem cada vez mais. (Garcia, 2009, p. 08)

Nas últimas três décadas observou-se que a América Latina também sentiu os reflexos da questão social. Na Argentina, por exemplo, conforme o pensamento de Lavinias (1998), ocorreu um processo de centralização da propriedade e da riqueza em poucas pessoas, o que se relaciona com um processo de expulsão dos setores trabalhadores, despojando-os de conquistas e benefícios sociais institucionalizados. Nesse contexto, a Argentina viveu, ao longo da década de 1990 e durante os primeiros anos da década seguinte, uma constante

²⁰ Em 1989, o Institute for International Economics, um think-tank conservador, promoveu reunião em Washington, com economistas liberais latino-americanos, funcionários do governo norte-americano, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O tema do encontro, *Latin American Adjustment: How Much Has Happened*, tinha como objetivo avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina. O diretor do instituto, John Williamson, foi quem organizou os pontos de consenso entre os participantes, dando origem ao que ficou conhecido como o Consenso de Washington: 1. Disciplina fiscal, pela qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público. 2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde, infra-estrutura, segurança pública. 3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos, além de outros objetivos. ...A criação de novas regras, não equitativas, para o comércio internacional (Organização Mundial do Comércio – OMC), para o acesso ao conhecimento, à tecnologia e à informação (TRIPS), e para o crédito e o financiamento (Acordo de Basileia) se deram sob essa ofensiva ideológica. ...Esses e outros processos ocorrendo (quase) simultaneamente moldaram a chamada globalização. (Garcia, 2009, p. 09-11)

deterioração da situação de trabalho, com agravamento da situação distributiva, produzindo o incremento da pobreza, sendo esse um dos traços marcantes dessa conjuntura²¹.

Nesse contexto e sob a influência das experiências internacionais e suas prescrições, verificamos que no Brasil os programas de transferência de renda, concebidos como uma transferência monetária a famílias ou a indivíduos, são considerados a principal dimensão no seu atual Sistema de Proteção Social (Silva; Yazbek; Giovanni, 2007). Esses programas, implantados a partir de 1995 em âmbito municipal, em 1999, no âmbito estadual, e largamente ampliados, a partir de 2001, em nível federal, situam-se no contexto das transformações econômicas e societárias que vêm marcando a reestruturação do capitalismo mundial na sua fase mais recente; reestruturação identificada nos anos 1970, com maior aprofundamento nos anos 1980; e no Brasil, nos anos 1990.

A Constituição de 1988²² marcou a história dos direitos sociais no Brasil²³ ao lançar os preceitos de Proteção Social²⁴ incorporando a Assistência Social como instância da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social – uma tríade a ser prestada a todo aquele que dela necessitar (artigos 203 e 204) independente de contribuição²⁵. Desse modo, a Assistência Social passa a ser considerada como um direito de cidadania – uma política pública. Algumas diretrizes foram instituídas por essa Constituição: a descentralização político-administrativa e a pactuação de compromissos entre os entes federados. Com ela, instauraram-se avanços na política de Assistência Social: a

²¹ Na contemporaneidade, na Argentina, foi implantado em 2003, pela Lei 25.724 o Plano de Segurança Alimentar, na perspectiva de política de estado, onde se prevê a assistência a famílias em situação de vulnerabilidade social, incentivo à autoprodução de alimentos nas famílias e comunidade, assistência a hortas e granjas familiares, bem como transferência de renda por meio de *tickets* e cartões eletrônicos para as famílias em situação de risco social, dentre outras ações. Mudanças semelhantes aconteceram em outros países da América Latina, visando ao atendimento das demandas sociais presentes em cada território.

²² Conhecida como Constituição Cidadã. No discurso de Ulisses Guimarães, por ocasião da promulgação da Constituição fala que ela “é caracteristicamente o estatuto do homem, sua marca de fábrica... O inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O estado de direito conseqüente da igualdade não pode conviver com o estado de miséria. Mais miserável que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria.” Termina o discurso dizendo: “A nação quer mudar, a não precisa mudar, a nação vai mudar.”

²³ Vide charge na página 130 e trecho do discurso do Ulisses Guimarães no CD-ROM anexo.

²⁴ É um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba a seguridade social (ou segurança social), o asseguramento ou garantias à seguridade e políticas sociais. A primeira constitui-se em um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais, cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito. E as políticas sociais constituem uma espécie de política que visa concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros. Nesse sentido, a proteção social não é sinônimo de tutela, nem deverá estar sujeita a arbitrariedades, assim como a política social – parte integrante do amplo conceito de proteção (Pereira, 2000, p. 16).

²⁵ Na garantia de um salário mínimo mensal, independente de contribuição aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência, que não podem prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família (CF/88, art. 203, V).

universalização do acesso e gratuidade dos serviços, o estabelecimento do direito social no espaço do favor, clientelismo e/ou assistencialismo – aparato jurídico ao sujeito de direitos²⁶.

A regulamentação desse paradigma de Proteção Social ocorreu com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº. 8742/93), a qual define e objetiva:

[...] Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Inicia-se com a LOAS²⁷ o processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social por meio de conselhos deliberativos e paritários nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal.

Nesse contexto de transformações vem o Sistema Único de Assistência Social – SUAS -, principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília (DF), em 2003, na intenção de viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteia a universalização dos direitos à Seguridade Social, por meio dos sistemas de Proteção Social nas três instâncias governamentais, momento esperado desde a promulgação da Constituição.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado em 23 de janeiro de 2004, pela Medida Provisória nº. 163, Convertida na Lei nº. 10.869, de 2004, que alterou a Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da

²⁶ Couto considera que com a Constituição: [...] O estatuto legal, então, rompe com a lógica fragmentada e busca, por meio da seguridade social, dar um sentido amplo à área social, trabalhando na lógica da ampliação de direitos sociais e da inserção da noção de responsabilidade do Estado brasileiro frente a essas políticas. (Couto, 2006, p. 159)

²⁷ Couto refere que: [...] a assistência social foi a última área da seguridade social a ser regulada. A saúde teve sua lei orgânica aprovada em 1990 (Lei nº. 8080), a previdência social teve a lei que institui os Planos de Custeio e Benefícios aprovado e, julho de 1991 (Leis nº. 8212 e nº. 8213), e a assistência social só foi regulada em 1993. ...Essa regulação tardia pode ser avaliada como ...preconceito com a área, a falta de densidade política e de debate conceitual que alimentassem as decisões sobre a mesma (Pereira, 1996; Yazbek, 2001) e ...rearticulação das forças conservadoras no país, após 1989, que apontavam a crise fiscal como fator preponderante para a atuação do Estado e imprimiram muitos óbices a tudo que gerasse gasto, inclusive o social. (Couto, 2006, p. 171-172)

Presidência da República e dos Ministérios. Com isso, houve a unificação de três pastas da área social – o Ministério da Assistência Social (MAS), o Gabinete Extraordinário do Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), e a Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família. A missão do MDS é coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, bem como aprovar os orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social do Transporte (SEST). Visa promover o desenvolvimento social e combater a fome, bem como a inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a segurança alimentar e nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral às famílias.

A sua gestão conta com várias secretarias²⁸: a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP, ainda com secretaria executiva, consultoria jurídica, assessorias, coordenadorias e órgãos colegiados.

Este ministério, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, elaborou, aprovou e tornou pública a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Nesse sentido, o SUAS por meio da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS foi construído após amplos debates ocorridos desde 2005, desencadeando um pacto federativo com as três esferas de governo e sociedade, aprovado pelo CNAS.

A PNAS retrata que a atual política de Proteção Social:

[...] articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Segundo Di Giovanni (1998:10), entende-se por Proteção Social as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...] Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades”. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. (Brasil, 2004, p. 29)

A Norma Operacional Básica (NOB/2005) refere-se ao modelo SUAS, como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social no Brasil. Esse

²⁸ Vide anexo G (páginas 102 e 103) - Quadro com a sinopse das atribuições das secretarias do MDS.

sistema integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família e indivíduos. Essa norma foi complementada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS (NOB-RH/SUAS), Resolução N°. 01, de 25 de Janeiro de 2007, que institui as primeiras diretrizes para a política de gestão do trabalho do SUAS. Trata-se de um primeiro esforço nesta área objetivando delinear os principais pontos da gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais, o que não esgota as possibilidades de aprimoramento desta Norma.

A NOB-RH/SUAS foi apresentada na perspectiva de ser um instrumento de gestão que só terá eficácia se o seu conteúdo for amplamente pactuado e assumido entre os gestores da Assistência Social, e se houver adesão às suas diretrizes. Estas devem auxiliar os Conselhos de Assistência Social em relação às suas tarefas de controle social da gestão do trabalho no SUAS, bem como uma referência para os trabalhadores. Desse modo, visa à consolidação da Assistência Social como uma política pública e à garantia da ampla participação da sociedade civil nesse processo.

A pactuação de propósitos para a garantia de proteção social, de mínimos direitos sociais ou de renda mínima não acontece apenas no Brasil. Outros pactos e acordos internacionais estão presentes no contexto atual (de mundialização do capital e precarização do trabalho), como por exemplo: o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, o qual foi ratificado por mais de 150 países do mundo e pelo Brasil em 1992. Segundo Zimmermann (2004), o referido Pacto reconhece o direito fundamental de todo ser humano de estar livre da fome e obriga os Estados (parte do PIDESC) a adotar medidas e programas concretos para atingir esse fim; existe ainda o pacto proposto pela Cúpula Mundial da Alimentação propondo reduzir à metade o número de pessoas desnutridas no mundo até 2015; meta posteriormente fixada como o primeiro “Objetivo de Desenvolvimento do Milênio”: de reduzir à metade a pobreza e a fome até 2015, (FAO, 2006); finalmente, existem as propostas de apoio financeiro do Banco Mundial, entre outras metas.

No contexto social atual, chamado por alguns de “nova questão social”, permeado de pactos e transformações sociais, conceituais, paradigmáticas e jurídicas é perceptível a inserção e o aumento de programas de renda mínima nos sistemas de proteção social. No Brasil, esses programas objetivam a consolidação das seguranças afiançadas e dos sistemas de proteção, tendo em vista a legitimação da Assistência Social como política pública, bem como

o cumprimento de compromissos firmados com órgãos internacionais frente à redução das situações típicas da questão social.

Para Silva e Silva (1997), os programas de renda mínima:

[...] teriam como fundamento as grandes transformações na economia mundial e os impactos no mercado de trabalho. Isso se refletiria na precarização e fragmentação do trabalho, com crescente desemprego e aumento brutal dos índices de pobreza. Por conseqüências teríamos a constituição de uma sociedade dual, composta por empregados e por um conjunto de desempregados. Em virtude dessas questões, as políticas de renda mínima passariam a orientar o debate internacional de enfrentamento da questão social (Silva e Silva, 1997, p. 24).

Além disso, segundo Zimmermann *et al.* (2007):

[...] a partir de 1995, vários municípios brasileiros, a começar por Campinas, Ribeirão Preto e o Distrito Federal, Brasília, introduziram programas não contributivos de Renda Mínima, visando combater a fome e a pobreza. Por outro lado, a maioria desses programas têm sido alvos de crítica, sobretudo na literatura acadêmica, pelo alto grau de seletividade, focalização, nível e alcance dos benefícios oferecidos. Em outras palavras, são insuficientes para garantir os direitos fundamentais, especialmente o direito de estar e viver livre da fome.

Lavinas (1998, p. 01) considera que:

[...] A renda mínima é uma transferência de renda monetária direta do governo a indivíduos ou famílias que carecem do mínimo vital. *Grosso modo*, o montante da renda mínima constitui-se no diferencial entre a soma de todas as rendas de uma família e o valor mínimo necessário à sobrevivência, teto esse estipulado em função da composição demográfica da família, isto é, número de crianças, de inativos ou idosos, e das condições de vida no país. Calcula-se o valor da renda a ser transferida em caráter cumulativo (Lavinas, 1998, p. 01).

Refere-se ainda aos critérios de seleção como elementos constitutivos dos programas de renda mínima ou transferência condicionada de renda, os quais selecionam os candidatos ao benefício e às contrapartidas obrigatórias exigidas imperativamente para seu recebimento.

Em sua maioria:

[...] às prerrogativas que autorizam integrar o programa, combinam-se três elementos restritivos: ter renda familiar *per capita* inferior a um valor específico, equivalente a um teto de renda fixado localmente; ter filhos em idade escolar ou pré-escolar, regularmente matriculados no primeiro grau; registrar tempo mínimo de residência no local. Há também outros critérios restritivos, adotados em alguns lugares, como uma avaliação cadastral das reais condições socioeconômicas dos requerentes, o que implica visitas à casa das famílias inscritas de modo a estimar qual seria seu verdadeiro grau de carência, com base na infra-estrutura do domicílio, composição familiar de renda e posse de bens de consumo, bem como alguns aspectos ligados a área da saúde (Lavinas, 1998 p. 14).

Para Faleiros (2001):

[...] Uma das questões centrais dessa forma de acesso ao rendimento é a mudança do enfoque da cidadania para o enfoque da gestão social, concentrando-se a ação do Estado na distribuição de recursos focalizados em grupos de risco, como se a pobreza fosse um risco das pessoas ou famílias devido a sua irresponsabilidade ou a uma condição peculiar, e não uma relação de desigualdade estrutural. O enfoque no risco pressupõe que neste sistema é possível diminuir os riscos de pobreza sem afetar a produção da riqueza (Faleiros, 2001, p. 3).

Estas políticas de renda mínima ou de transferência de renda, vistas por alguns como impostas devido à precária condição social dos “excluídos”, ou ainda por outros, como uma obrigação do Estado, como agentes de estratégias de exploração e expropriação, podem ser consideradas, em sua maioria, intervenções que visam à igualdade dos cidadãos e sua inclusão social. Entretanto, percebem-se lacunas quanto à elegibilidade das reais necessidades dos seus atores sociais. Por fim, não conseguindo superar sua vocação compensatória de curto prazo, mitigadora da miséria, a serviço das forças autoritárias, são apresentadas como proposta de resgate da dívida social, na tentativa de se “potencializar” a família.

Cortez infere que:

[...] A família, por ser uma das mais importantes instituições para a reprodução social e preservação das sociedades humanas, tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas nas mais diferentes áreas do conhecimento. Atualmente, constata-se também a importância dada a esta instituição como objeto de reflexão e formulação de Políticas Sociais, pois, face ao desmonte do *Welfare State*, observa-se uma tendência de se buscar na família a proteção social de seus membros, visando suprir as funções que antes eram de competência do Estado (Cortez, 2005, p. 35).

Carvalho refere que as expectativas em relação à família estão no imaginário coletivo ainda impregnado de idealizações, das quais a chamada família nuclear é um dos símbolos. A maior expectativa é que:

[...] ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades, e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades (Carvalho, 1998, p. 168).

A família contemporânea²⁹ apresenta novos arranjos e/ou configurações diante das demandas a ela impostas no percurso da história. Portanto, é relevante observá-la para além de uma estratégia dessas políticas, tendo em vista iniciativas eficazes para o fortalecimento das competências familiares condizentes com as necessidades das próprias famílias e suas redes de sociabilidade, na construção de espaços de inclusão, proteção e exercício de direitos e deveres. Este momento histórico requer pensar políticas sociais, repensando o outro (famílias e indivíduos vulnerabilizados), sua situação na sociedade, na tentativa de mudar o lugar em que foi colocado.

²⁹ Sarti (2003, p. 21) refere que

[...] desde a revolução industrial, que separou o mundo do trabalho do mundo familiar e instituiu a dimensão privada da família, contraposta ao mundo público, mudanças significativas a ela referentes relacionam-se ao impacto do desenvolvimento tecnológico.

No Brasil é notório o avanço em várias medidas de proteção social às famílias sem, contudo, romper com a natureza da exclusão social. Desde 1981 a situação social tem sido agravada, mesmo com avanços consideráveis abertos pela Constituição Federal de 1988, particularmente pelo predomínio da estagnação produtiva e pelo ciclo da financeirização da riqueza³⁰.

Atualmente, o sistema de Proteção Social brasileiro, bem como os programas e serviços disponibilizados por ele, têm enfatizado o desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A PNAS, proposta política que regula os meios de implantação do SUAS, prevê garantir as seguintes seguranças a esses indivíduos: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. O programa conceitua:

[...] A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. [...] Por segurança da acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. [...] A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade (Brasil, 2004, p. 29-30).

A PNAS foi instituída e aprovada pela Resolução CNAS nº. 145, de 15 de outubro de 2004, que também definiu as bases de estruturação da Assistência Social na forma de um Sistema Único (SUAS), que financia os serviços socioassistenciais por níveis de proteção (proteções afiançadas) – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, nomeados por pisos, bem como em modalidades de gestão administrativa municipal, assim chamadas: inicial, básica e plena como última categoria, tendo em cada uma delas uma forma de intervenção, financiamento, contrapartidas e condicionalidades, firmados por termo de adesão. Desde então, todas as ações da Assistência Social no país são regidas por estes dispositivos que se atualizam frequentemente para o aperfeiçoamento da sua gestão.

A Proteção Social Básica, conforme os documentos do MDS, objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em

³⁰ Pochmann (2004) refere que a desestruturação do mercado de trabalho, acompanhada de políticas de corte neoliberal, combina uma nova condição de exclusão que se sobrepõe à velha exclusão herdada pelo passado colonial e escravista.

situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros), e fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

Contempla o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Devem ofertar serviços que promovam a inclusão de pessoas com deficiência. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização.

Para a sistematização destes serviços foi disponibilizado o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), um serviço continuado de proteção social básica instituído pelo Decreto nº. 5.085, de 19 de maio de 2004. Deve ser desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mais conhecidos como "Casa das Famílias". Esses Centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza. O CRAS deve prestar atendimento socioassistencial, articular os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica, tendo em vista o fortalecimento de parcerias no território. Deve também articular a intersetorialidade, considerando as políticas públicas as iniciativas do setor privado e do terceiro setor, com o objetivo premente de garantir o acolhimento das demandas da sua área de abrangência.

Atualmente, o país conta com 3.910 unidades de CRAS que recebem recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, além de outras que aguardam o repasse financeiro para o seu co-financiamento. No Estado de São Paulo estão em funcionamento 327 CRAS(s), dos quais quatro foram implantados pelo município de Ourinhos na gestão 2005/2008.

A modalidade Proteção Social Especial está dividida em dois níveis de complexidade: média e alta. Os serviços de média complexidade são considerados aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesse sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) deve se constituir como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade. Atualmente no país foram implantados 1.054 CREAS. No Estado de São Paulo existem 109 CREAS em funcionamento. O município de Ourinhos possui um CREAS que presta serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual

contra Crianças e Adolescentes, bem como a seus familiares. Seu objetivo é assegurar proteção imediata e atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes vítimas de violência (física, psicológica, negligência grave), abuso ou exploração sexual comercial. Conta com um Núcleo de Apoio que desenvolve a prestação de serviços de acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Tal acompanhamento, previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), deve estar pautado na concepção do adolescente como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento.

Os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são considerados aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com uma grave violação de direitos, sem vínculos familiares e comunitários e se inscrevem na necessidade de proteção integral aos seus usuários. São serviços para indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, oferecidos na forma de Albergue; Atendimento Integral Institucional (abrigo); Casa Lar; Família Acolhedora; República; Moradias Provisórias; Casa de Passagem.

O MDS, na gestão das ações de proteção social, requisita aos municípios que todos os usuários do sistema SUAS estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que funciona como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É imperativo o seu uso para a seleção de beneficiários de programas federais (por exemplo, os de transferência de renda) e para integração de programas sociais do governo federal.

Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou seja, atualmente o valor de R\$ 232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos). Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, estando disponível o uso da sua base de informações para os governos municipais, estaduais e federal, caso queiram obter diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Este banco de dados possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas para esse segmento da população.

A PNAS refere que o MDS tem compromisso com três frentes de atuação: na defesa do direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social, compromisso também do CNAS. Nesse sentido, o MDS lançou em janeiro de 2004 o Programa Bolsa Família (PBF), firmado na categoria de política de renda mínima (transferência condicionada de renda), disposto na Lei nº. 10.836, de 9 de Janeiro de 2004 (vide Anexo I – página 107), descreve no seu artigo 4º os objetivos básicos:

[...] do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são: I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Segundo o MDS, a implantação do PBF (unificando os programas remanescentes) aperfeiçoa gastos com maior cobertura, tanto no valor transferido quanto na quantidade de beneficiários, bem como o aprimoramento na gestão.

Conforme informações veiculadas no *site* do MDS, sob o título “OIT considera integração dos programas brasileiros a vanguarda da política social”³¹, o Ministro Patrus Ananias foi convidado à participar da 304ª. Reunião do Conselho de Administração da Comissão de Emprego e Política Social para expor um painel sobre o PBF ao Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ocorrida em Genebra, na data de 18 de março de 2009. Nessa ocasião verbalizou que:

[...] o Cadastro Único brasileiro. “É o mapeamento dos pobres para que possamos desenvolver um conjunto de políticas públicas que possam atender estas famílias”. Disse mais: “Neste momento de crise, as prioridades devem ser sociais. Apelo a todos os países para que possamos somar esforços para cumprirmos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015”. Ele explicou que os recursos dos programas sociais movimentam e dinamizam as economias locais, criando uma nova massa de consumidores e ajudando a enfrentar a crise atual. Patrus Ananias também lembrou que as políticas sociais não se contrapõem ao trabalho. Muito aplaudido, o ministro encerrou sua participação com um discurso contundente: “Considero fundamental erradicarmos a fome e a desnutrição, virarmos a página desta vergonha histórica. Mas nós queremos mais. Além da emancipação das famílias, queremos construir uma sociedade em que todos, sem exceção, tenham um mesmo patamar de igualdade”.

Slides demonstrados pelo Ministro³² nesse evento apresentam o PBF Bolsa Família como articulador de oportunidades para a inclusão, bem como as informações do Cadastro Único permitem localizar as famílias e identificar suas características, direcionando a oferta de serviços públicos de acordo com seu perfil. Fala em autonomia e emancipação das

³¹ Implantado no site em 19/03/2009 às 18:32’.

³² Anexo no CD-ROM.

famílias. Cita alguns exemplos: alfabetização de adultos, habitação popular, acesso à energia elétrica e inclusão bancária. Refere ainda estudos apontando que o Bolsa Família tem efeitos imediatos e significativos sobre as condições de vida da população pobre, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a redução da pobreza e da desigualdade, a redução da desnutrição infantil, a redução do risco de trabalho infantil, a dinamização das economias locais, a equidade de gênero (empoderamento das mulheres), o acesso a bens básicos de consumo que melhoram a qualidade de vida e a auto-estima. Assegura, enfim, que o programa não gera desincentivo ao trabalho.

O Ministro ressaltou nessa reunião, em suas considerações finais, que o PBF não deve ser visto como uma estratégia auto-suficiente para a redução da pobreza e da desigualdade. Seus resultados somente podem ser adequadamente dimensionados quando considerados em sua inserção na rede mais ampla de proteção e promoção social do Brasil; as políticas sociais devem ser vistas como garantidoras de direitos sociais e também como um elemento fundamental para o processamento de situações de crise, promovendo um padrão de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sólido; e que as políticas sociais – em especial as transferências de renda às famílias pobres – têm um efeito dinamizador sobre a economia, mantendo o consumo e contribuindo para reduzir os efeitos da crise.

O MDS no cumprimento da meta de coordenação das ações de assistência social, de segurança alimentar e nutricional e de transferência de renda, articula a estruturação de sistemas de políticas públicas integrados: o SUAS e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído por Lei Federal em 2006. O SISAN reúne programas e ações intersetoriais centradas na promoção do direito humano à alimentação adequada; abrange, entre outras ações, equipamentos locais para facilitar o acesso a alimentos e água (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, cisternas); políticas de abastecimento agroalimentar, reforma agrária, alimentação escolar, alimentação saudável; e políticas para o fortalecimento da agricultura familiar (financiamento, assistência técnica e garantia de compra).



Outra estratégia intersetorial utilizada é o Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional - (Planseq Bolsa Família), do Ministério do Trabalho e Emprego, financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esse Plano prevê a execução de ações de qualificação social e profissional, aproximadamente, 200 mil beneficiários (maior de 18 anos), que tenham pelo menos a quarta série do ensino fundamental completa, preferencialmente para as pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente. Uma ação complementar que visa à qualificação profissional de trabalhadores pertencentes às famílias

beneficiárias do Programa Bolsa Família para inserção em postos de trabalho nos setores que apresentam demanda, em especial impulsionados pelo Programa de Aceleração Continuada – nas áreas de construção civil e turismo.

Diante do exposto, é possível notar no atual sistema de proteção social brasileiro que a sua lógica está fundada em preceitos de Bismark³³ e de Beveridge³⁴, com prevalência no modelo Beveridgiano, ainda sob a influência de acordos internacionais inerentes ao contexto globalizado. Coloca-se como uma possibilidade viável na perspectiva de romper com as desigualdades sociais praticadas no processo de construção da política social no país. Impõe-se como uma política inovadora nos aspectos de seguridade social associada à condicionalidades, no entanto ainda com muito a conquistar face aos desafios da contemporaneidade.

O relato empreendido até aqui organizou informações a cerca da caracterização das políticas sociais, o surgimento das políticas de renda mínima em alguns contextos, os seus princípios fundantes e interação com a questão social. Buscou-se a sua inserção no paradigma de proteção social atual brasileiro. A seguir, a conjuntura onde o Programa Bolsa Família está alicerçado.

O Programa Bolsa Família – Conceitos e *modus operandi*.


 ...A gente não quer só dinheiro.
 A gente quer dinheiro e felicidade.
 A gente não quer só dinheiro,
 a gente quer inteiro e não pela metade...³⁵

³³ Otto Von Bismarck lançou um modelo de proteção social baseado no contrato e no princípio da contributividade, segundo Cabrero (1997) um “modelo profissional de Seguridade Social”. Foi implantado no fim do século XIX, para conter a expansão de movimentos socialistas que estavam “perturbando” o processo de industrialização do país. Bismarck, foi pioneiro ao adotar algumas medidas obrigatórias de proteção social (1815-1898) e dentre elas, podem ser citadas: o seguro doença (1883); o seguro acidentes de trabalho (1884); o seguro invalidez e velhice (1889) e o seguro específico de condições de trabalho (1889-91).

³⁴ William Beveridge no ano de 1942 publicou um Relatório ou Plano sobre o Seguro Social e Afins (*Report on Social Insurance and Allied Services*), ancorado no receituário keynesiano, o qual propunha uma completa revisão do esquema de proteção social existente na Grã-Bretanha, sob o formato de um Sistema de Seguridade Social, constituindo-se como uma das pedras fundamentais do *Welfare State* de pós-guerra. Este paradigma abarca quatro principais áreas programáticas: seguro social; benefícios suplementares; subvenção à família; e isenções fiscais. Para cada uma dessas áreas a base de qualificação para o benefício era distinta. O seguro social era baseado em contribuições previamente pagas, enquanto os benefícios suplementares eram não contributivos e, portanto, sujeitos a testes de meios (comprovações de pobreza). Segundo Cabrero, (1997) um “modelo de solidariedade social”. (Vide Pereira, 2007, 2008)

³⁵ Trecho da Música “Comida”, composição de Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto.

Muitos estudos sobre a realidade das famílias brasileiras revelam que um terço da população vive na pobreza absoluta e com baixos níveis de escolaridade, sem acesso ou com acesso muito limitado à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação. Ainda que o país tenha mudado substancialmente ao longo do último século, tais desigualdades sociais mantiveram-se. Neste quadro estão inseridos os beneficiários do Programa Federal “Bolsa Família”.

O MDS lançou o Programa Bolsa Família (PBF) em janeiro de 2004, firmado na categoria de política de renda mínima (transferência condicionada de renda), disposto na Lei nº. 10.836, de 09 de Janeiro de 2004. Conforme descrição do MDS em seu *site*, o PBF integra a estratégia FOME ZERO, que visa a assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O PBF unificou a administração e o controle dos antigos programas de transferência de renda do Governo Federal, chamados Programas Remanescentes: Bolsa Escola, instituído pela Lei nº. 10.219, de 11 de abril de 2001; Bolsa Alimentação, instituído pela MP nº. 2.206, de 6 de setembro de 2001; Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº. 4.102, de 24 de janeiro de 2002; Cartão Alimentação, instituído pela Lei nº. 10.689, de 13 de junho de 2003. Segundo o MDS, a unificação dos Programas Remanescentes reduziu os custos gerenciais e as duplicidades de pagamento, além de possibilitar melhorias significativas na gestão. O PBF é fruto desse conjunto de ações.

Segundo a ótica ministerial, o programa:

[...] unificado representa uma evolução em relação aos programas de complementação de renda no Brasil. Suas principais inovações são: a) passa a proteger a família inteira ao invés do indivíduo; b) aumenta, e muito, o valor dos benefícios pagos; c) simplifica, juntando todos os programas num só; d) mais que dobra os recursos destinados à complementação de renda no país; e) exige um maior compromisso das famílias atendidas; f) potencializa as ações de governo, articulando União, Estados e Municípios. Enfim, queremos vencer a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos (Brasil, 2006, p. 57).

Informa ainda que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi integrado ao Programa Bolsa Família (regulamentado pela Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005), com o mesmo intuito de melhorar a gestão de ambos os programas evitando-se a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos.

O foco principal desse programa é o atendimento a famílias em situação de pobreza. Para as definições do Programa, “*família é um grupo ligado por laços de parentesco ou*

afinidade, que formam um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantêm pela contribuição de seus membros.”³⁶

As famílias elegíveis a participar deste programa são compostas por dois grupos: 1) famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal *per capita* até R\$ 60,00; 2) famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre 0 e 16 incompletos (Grupo 1 e 2), com renda mensal até de R\$ 100,00 *per capita*. Inicialmente, serão atendidas pelo Programa as famílias que já estão no Cadastro Único. Este cadastro é executado e administrado pelos gestores municipais das secretarias de assistência social. Relembrando que todas as famílias que tenham *per capita* até meio salário mínimo podem se cadastrar, porém é necessário atender aos critérios de renda do PBF para ter direito ao recebimento do benefício.

Na tabela A (descrita na página 95 dos anexos), divulgada no portal do MDS, são exibidos os valores de benefícios que as famílias integrantes do Programa podiam receber até o mês de junho de 2008. A partir do mês de julho de 2008, os repasses mudaram, passando a vigorar os valores elencados na tabela B, conforme se pode verificar nos anexos (página 96).

As famílias do Programa Bolsa Família (PBF) que tem adolescentes de 16 e 17 anos matriculados e com frequência escolar superior a 75% passaram a receber o Benefício Variável Jovem (BVJ) no valor de R\$ 30,00, desde o mês de março de 2008. Cada família poderá receber até dois BVJ, ou seja, R\$ 60,00. Com isso, o valor total do benefício das famílias, que antes era de até R\$ 112,00 poderá chegar a R\$ 182,00, de acordo com a renda *per capita* e com a composição familiar. Segundo o MDS, a inclusão desses adolescentes de 16 e 17 anos para recebimento foi baseada em pesquisas que demonstravam maior evasão escolar nessa faixa etária.

Além dos repasses efetuados aos beneficiários, com a celebração de parcerias com o Governo Federal, os valores do PBF podem ser complementados por Estados e municípios, ação dependente dos termos de pacto em cada caso.

O MDS, a fim de incentivar o aprimoramento da qualidade da gestão do Programa Bolsa Família em âmbito local, e contribuir para que os municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade, lançou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado pela Portaria GM/MDS n.º 148, de 27 de abril de 2006. Segundo o site do MDS:

[...] é um número indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Bolsa Família (Portaria GM/MDS n.º 246/05) ...Para receber os recursos, o município deve cumprir os requisitos (Portaria n.º 148, com alterações) a) ter aderido ao Programa

³⁶ Conforme consta no art. 2º, § 1º da Lei N.º. 10.836, de 09 de Janeiro de 2004 que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Bolsa Família (PBF), nos termos da Portaria MDS/GM nº 246/05; b) ser habilitado em qualquer nível de gestão da Assistência Social; c) atingir o valor mínimo de 0,55 no cálculo do IGD e atingir o valor mínimo de 0,2 em cada um dos quatro indicadores que compõem o IGD, sendo que para o indicador de saúde terá este valor contabilizado a partir de fevereiro de 2009 ... Os recursos são repassados mensalmente do Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social, de forma regular e automática, na modalidade “fundo a fundo”, e depositados em conta (aberta especialmente para fins de execução das atividades vinculadas à gestão do PBF).

O Programa se pauta na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que visa a contribuir para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares³⁷: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

Ao entrar no PBF, as famílias se comprometem a cumprir as condicionalidades exigidas para se manter no programa: para a área da Educação - frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos; para a área da Saúde - acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos; para a área da Assistência Social - frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Para se cadastrar no CadÚnico a família deve apresentar documentos referentes a todos os membros que compõem a família: Certidões de Nascimento e Casamento, Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Carteira Profissional de Trabalho, principalmente do Responsável pela Unidade Familiar (RF) e ainda comprovantes de renda e endereço e uma conta de água e luz. É imprescindível a verificação da existência de membros da família que não possuam a certidão de nascimento, pois tal conduta contribui para erradicação do sub-registro de nascimento, que é a diferença entre o número de pessoas que nasceram na maternidade (sobre a qual os órgãos públicos têm controle) e aquelas que foram registradas nos cartórios. A SMAS está empenhada, juntamente com os governos estadual e federal, em providenciar documentação aos usuários,

³⁷ Vide anexo F (página 101).

principalmente o registro de nascimento para os “invisíveis” do sistema. Desse modo, todo cidadão terá acesso ao primeiro documento para o exercício da sua cidadania. O MDS disponibiliza aos gestores a comunicação “Bolsa Família Informa nº. 75” e a Cartilha de Registro Civil de Nascimento para orientações e encaminhamentos³⁸.

Feito o seu cadastramento o usuário recebe um NIS (Número de Identificação Social), que será o seu registro no sistema, o cidadão deverá trazê-lo em todas as ocasiões em que necessitar verificar qualquer informação sobre o seu cadastro, bem como atualizá-lo. É importante que se faça atualização do cadastro sempre que houver alteração nos dados da família, como mudança de endereço, alteração na renda, registro de óbito e/ou nascimento, entre outros. O beneficiário deverá atualizá-lo a cada dois anos (no máximo), caso não receba nenhuma convocação do órgão gestor anterior à expiração desse prazo.

Segundo o relatório de gestão 2007 da SENARC:

[...] Entre os processos desenvolvidos para a qualificação da base de dados do Cadastro Único foram realizados cruzamentos de informações do CadÚnico com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), do Ministério da Previdência Social. O objetivo do cruzamento com a Rais foi identificar inconsistências nas informações de renda declaradas pelas famílias inscritas no CadÚnico, subsidiar processos de auditoria e bloquear e cancelar benefícios que, após atualização cadastral, apontavam a inadequação aos critérios do Programa Bolsa Família. Por sua vez, o objetivo do cruzamento de informações com o Sisobi foi a identificação de eventuais óbitos que não tenham sido registrados no Cadastro (Brasil, 2007, p. 20).

Segundo o *site* do MDS, a Caixa Econômica Federal desenvolveu o Sistema de Gestão de Benefícios (SGB), um sistema informatizado, com acesso via internet, também conhecido como Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec), para a operacionalização das atividades de gestão de benefícios pelos municípios. Nesse sistema é possível consultar desde a situação do benefício de uma família específica, até informações gerenciais sintéticas, como a folha de pagamento do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes no município, bem como realizar bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de cancelamento de benefícios. Desse modo, a Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão da CAIXA é a unidade administrativa responsável, em âmbito nacional, pela interlocução com o MDS quanto à logística de pagamentos e à operacionalização do PBF.

Conforme orientação do MDS, não havendo irregularidade nas informações prestadas e após a inclusão no PBF, o Responsável Legal receberá no endereço cadastrado, por meio do

³⁸ Vide notas sobre o PBF nas páginas 104-106.

correio, o seu cartão magnético (que é gerado automaticamente pelo sistema) para efetuar os saques mensais nas agências bancárias da Caixa Econômica Federal³⁹.

Em se tratando do descumprimento das condicionalidades, a família fica “sujeita a efeitos”, de acordo com a Portaria GM/MDS nº. 321, de 29 de setembro de 2008. Esses efeitos são gradativos e vão desde a advertência da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento, se o descumprimento for repetido em cinco períodos consecutivos. Dessa forma: primeiro descumprimento - a família receberá apenas uma advertência, que não afeta ou altera o recebimento do benefício; no segundo descumprimento - a família terá uma sanção e o benefício será bloqueado por 30 dias, mas recebe acumulado no mês seguinte; terceiro descumprimento - o benefício da família será suspenso por 60 dias; quarto registro - o benefício da família será suspenso por 60 dias (nesses dois períodos, as parcelas não serão geradas e a família fica sem receber o benefício); quinto registro de descumprimento - a família poderá ter o benefício cancelado.

As sanções para as famílias com adolescentes de 16 e 17 anos, beneficiárias do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), são: primeiro descumprimento, advertência; segundo registro de descumprimento, o benefício será suspenso por 60 dias; terceiro registro de descumprimento, o benefício referente ao jovem é cancelado.

Na sustentação da sua proposta, o MDS veicula informações sobre o PBF, destacando seus relevantes impactos na realidade social, dentre os quais o principal é proporcionar renda a 10,6 milhões de famílias, além de reflexos que o programa faz refletir na economia das comunidades, entre outros resultados.

Segundo Pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) o recurso do Bolsa Família é utilizado, principalmente, na compra de alimentos. Em seguida, o dinheiro, segundo os beneficiários, é utilizado na compra de material escolar (46%), vestuário (37%) e remédios (22%). O levantamento mostrou que 94% dos titulares do cartão são mulheres, 78% vivem na área urbana e 65% são pretos ou pardos. E 99,5% afirmaram que não deixaram de fazer algum tipo de trabalho depois que passaram a receber o benefício. Estas informações foram disponibilizadas no site do MDS no link “Notícias” com o título “Redução de pobreza e aumento de recursos sociais marcam aniversário do MDS”.⁴⁰

³⁹ Vide notas sobre a gestão do PBF na página 104.

⁴⁰ Implantado no site do MDS em 23/01/2009 às 11:58' <<http://www.mds.gov.br/noticias/reducao-da-pobreza-e-aumento-de-recursos-sociais-marcam-aniversario-do-mds>>.

Pauta-se aqui estas informações para compartilhar uma situação proveniente do cotidiano profissional. Trata-se da fala de uma mãe que, ao retornar à sua casa depois de realizar a inscrição do seu filho no Programa Bolsa Escola, ouviu o seguinte pedido:

- *“Mãe, cadê a minha bolsa? Você não foi buscar a minha bolsa?”*

Indaga-se a mãe sobre o que respondera ao filho. A mãe responde o seguinte:

- *“Não sabia o que responder, pois nem sabia se teria bolsa para todo mundo. Nem eu e nem outras mães saíram com bolsa. Todas as mães entravam, respondiam as perguntas que as moças faziam e saiam sem bolsa”. (sic)*

A “materialização” da bolsa feita pela criança pode suscitar suposições, por exemplo: o que estes programas e suas nomenclaturas incutem nas expectativas e no imaginário dos assistidos? - Quais são as suas percepções desses benefícios e, especificamente, quais os sentidos assumidos para a vida das pessoas que os recebem?

No compartilhar dessa situação numa reunião de equipe, brinca-se com os profissionais presentes que, se ao menos fosse dado uma mala (que não fosse sem alça) aos beneficiários, pois uma bolsa, para a família toda, possibilita um espaço pequeno para dispor os seus desejos e conteúdos; entretanto, ao pensar numa mala, (sem a pretensão de ser assistencialista), denota que oportunizaria as famílias maior espaço para as suas demandas.

Segundo Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza, em artigo de 16/03/2006, divulgado no mesmo portal, *“esses programas são responsáveis pela saída de mais de 3 milhões de brasileiros da linha de pobreza absoluta. Patrus observou ainda que o MDS não está satisfeito com esses resultados e trabalha preventivamente de maneira a impedir que as famílias brasileiras resvalem na pobreza.”*

O dicionário Aurélio, dá várias interpretações, tais como: fazer escorregar ou cair; fazer incidir; lançar... cair por um declive: levou um tiro e resvalou ladeira abaixo... escorregar, deslizar... passar, decorrer, insensivelmente... passar de leve; correr, deslizando; deslizar.

Qual será o sentido do termo “resvalem”, empregado pelo Ministro? Será que os “excluídos” apenas deslizam, escorregam pela pobreza? Ou estão afundados nela, há décadas, onde não os deixa caminhar por trajetos menos alienantes e mais prazerosos? Certamente não é só no Brasil que isto acontece.

Ao longo do seu desenvolvimento este programa sempre foi alvo de críticas dado as fraudes ocorridas com a inclusão de beneficiários que fogem dos seus critérios.⁴¹

Segundo Zimmermann (2004) o Programa Bolsa Família:

[...] é um Programa de Renda Mínima, pois o mesmo possui uma série de condicionalidades. Sob a ótica dos direitos humanos, tanto o Programa Bolsa Família como os demais programas de Renda Mínima apresentam os seguintes problemas:

1. Problemas de seleção: Na grande maioria dos casos, tentativas de identificação dos pobres através de critérios técnicos dificilmente são capazes de diferenciar os pobres do restante da população de baixa renda. Existem muitos entraves no processo de seleção e escolha das famílias carentes e necessitadas a serem incluídas em programas de Renda Mínima. Em muitos casos, pessoas necessitadas são excluídas dos Programas. O alto grau de atividades econômicas do setor informal, mais presentes nos países subdesenvolvidos, dificulta ainda mais o controle da renda dos cidadãos.

2. Justiçabilidade: A grande maioria dos Programas de Renda Mínima não garante a justiçabilidade e exigibilidade dos direitos ou no pior dos casos, quando existem, não têm tido condições de cumprir essa função. Em função do critério seletivo e condicionalizador, existem muitos empecilhos na criação de mecanismos específicos para a justiçabilidade e exigibilidade dos Programas de Renda Mínima.

3. Custos Operacionais: Vários estudos têm demonstrado o alto custo operacional dos programas de Renda Mínima, principalmente devido à burocracia necessária para se realizar o processo de seleção dos beneficiários e controle das condicionalidades dos programas. O processo de seleção e controle das condicionalidades faz com que muitos programas sejam estigmatizados, sendo por vezes humilhantes para os que dele se beneficiam. Além disso, o custo operacional da seleção e do controle é muito alto. A professora de Economia da UFRJ Lena Lavinas calcula que o caráter altamente focalizado do Bolsa-Família do Programa Fome Zero, implicaria em um custo operacional muito alto. Estimativas semelhantes foram realizadas pelo Professor Claus Offe para os países industrializados. (Zimmermann, 2004, p.01)

Nesse sentido, o projeto de Lei nº. 10.835 de autoria do Senador Suplicy, talvez fosse uma proposta eficaz no acolhimento dessas situações, em termos de direitos sociais, que quer instituir o “direito a uma renda básica de cidadania que vai garantir a todos a liberdade real e a participação do progresso e riqueza da nação”.

Muitos escreveram artigos partindo em defesa do PBF e outros contra, até o presente momento. No entanto, a manifestação de opiniões⁴² intensificou-se na época da eleição para

⁴¹ No mês de janeiro de 2009 foi veiculado no portal da internet do Jornal o Estado de São Paulo que um gato foi cadastrado como beneficiário do Bolsa Família na cidade de Antonio João/MS. A matéria conta que o Sr. Eurico Siqueira da Rosa, coordenador do programa no município de Antônio João (MS), recebia o benefício do gato e de mais dois filhos que este não tem. Os filhos fantasmas faziam jus a R\$ 62 cada, desde o início de 2008, quando Eurico assumiu o cargo... o golpe foi identificado em setembro e o benefício foi suspenso.. ele acabou exonerado a bem do serviço público e está sendo denunciado à Justiça. O promotor Douglas Oldegardo Cavalheiro disse que o servidor terá de devolver o que recebeu ilegalmente. Vide charge página 128. No mesmo dia o portal do MDS veiculou a seguinte matéria: “Acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família mostra eficiência na gestão do programa”. A notícia relata o episódio no município de Antonio João/MS e ressalta que graças ao acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde das crianças, uma das exigências para permanência no Bolsa Família e importante instrumento de gestão, os municípios têm conseguido constatar e corrigir possíveis irregularidades verificadas na condução do programa. Este foi um dos casos de irregularidade que foi corrigido, mas o acompanhamento contínuo se faz necessário para que o PBF tenha credibilidade.

presidente⁴³, colocando-o como um programa estratégico para a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outro aspecto que se faz necessário ressaltar são as queixas proferidas quanto a sua gestão e acompanhamento por parte dos gestores municipais do programa, pois nem sempre possuem recursos humanos necessários ao desenvolvimento das ações que este programa requer.

Existem queixas referentes à operacionalização do cadastro único (CadÚnico). Os profissionais que cadastram e/ou recadastram os usuários requerentes ao programa referem que observaram inúmeras tentativas de omissão de dados, documentos e/ou informações no ato do cadastro⁴⁴.

Ouvem-se comentários de profissionais entusiasmados com a participação dos beneficiários em reuniões e atividades de qualificação e geração de renda e outros que se queixam das ausências nas reuniões e em outras atividades complementares igualmente importantes.

O Senador Eduardo Suplicy (2007) considera que:

[...] por meio, primeiramente do Bolsa Família e, posteriormente, da Renda Básica de Cidadania, esperamos ver todo ser humano no Brasil gozando do direito a uma renda básica de cidadania que vai garantir a todos a liberdade real e o progresso da nação. ...Ela será implementada gradualmente a partir do ano de 2005, sob o critério do Poder Executivo, dando prioridade aos mais necessitados, até abranger todos os brasileiros residentes no país, e os estrangeiros residentes no Brasil há cinco anos ou mais, independentemente de sua condição socioeconômica. A Renda Básica de Cidadania será um benefício monetário de igual valor pago a todos, anual ou mensalmente. O Poder Executivo definirá o seu valor, em princípio o suficiente para atender as despesas básicas de cada um com alimentação, educação, saúde, levando em consideração o nível de desenvolvimento da Nação e da disponibilidade dos recursos do orçamento. Ao elaborar o Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2005, o Poder Executivo estabelecerá o montante necessário de recursos para a implementação do programa. (Suplicy, 2007, p. 04)

⁴² O Programa Bolsa Família foi retratado em várias charges desde o seu lançamento. Vide charges nas páginas 124-127 e indicação de animações na página 123, bem como no CD-ROM anexo.

⁴³ Vide charges da época da eleição nas páginas 124-125.

⁴⁴ Há uma história ocorrida na ocasião de um mutirão para recadastramento, um grupo de mulheres, num dado bairro, combinou falar que estavam separadas dos seus maridos para que então a renda deles ficasse fora do cadastro. Este combinado foi descoberto e as envolvidas chamadas para averiguação. Estas são algumas das histórias que acontecem em meio a muitas outras que cada profissional ligado ao programa poderá contar. Contudo, não são apenas histórias de conteúdo pejorativo, tem-se conhecimento de pessoas que estiveram beneficiárias do PBF durante determinado tempo e, no momento em que sua renda aumentou, comunicaram o fato ao gestor do programa, alegando que o valor recebido foi muito útil num momento difícil de sua vida e que pedia o seu desligamento para que outra pessoa pudesse se beneficiar como ela havia sido numa fase de dificuldades. Há também histórias de pessoas que usaram o valor do benefício para a compra de produtos para o início de um trabalho informal de venda, conseguindo assim aumentar a sua renda e com o passar do tempo não necessitaram mais do recebimento do benefício. Outras, que por meio da participação nas reuniões e atividades socioeducativas obtiveram informações importantes para a mudança de comportamento diante da sua família e da vida.

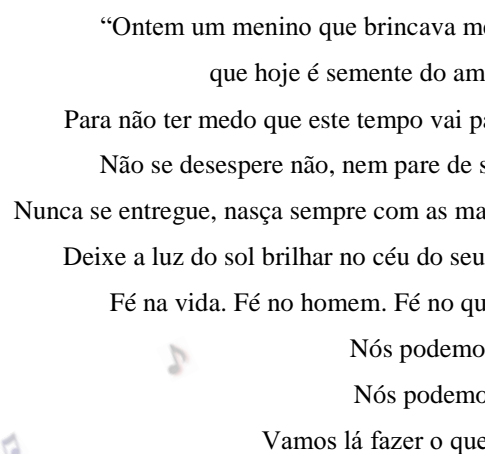
O Senador Suplicy, participante da bancada de entrevistadores do Programa “Roda Viva” da TV Cultura⁴⁵, dirigindo-se ao entrevistado, o ex-presidente Sr. Fernando Henrique Cardoso, questionou (sugerindo-o como um pré-candidato à presidência, juntamente com Aécio Neves e José Serra, outros políticos do partido de Fernando Henrique): qual a indicação do seu partido para o Projeto Renda Básica de Cidadania, caso estejam à frente da próxima gestão presidencial, pois a candidata do PT - Sra. Dilma Rousseff, se posicionou a favor da sua implantação. Fernando Henrique disse que não é candidato para a próxima eleição, mas que é a favor deste projeto. Exemplificou que na ocasião da sua saída tinha pedido para unificar os cadastros dos programas remanescentes e que o Presidente Lula utilizou-o para implantar o Bolsa Família. É evidente o uso partidário que se faz do PBF...

Nesse sentido, o debate sobre os programas de renda mínima e/ou de transferência condicionada de renda implantação desta renda básica se intensificam no atual momento político, em decorrência da aproximação do período eleitoral, bem como os olhares de estudiosos a cerca dos fenômenos intrínsecos.

Diante do exposto são perceptíveis os desafios trazidos pelo debate contemporâneo no estabelecimento de condições mínimas e dignas para a sobrevivência e para o pleno exercício da cidadania dos sujeitos, os quais, na maioria das vezes desconhecem a sua condição de sujeitos de direitos, e se veem condensados nas múltiplas expressões da questão social. Nesse contexto, o assistente social é um dos trabalhadores que atuam para fazer frente às questões sociais. Atualmente é parte fundamental na gestão do trabalho e no processo de operacionalização do PBF, bem como no acolhimento dos seus beneficiários.

Nesse sentido, a pesquisadora considera relevante apresentar alguns aspectos do Serviço Social e o seu campo de trabalho diante da questão social, bem como a sua interação com o objeto de estudo – o PBF. Haja vista que nesse campo de atuação, interlocução de saberes e estabelecimento de vínculos tornam possível a legitimação do ser social e da sua condição de sujeito, na perspectiva de construção de uma nova ordem societária, quem sabe de um “novo tempo”. Sementes do amanhã...

⁴⁵ Este programa foi apresentado no dia 23/03/2009, sobre o tema: Os 15 anos do Plano Real, lançado em julho de 1994, quando ele ainda era Ministro da Fazenda no governo do então presidente da República Itamar Franco. Por que “ressuscitaram” o Plano Real neste momento político?



“Ontem um menino que brincava me falou
que hoje é semente do amanhã...
Para não ter medo que este tempo vai passar...
Não se desespere não, nem pare de sonhar.
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs...
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar!
Fé na vida. Fé no homem. Fé no que virá!
Nós podemos tudo,
Nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será.”

*Gonzaguinha*⁴⁶

⁴⁶ Esta música foi anexada no CD-ROM.

2 - O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL.

*“Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.*

*...Este é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.”⁴⁷*

Carlos Drummond de Andrade

Desse modo, interligando a expressão modernista de Drummond que nada se distancia em sua pertinência da atualidade das divisões reificadas, o Serviço Social não objetiva observar o homem partido, mas inteiro na dialética do viver e em suas relações sociais e históricas. Objetiva identificar o homem–sujeito e não apenas “assujeitado” às estratégias hegemônicas e aos seus meios de regulação. Inúmeros desafios permeiam o contexto do Serviço Social dado o seu objeto de intervenção profissional – as expressões da questão social.

Como diz Yamamoto (2007), os Assistentes Sociais são desafiados:

[...] neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade. Tempos extremamente difíceis para todos aqueles que vivem do trabalho: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores. (Yamamoto, 2007, p. 18)

Os assistentes sociais, juntamente com outros trabalhadores sociais, enfrentam uma conjuntura tensa e desafiadora devido ao avanço das propostas de uma política neoliberal vigente. Dentre as várias atribuições, estes profissionais podem contribuir com as lutas gerais da sociedade e dos movimentos sociais, como o movimento por reforma agrária, o movimento por moradia, enfim, apoiar processos de construção de uma nova ordem societária com sujeitos políticos e críticos atuantes em seus deveres e direitos sociais.

A contemporaneidade vive a efetiva *mundialização da “sociedade global”* impingindo relações sociais aprisionadas no circuito das finanças, na mercantilização de bens de consumo, veiculados como essenciais às necessidades humanas, ou seja, num momento em que a questão social, coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas e

⁴⁷ Trechos da poesia “Nosso Tempo”.

que, segundo Wanderley (2001), traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal.

Neste contexto, os assistentes sociais, que em seus espaços sociocupacionais (em sua maioria) atuam junto ao Estado ou subvencionados por ele, tornam-se profissionais essenciais para o processo de mudança societária, tendo em vista “um compromisso com as presenças e não tão somente com as ausências dos assistidos”⁴⁸. Não se pode visualizar apenas o que falta aos sujeitos sociais, mas também o que possuem de potencialidade, muitas vezes até desconhecida pela falta de acolhimento e escuta. Ainda, esses profissionais buscam legitimar o projeto ético-político da sua profissão, independente das pressões da questão social, considerando-a, mas não se rendendo a ela.

Verifica-se neste tempo a banalização do humano (vide imagens nas páginas 119-120), o agravamento das múltiplas expressões da questão social, descortinadas no cotidiano dos assistentes sociais. Para isso são necessárias (e urgentes) outras formas de intervenção social, pois “a vida só é possível reinventada” (Cecília Meireles), ultrapassando as possibilidades vigentes para melhor apreender o Serviço Social na sua historicidade, nas suas particularidades, tendo como foco decifrar a realidade e construir formas efetivas de garantia de direitos às demandas que se apresentam na contemporaneidade.

Iamamoto (2007b) defende que o Serviço Social, nessa nova dinâmica do capital, visualiza:

[...] o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas -, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão, sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. Em outros termos, tem-se o *reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação* (Iamamoto, 2007b, p. 107).

Desta forma, o resultado originado desse “reino” tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais⁴⁹, indissociáveis da questão social. Consequentemente, os assistentes sociais em seus embates diários notam o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do “círculo da civilização”, restritos e/ou desprovidos de alternativas e oportunidades, ou seja, sujeitos que não conseguem transformar suas necessidades em demandas monetárias, ficando à mercê dos anseios do capitalismo.

Segundo Iamamoto (2007b):

⁴⁸ Fala da professora Maria Lucia Martinelli.

⁴⁹ Vide charges (páginas 121-122) e no CD-ROM.

[...] o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche... ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe. (Iamamoto, 2007b, p. 110)

Nas últimas décadas, evidenciam-se os avanços tecnológicos e a apropriação de conhecimento. Porém, em contrapartida, condições intensas de banalização, numa corrente para trás e não para frente (como se vinculava na década de 70) e como a metáfora presente na animação dirigida por André Lieban⁵⁰: *“Esta vinheta propõe manter o foco no grito do mundo. É quando deixamos de ser indiferentes que fazemos à diferença”*.

É fundamental que o assistente social evite a indiferença diante do que está ao seu redor no seu cotidiano e não entre na “onda de banalizações” que ora a sociedade inscreve, pois as diferenças estão estampadas de forma panorâmica para qualquer sujeito, independente da classe social a com a qual se identifica. Presentes no cotidiano que, segundo Heller, no seu texto *O cotidiano e a História*, a cotidianidade consiste no espaço de satisfação das necessidades essenciais do indivíduo e, portanto, as atividades cotidianas são basicamente determinadas por motivações de caráter particular e as não-cotidianas por motivações genéricas.

Em se tratando do cotidiano dos assistentes sociais, questiona-se:

1. Será que os Assistentes Sociais têm conseguido “fazer diferença” por meio de suas intervenções, trazendo a garantia dos direitos àqueles que deles necessitam, reforçando condutas “genéricas para-si” (na possibilidade de se despertar novos olhares e conceitos diante do cotidiano) ou apenas reificando-as “em-si” (no fornecimento de matéria-prima para a formação elementar dos indivíduos)?
2. O que estão imprimindo nos sujeitos que passam por seus atendimentos em suas práticas?
3. Privilegiam intervenções aos usuários que os coloca na condição de sujeitos ou como assujeitados ao sistema hegemônico vigente?
4. Os assistentes sociais podem ser considerados apenas operadores de programas ou colocam por meio das ações preconizadas nos mesmos, ferramentas para a transformação social?

⁵⁰ Ganhadora do 1º lugar no I Festival Livre de Animação, que pode ser vista no site: <http://www.laboratoriodedesenhos.com.br/corrente_page.htm>.

Enfim, estes questionamentos e muitos outros certamente pulsam no imaginário dos profissionais comprometidos com uma atuação, cuja ideologia está inspirada na transformação social, na consolidação da cidadania, no cultivo da democracia em parceria com a equidade e a liberdade.

A profissionalização do Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Está circunscrito nas relações sociais entre a burguesia e o proletariado. Iamamoto (2007) refere que os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços socioassistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizada nas instituições públicas e nas organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social e suas dimensões, por isso a importância de se atentar as condutas e procedimentos metodológicos utilizados no seu cotidiano profissional.

Diante do exposto, a profissão do Assistente Social surgiu e vem evoluindo permeada de inúmeros percalços nos meandros da estrutura capitalista. Iamamoto (1983) refere que a profissão do Assistente Social é polarizada pelos interesses de classe, pois ao mesmo tempo em que recebe um mandato da classe dominante e é pago por ela para executar as políticas sociais e os serviços sociais, atende de fato com seu trabalho às reivindicações da classe trabalhadora e do povo necessitado.

O Serviço Social, na atualidade, propõe-se a prestar serviços assistenciais como direito da população, descaracterizando e contrapondo a assistência ao assistencialismo cujo caráter é centrado na doação e no favor. Os assistentes sociais têm como proposta a intervenção nas relações sociais dentro de uma perspectiva de “ampliação e consolidação de cidadania, como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais” (Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993).

Os assistentes sociais, quando compromissados eticamente em seu agir profissional, tornam-se referências imprescindíveis no bojo de atitudes emancipatórias e de protagonismo social, bem como na garantia dos direitos sociais. Para isso, esses atores necessitam subsidiar os procedimentos metodológicos numa contínua busca de aprimoramento dos seus saberes, tendo em vista um fazer fundamentado na cientificidade com resultados diretamente dirigidos às demandas sociais.

Marx refere:

[...] Suponhamos que o homem é homem e que é humana a sua relação com o mundo. Então o amor só com amor se poderá permutar, a confiança com a confiança, etc. Se queremos apreciar a arte temos de ser pessoas artisticamente cultivadas; se queremos influenciar outras pessoas importa que sejamos pessoas com efeito verdadeiramente estimulante e encorajador sobre os outros. Cada uma das

nossas relações ao homem e à natureza deverá ser uma expressão específica, que corresponda ao objetivo de nossa vontade, da nossa vida real individual... (Karl Marx – Manuscritos de Paris – III Manuscrito) (Prates, 2003, p.15).

Nesse sentido, a influência e a referência são constantes no trabalho do assistente social, portanto é imprescindível que este profissional, juntamente com os outros técnicos companheiros nas ações profissionais (na transdisciplinaridade), coloque-se “por inteiro” nas propostas e nos planos de trabalho, sob o foco da grandeza de suas ações e resultados, na vertente inspiradora de Fernando Pessoa (1983, p. 223)⁵¹:

Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa.
Põe quanto é no mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive

Manter a profissão de assistente social na vertente de “iluminar novos caminhos”, ou seja, propositiva, além de executiva frente às demandas “obscuras” intrínsecas ao seu percurso, não foi e não é tarefa fácil. No ano de 2007 comemoraram-se os 50 anos de existência da profissão. Ela foi oficializada pela Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957 e regulamentada pelo decreto 994, de 15 de maio de 1962, que criou os Conselhos Regionais de Serviço Social, CRESS, responsáveis pela fiscalização do exercício profissional. A profissão é regulamentada pela Lei 8.662/93. Entretanto, a profissionalização do Serviço Social:

[...] não pode ser creditada nem “a cientificação ou aperfeiçoamento técnico da filantropia” levada a efeito por segmentos do bloco do poder, nem à mera incorporação das tradicionais formas de ajuda do Estado, como meio de controle dos pobres. Nessas perspectivas, o Serviço Social surgiria de uma evolução interna da filantropia e de suas metamorfoses, o que impregna interpretações dos mais variados matizes ideológicos na literatura profissional. (Iamamoto, 2007b, p. 170)

Iamamoto refere que a sua profissionalização é indissociável da investigação permanente:

[...] condição para se imprimir agilidade e competência crítica ao desvendamento dos processos sociais, assim como para elucidar as situações concretas vivenciadas pelos indivíduos sociais, na sua objetividade e subjetividade, que se apresentam como desafios aos profissionais de Serviço Social... (Iamamoto, 2007b, p.184).⁵²

⁵¹ “Obra Poética” (Volume único). Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983, p. 223.

⁵² Refere ainda que: [...] Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição ou, nos termos de Netto (1992), sendo “executores terminais de políticas sociais”. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas *funções e competências*. Os assistentes sociais estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais*. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos (Iamamoto, 2007b, p. 207).

Shakespeare registrou que “depois de algum tempo você aprende a diferença, a sutil diferença entre dar a mão e acorrentar uma alma” (O menestrel). Nesse sentido, o Assistente Social diante das mudanças sociais, dos requisitos de uma postura propositiva, tem buscado um novo posicionamento, aproximando-se dos sujeitos e dos seus interesses como coletividade. Não é recomendável que esteja próximo no espaço e tempo, entretanto ainda alheio e distante do universo cultural das classes subalternas, dos seus desejos e/ou ausência desses, pois dessa forma se manterá na postura de “acorrentar almas” ao sistema hegemônico, alienando e reproduzindo o senso comum, a cultura de massa e conseqüentemente a subalternidade.

Iamamoto (2007a, p. 77) cita que uma das condições do exercício democrático, como já dizia Gramsci, é captar os reais interesses e necessidades das classes subalternas, sentir com ela suas paixões para que se possa efetuar a crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada – papel da “filosofia da práxis”. Desse modo, é requisito do campo de trabalho do Assistente Social uma postura e competência crítica:

[...] capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe *competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade, competência técnica e ético-política* que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social (Iamamoto, 2007a, p. 80).

Uma das lutas dos Conselhos Regionais de Serviço Social é contra a graduação do Serviço Social à distância, pois esse modo mercantil e precário de ensino compromete o pleno exercício dos direitos sociais da população. A formação que a categoria do Serviço Social defende é para além da assimilação de conteúdos. Constitui-se em processo interativo, que pressupõe profundo estudo sobre as teorias sociais e os fundamentos sócio-históricos da construção da sociedade. O momento da graduação é essencial para as trocas de valores e conseqüente ampliação dos horizontes no que se refere ao processo político de produção do conhecimento e preparação para o desenvolvimento de trabalhos compromissados com a transformação social. Essa luta não depende apenas dessa categoria profissional, mas de outros elementos que compõem essa demanda, cuja discussão não é foco desse trabalho.

No recorte desse trabalho, a transformação social, para alguns autores, pode surgir por meio de políticas que garantam os “mínimos sociais” ou uma “renda mínima” aos “inúteis ao mundo”, “supérfluos ao mercado”, a uma “massa de manobra”, enfim, independente da terminologia, sujeitos que não conseguem prover as suas necessidades essenciais para uma vida digna e que correspondem à maioria do público alvo do campo de ação do assistente social e demais trabalhadores sociais.

Diante do exposto neste capítulo, os trabalhadores do campo social estão sendo instigados em seus espaços sócios ocupacionais, a contribuir para atitudes de emancipação e autonomia dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, apesar das banalizações, precarizações, enfim independente da intensidade exercida pelas múltiplas expressões da questão social.

Nessa conjuntura, alguns dispositivos são lançados pelo Estado e “oferecidos” a estes trabalhadores como “ferramentas” necessárias à redução dos efeitos da questão social. Essa pesquisa deseja contribuir com esse processo de análise na tentativa de apreender os possíveis sentidos destes dispositivos, no caso – do Programa Bolsa Família, para os que estão sujeitos ou “assujeitados” a ele; quais são as percepções dos beneficiários e, especificamente, quais os sentidos assumidos para a vida das pessoas que os recebem.

II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento inicial foi identificar se o tema era relevante e se deveria ser pesquisado, para isso realizou-se uma busca em bancos de dados das instituições USP, PUC, UERJ, UNESP, no Portal Scielo da Capes, no período de dezembro de 2005 a maio de 2007. Não foi encontrada dissertação ou tese na área da Psicologia Social referente ao Programa Bolsa Família, ou mesmo em outra área, referente ao assunto. Verificaram-se algumas teses utilizando as palavras-chaves *transferência de renda, renda mínima, pobreza, exclusão social, questão social*, porém nenhuma da área da Psicologia Social e/ou referente aos objetivos desta pesquisa. A seguir, efetuou-se levantamento bibliográfico no foco da pesquisa e leitura na obtenção de clarificação de conceitos e de articulação teórica entre eles, como alicerce para a pesquisa de campo.

A metodologia utilizada nesta pesquisa qualitativa está fundamentada no método dialético, o qual designa o entendimento de que os indivíduos e os fenômenos histórico-sociais possuem trajetórias únicas que devem ser singularmente investigadas. Seus pressupostos epistemológicos indicam que não há lugar para os agentes no campo humano que não sejam sujeitos, de um modo ou outro, protagonistas dos acontecimentos. O método dialético considera o contexto do fenômeno social que se estuda, como essencial para a possibilidade de descobrir suas relações e identificar as contradições.

Nesse sentido, interligaram-se ao processo de análise da pesquisa outras perspectivas estéticas, artísticas e literárias, tais como: charges, imagens, animações, filmes e a citação de trechos de poemas e de músicas, na intenção de colocá-los em consonância com o trabalho, ainda na possibilidade de observar os fenômenos sociais sobre outros enfoques e sentidos; enfim, os procedimentos metodológicos deram ênfase ao trabalho qualitativo dos dados percebidos.

Segundo Rey (2000), a epistemologia qualitativa é um esforço na busca de formas diferentes de produção de conhecimento em psicologia, que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica que representa a subjetividade humana.

Nessa subjetividade, é possível encontrar diferentes repercussões ao âmbito metodológico proeminentes na elaboração e legitimação do pesquisador e do sujeito pesquisado, como produtores de pensamento, sobretudo, pela qualidade das suas expressões e sentidos.

Considera-se que os sentidos são socialmente construídos nos grupos sociais, bem como a forma como as pessoas pensam sobre as coisas “reais e imaginárias” do seu mundo, isto é, o conhecimento apropriado sobre o seu universo, é o resultado de processos interacionais. Na pesquisa qualitativa o *significado* é essencial e pode ser resgatado por meio da análise dos sentidos que o indivíduo lança sobre um determinado fato e/ou fenômeno, enquanto “sujeito” da pesquisa e enquanto sujeito social, ou seja, produto e produtor da sua história.

Desse modo, vislumbrou-se a possibilidade de encontrar elementos que compõem a parte “subjetiva”, a qual se constitui nessa pesquisa como um instrumental precioso para a compreensão, especialmente o *processo*, a *lógica*. Não simplesmente o resultado e o produto.

Na ocasião da pesquisa de campo, o processo de coleta de informações com os beneficiários do PBF utilizou entrevistas em visitas domiciliares, os dados obtidos em grupo socioeducativo e os dados obtidos nas observações de outros técnicos que atendem os beneficiários, foram transmitidos para a pesquisadora no contato cotidiano de seu trabalho de diretora das atividades de proteção básica.

As visitas domiciliares ocorreram após as 17 h., horário em que se encontravam com maior facilidade os beneficiários em suas residências, tendo sido realizadas 20 visitas.

Na ocasião das visitas, quando se colocou o objetivo da pesquisa, houve boa receptividade por parte das beneficiárias. Apenas 02 famílias responderam à entrevista próximo da porta de entrada da casa. Estas famílias foram atendidas pelos técnicos dos CRAS(s) que acompanharam as visitas domiciliares apenas como observadores, sendo que após efetivarem a apresentação da pesquisadora se distanciavam para que houvesse a garantia do sigilo.

O CONTEXTO DA PESQUISA

Na segunda etapa, a pesquisadora contactou o órgão gestor responsável pela administração e acompanhamento dos adscritos no programa Bolsa Família no município de Ourinhos, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), no intuito de comunicar o interesse e disponibilidade, em realizar uma pesquisa científica com alguns beneficiados por este programa, bem como formalizar, por meio de requerimento, o compromisso ético na execução da mesma, e por fim, oficializá-lo no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNESP/Assis.

Os gestores e profissionais desta secretaria demonstraram interesse no desenvolvimento da pesquisa e, de antemão, colocaram-se à disposição para o que fosse necessário. A pesquisadora trabalha atualmente como Diretora de Proteção Social e Organização Comunitária nesta secretaria, com atribuições que contemplam o acompanhamento das equipes que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social CRAS(s), portanto próxima do objeto de estudo, dos documentos e dos processos operacionais deste programa federal. Trata-se de um local privilegiado no campo de investigação.

A título de elucidação, a SMAS segue os preceitos do Ministério do Desenvolvimento Social, que por meio de suas atribuições, criou o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), sob a Resolução nº. 78, de 22/06/2004, pelo qual contempla a Política Nacional de Assistência.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Assistência Social organizaram inúmeros documentos, disponibilizados por capacitações, no seu portal eletrônico, acerca dos propósitos, regulamentos e dispositivos jurídicos à orientação dos gestores públicos. É necessário ressaltar que tais documentos apresentam um cuidado quanto à sistematização dos seus conteúdos, bem como fundamentação científica de maior qualidade em comparação com outras propostas políticas passadas.

O sistema de atendimento proposto pelo MDS considera a *descentralização*, sob o enfoque do reordenamento político-administrativo, configurada como exigência estratégica a fim de alcançar o desenvolvimento da justiça social; a *territorialização* (atendimento por micro-regiões) como proposta de aproximação do cotidiano dos envolvidos, lançando um novo olhar sobre as vulnerabilidades e riscos implícitos; os *requisitos sociais* circundantes do indivíduo e de sua família; e a *análise dos conteúdos* trabalhados.

Dessa forma, requisita aos municípios a implantação de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) integrados ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), para o acolhimento das situações de vulnerabilidade e risco social, atuando como porta de entrada no sistema em cada territorialização.

No momento, o município de Ourinhos possui quatro CRAS(s) em funcionamento. O primeiro foi implantado em 2005, o segundo e terceiro em 2006 e o último em 2008. Cada CRAS possui como referência em sua área de abrangência 5.000 famílias. Juntos, atualmente, abarcam aproximadamente 64 bairros.

As práticas do CRAS são acompanhadas por um coordenador técnico, um assistente social, um psicólogo, um pedagogo, um assistente administrativo, um auxiliar de serviços,

monitores de diversas modalidades nas áreas de: arte circense, canoagem, canto coral, capoeira, dança de rua, educação ambiental, fanfalata, futebol, futsal, informática, *gatte ball*, ginástica aeróbica (p/ adolescentes e adultos), karatê, *jiu jitsu*, ludicidade, teatro, violão, vôlei; e ainda professores de artesanato e de qualificação profissional, dentre outros. Para o desenvolvimento dessas modalidades, os CRAS(s) contam com seus núcleos de apoio, os quais possuem espaço ampliado para atividades coletivas, ainda com locais disponibilizados em parceria pela comunidade, tais como: salas e quadras esportivas da rede escolar municipal e estadual, salões de igrejas e de associação de moradores, dentre outros. A SMAS colocou-se a disposição com toda a infra-estrutura dos CRAS(s) para a realização desta pesquisa. Atualmente o município de Ourinhos conta cerca de 8.000 famílias registradas no Cadastro Único e cerca de 3.400 famílias recebendo o benefício do Programa Bolsa Família.

Na ocasião da execução da pesquisa de campo, realizou-se o levantamento de quantas famílias estão cadastradas nas áreas de abrangência dos CRAS, com o interesse de identificar qual a melhor forma de investigação, amostragem ou saturação. Considerando-se os propósitos da pesquisa, considerou-se a amostragem o método mais adequado.

Em se tratando dos sujeitos da pesquisa e a caracterização da amostra, decidiu-se por trabalhar com os beneficiários do Programa Bolsa Família na faixa etária dos 18 aos 60 anos de idade, de ambos os sexos, convidados a participar voluntariamente. O convite foi anunciado aos beneficiários do Programa Bolsa Família por ocasião das reuniões socioeducativas realizadas pelos técnicos dos CRAS(s) – Centros de Referência de Assistência Social de Ourinhos. Aqueles que aceitaram participar foram informados cuidadosamente sobre todo o conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵³ e demais informações que se fizeram necessárias. O convite foi feito a quatro grupos, um de cada CRAS(s), tendo em vista um número total de 30 pessoas. Os participantes da pesquisa de campo receberam uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo a outra via arquivada pela pesquisadora durante o prazo estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Os procedimentos de operacionalização da pesquisa de campo foram realizados nas dependências dos CRAS(s), que contam com salas de atendimento equipadas e salão para atividades coletivas. Enfim, possuem mobiliário adequado e todos os recursos necessários para a realização das atividades da pesquisa e para o acolhimento dos seus sujeitos, bem como para a preservação do sigilo.

⁵³ Vide Anexo J (página 111).

Optou-se pelo recurso da entrevista semi-estruturada, sob a vertente qualitativa, pois se entende que este instrumental permite ao pesquisador organizar um roteiro (em anexo, página 131) à obtenção de informações desejadas, porém com a possibilidade de aprofundá-las, caso seja necessário e, sobretudo, dá oportunidade ao entrevistado de compreender o caminho para explanação da temática enfocada e ao entrevistador uma maior aproximação dos objetivos de seu estudo. Efetuou-se a aplicação de alguns pré-testes no intuito de verificar a aplicabilidade do instrumental com revisão dos aspectos necessários para a sua eficácia.

Construiu-se, assim, o instrumental de pesquisa, que foi aplicado aos sujeitos da pesquisa em entrevistas individuais e nos “grupos socioeducativos”, nas unidades dos CRAS(s), bem como nas visitas domiciliares.

Considerou-se por grupo socioeducativo, o espaço coletivo que permite uma instância de socialização dos sujeitos, por meio de sua ação e interação, bem como troca de experiências. Nesse espaço de interlocução é possível que os participantes elaborem novos sentidos acerca dos temas trabalhados. No entanto, é necessário um planejamento cuidadoso, tanto na escolha e na organização dos temas (incluindo os participantes nesse processo), como nas técnicas que serão utilizadas para o seu desenvolvimento. No grupo socioeducativo priorizou-se a informação e o estímulo das potencialidades de cada sujeito, num processo dialógico e reflexivo entre os participantes e o focalizador do grupo, salientando a importância de cada um no grupo, bem como a expressão de conteúdos, tendo em vista um processo constante de comunicação-reflexão-ação sobre o modo de ser e estar no mundo.

A visita domiciliar é um instrumento técnico-operativo utilizado na atualidade por outras áreas do saber, como por exemplo, pela enfermagem e medicina nos Programas de Saúde da Família (PSF), principalmente com o objetivo de monitoramento epidemiológico de um dado território. No entanto, é notório que esta técnica era utilizada pelo Serviço Social, muito antes da implantação do PSF.

O Serviço Social utiliza esta técnica-operativa no intuito de atender o “assistido” na sua unidade domiciliar. No âmbito geral, objetiva aproximar e conhecer a realidade social do sujeito; observar aspectos concernentes ao seu arranjo e dinâmica familiar; identificar necessidades e demandas sociais para criar e fortalecer um vínculo entre o visitado e o profissional, tendo em vista, principalmente, o acolhimento de suas vulnerabilidades e fragilidades na construção de alternativas e/ou perspectivas de resolução das demandas sociais presentes. Nesse procedimento técnico é de extrema importância o posicionamento ético do profissional diante da realidade social visitada, destituído de pré-julgamentos e pré-conceitos,

respeitando o indivíduo na forma como estabelece suas relações e interações sociais, e como se posiciona na condição de sujeito no espaço e no tempo.

O MDS considera que a visita domiciliar no acompanhamento dos beneficiários do PBF pode:

[...] possibilitar compreensão, registro e análise de dados sobre a dinâmica da vida familiar, suas vulnerabilidades e potencialidades; prover estímulo e orientação à família na busca de soluções e na construção de um projeto de superação de suas vulnerabilidades; identificar necessidades e realizar encaminhamentos para a rede de atendimentos, local e/ou de proteção especial; acompanhar os encaminhamentos realizados; e estimular e mobilizar a família para participação no serviço, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2006, p. 51).

A pesquisadora, por meio de observações efetivadas no seu cotidiano profissional, somadas aos procedimentos de visita domiciliar e grupo socioeducativo, instrumentos utilizados para a coleta de informações, observou os aspectos concernentes a cada tópico da entrevista e organizou os conteúdos em categorias de análise, com a intenção de desvelar os possíveis sentidos do Programa Bolsa Família para a vida dos beneficiários pesquisados e, conseqüentemente, contribuir para o aprimoramento das ações no âmbito da Assistência Social.

III - OS SENTIDOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Considera-se que a dialética, na busca de entendimento do social, aborda o estudo das coisas e dos fenômenos da natureza e da vida social em suas mútuas relações e contradições; propõe ainda a articulação do todo e suas partes em uma unidade mais ampla, em constante processo de totalização, permitindo maior visibilidade e criticidade da realidade social. O recorte desta pesquisa qualitativa pretende, à luz da dialética, apreender os possíveis sentidos (significações) do Programa Bolsa Família (PBF) nas relações sociais dos seus beneficiários, a partir de suas falas.

Tendo em vista o objetivo de compreender os possíveis sentidos do PBF para um conjunto de seus beneficiários, foram construídas algumas categorias de análise a partir dos dados da pesquisa de campo, levantados com as entrevistas individuais e grupais (grupos socioeducativos que compõem parte da estratégia de ação do PBF), visitas domiciliares e observações realizadas no cotidiano profissional da pesquisadora, por intermédio do procedimento da pesquisa participante.

Os dados das entrevistas individuais

A análise revelou a pertinência das seguintes categorias:

- *“Famílias monoparentais e mãe como arrimo de família”*; *“Fragilização dos vínculos conjugais”*; *“Contribuição para a formação educacional e profissional”*;
- *“Deus como o amparo”* e *“Impotência social”*;
- *“Aparência de interferência e não interferência do PBF na dimensão subjetiva”* e *“Vivência psíquica preservada”*;
- *“Possibilidade de previsibilidade”*; *“Deslocamento nos ideais pelo PBF”*; *“Ampliação do poder de contratualidade social”* e *“Pertença social”*;
- *“Dificuldades no exercício das funções parentais”*;
- *“Herdados e herdeiros de outros programas sociais”*;
- e *“Administração exímia de valores irrisórios”*.

Tais categorias de análise decorrem das elaborações na relação dialógica entre as informações do campo e o trabalho do pensamento realizado pelo pesquisador. Outras

determinações do concreto foram acrescentadas na medida em que se ampliou o pensamento produzido, ou seja, na medida em que a análise foi se aprofundando. Pequenas mudanças no rol de categorias foram introduzidas na análise.

Das observações gerais sobre o grupo pesquisado, apurou-se que dentre as 20 beneficiárias entrevistadas, 13 compõem famílias monoparentais (chefes e/ou referências dessas famílias), 05 são famílias reconstituídas (casais que passaram por outros relacionamentos conjugais) e 02 possuíam a condição de família nuclear.

Em se tratando das configurações familiares apresentadas, considerou-se pertinente a categoria *“Famílias monoparentais e mãe como arrimo de família”*, como podendo dar conta da característica marcante da situação da maioria das mulheres entrevistadas. Elas mantêm o provimento das necessidades básicas com o valor do benefício, suplementado com o ganho em trabalhos informais. Ou seja, nota-se inexpressiva participação dos ex-companheiros na manutenção das despesas, estando os mesmos ausentes na educação dos filhos. Tais dados mais gerais foram cotejados com todos os conteúdos das falas que pareciam ir nessa direção.

Foi construída outra categoria de análise, associada à anterior, *“Fragilização dos vínculos conjugais”*, posto que é traço comum os beneficiários terem passado por vários relacionamentos conjugais; relatam também ser essa uma característica das famílias de que são oriundas. A pesquisadora, ao longo da sua atividade profissional, observou que esses arranjos de convivência parecem bastante frequentes em pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Essa é a situação dos beneficiários do PBF. Tal fragilidade de vínculos, desse modo, parece revelar-se muito mais como uma estratégia de sobrevivência, portanto, mais uma força do que uma fraqueza. A manutenção dos vínculos conjugais parece bastante afetada pela necessidade de sobrevivência financeira e mesmo afetiva, ficando necessariamente em segundo plano certo “ideal do amor romântico” e do modelo hegemônico de construção de formação de família, com seus rituais de passagem, tais como namoro, noivado e casamento. As alianças se dão sem delongas e pelos mais inusitados motivos. Entretanto, são comuns a referência queixosa e as marcas de frustração e arrependimento deixados por relacionamentos desfeitos. Pode-se pensar que essa força canalizada obrigatoriamente para a sobrevivência acaba sendo “recuperada” subjetivamente de forma negativa. Como se os ideais, ainda vigentes no imaginário social, do amor, do casamento e da família operassem uma negação nostálgica do presente. Percebe-se que tal contexto social e subjetivo não deixa de capturar possíveis efeitos fortalecedores da participação no PBF.

Nesse sentido, relacionamentos instáveis, quando geram filhos, geralmente em situação de separação, os mesmos ficam sob a responsabilidade materna, tanto na questão afetiva, quanto financeira. Essas breves colocações visam situar um dos aspectos da caracterização dos vínculos e das modalidades de arranjo familiar. Por certo as categorias construídas estão relacionadas com outras, presentes na análise desses fenômenos sociais e subjetivos, como “relações de gênero” e “modalidades de vínculo afetivo”. Nossos dados não permitem o aprofundamento desenvolvimento desses aspectos, mas parecem suficientes para indicar a pertinência da análise dos usuários do PBF, a partir de tais aspectos, sem os quais não é possível a reflexão aprofundada dos “sentidos sociais e subjetivos” de tal programa de renda mínima.

Outra categoria construída a partir dos dados coletados é “*Contribuição para a formação educacional e profissional*”. Evidenciou-se que essas beneficiárias possuem baixa escolaridade, sendo 12 analfabetas, 06 que frequentaram até a 2ª série do ensino fundamental e 02 que concluíram a 4ª série do ensino fundamental.

Quanto à qualificação profissional, relataram experiências profissionais ligadas à área de emprego doméstico, diarista, trabalhador rural, venda eventual de salgados e pães; todas de baixa remuneração financeira. Nesse contexto, parece que o PBF torna-se uma contribuição significativa. Entretanto, os discursos dos entrevistados indicam que, mesmo assim, não vai além de um paliativo de reposição financeira. Nessa direção, perguntamos: não prevalecerá o sentido de administração de um pequeno suprimento incapaz de ajudar a qualificação dos excluídos do mercado de trabalho?

O suprimento parece revelar-se pouco, diante de muita necessidade. Nas falas, revelou-se a apresentação de sofrimento vivenciado em suas vidas com grande intensidade:

olha se eu começá falá, você nem vai acreditar. Passei por poucas e boas nessa vida. Trabalho desde pequena para ajuda minha família. Depois que eu casei continuo do mesmo jeito, agora tem os filhos que depende de mim, mais eles são uma benção! Querendo ou não querendo, eu tenho que cuida deles porque não posso conta com o pai deles. Esse só que saber de bebe pinga e não qué nada com nada. O pouco que o cê vê aqui dentro de casa fui eu quem coloco, mas com a ajuda de Deus e agora com a ajuda do governo a gente vai melhorá, se Deus quisé. Minha vida é isso fia.

Outra entrevistada falou que tem uma vida de muitas perdas, tanto materiais quanto afetivas, mas que nunca perdeu a esperança de a vida melhorar. Conta que o que tem em sua casa foi tudo ganhado, não possui condições para comprar coisas novas, mas agradece a Deus por ter pessoas que doam coisas úteis para ela. Refere que não conheceu seu pai (ignorado) e sua mãe faleceu quando tinha 02 anos de idade, com isso, foi criada por uma tia materna. No momento, tem apenas um tio paterno é considerado como o pai que ela não teve.

A maioria das entrevistadas ressalta aspectos das suas vidas, em que a maior intensidade cabe aos aspectos ruins de suas vivências, colocando-se (de certa forma) como impotentes diante das adversidades da vida e relegando a Deus a possibilidade ou não de ser feliz, com verbalizações do tipo: “Deus é quem sabe”, “Se Deus quiser um dia tudo vai melhorar”, “A gente tem que ter muita fé, pois sem fé a gente não faz nada” (sic). A análise desses aspectos marcados nas falas dos indivíduos entrevistados foi a base da construção de duas categorias de análise claramente relacionadas, **“Deus como o amparo”** e **“Impotência social”**.

Na ocasião das visitas domiciliares ou na avaliação das condições sociais para a inclusão no PBF, os usuários em sua maioria se posicionam (no gestual, na fala, por vezes na vestimenta) em condição de subalternidade, carência e marginalização, ou seja, reafirmando a condição de usuário em potencial para programas sociais, temendo perder a sua elegibilidade e a concessão de algum benefício. Nessas circunstâncias, o indivíduo se vê diante de um técnico que tem em suas mãos “o poder” para incluí-lo ou não em concessões e programas sociais.

Dadas essas condições de aparente minoridade psíquica e de pouca pertinência social, que claramente é acentuada e sublinhada em sua visibilidade pela “triagem” para entrar no programa, os indivíduos colocam-se como radicalmente excluídos da condição de sujeitos dignos de direitos sociais, ainda que mínimos, reafirmando a sua condição de impotência social. É inequívoco que um dos sentidos do PBF vai numa direção exatamente oposta dos seus declarados objetivos e mesmo de alguns outros efeitos positivos de suprimento financeiro.

Esses aspectos, e outros descritos adiante, fazem supor a pertinência das categorias de análise propostas, **“Deus como o amparo”** e **“Impotência social”**. Todas as expectativas, mesmo as mais imediatas, são rebatidas em Deus como o suporte essencial do suprimento de forças e recurso para enfrentamento de adversidades. Embora o Presidente Lula seja considerado por alguns como “um novo messias”, está longe da fé em Deus. Não há dúvida de que os favores de Deus não são sem relação com o merecimento. Esse merecimento parece ter na reverência e louvação alguns dos seus componentes importantes, fechando, aparentemente, o ciclo de subtração da capacidade de fazer por si. Uma dimensão do PBF percebida como suprimento, como dádiva do Outro, pode concretizar nas ações, tanto de doação, quanto de exigência de contrapartidas (condicionalidades), algo que contraria os objetivos explícitos desse programa de renda mínima. Contrariará também seus objetivos políticos? Eis aí uma questão que parece relevante.

A reflexão permitida por essas duas categorias de análise pode ser contextualizada na relação com diversos conceitos presentes nas análises dos sujeitos em situações de extrema e prolongada falta de favorecimento social: “cultura da pobreza” (Lewis, 1972); “minoridade social” (Melman, 1992); “Cultura do Narcisismo” (Lasch, 1983) e “Cultura do misticismo” (Costa-Rosa, 1995), entre outras. Essa contextualização conceitual permite ampliar o alcance analítico das categorias construídas nessa abordagem preliminar dos sentidos do PBF para seus “incluídos”.

Também parece pertinente extrair da tônica dessas duas categorias conceituais outro sentido expresso diretamente em uma das falas dos usuários: “Deus no céu e Lula na terra”. Os beneficiários demonstram estar desprovidos de algum “espaço” de pertencimento social. Como se, incluídos ao menos como filhos de Deus, recuperassem ou mantivessem o mínimo de pertença no sagrado, no acolhimento de Deus, o que fica negado pelas dificuldades do cotidiano.

Das 20 entrevistadas, apenas 03 pessoas evidenciaram ocorrências agradáveis em suas vidas, lembranças de fatos familiares que não se esquecem e exemplos de atitudes de pessoas que foram referências afetivas em suas vidas, como pais, avós, tios e madrinha.

Nas casas de um grupo dos indivíduos entrevistados e visitados, havia manifestações de uma boa expectativa de vida, por exemplo, flores enfeitando o interior da casa; quintal limpo com plantas, ervas aromáticas e medicinais e algumas verduras; lembranças de trabalhos escolares espalhados pela casa em local de destaque; enfeites feitos com material reciclado; algumas fotos de eventos familiares. As falas desse grupo revelam que receber o benefício do PBF não deixa de ser bom, mas nelas sublinha-se também, claramente, que prefeririam não ter que recebê-lo; notou-se naquele espaço um misto de necessidade e vergonha. Disseram que ter trabalho e poder, com o salário, pagar as contas é melhor do que ter que depender do benefício.

A tônica desses discursos permitiu a construção das categorias ***“Aparência de interferência e não interferência do PBF na dimensão subjetiva”*** e ***“Vivência psíquica preservada”***. A organização do espaço das casas, apesar de bastante modestas, parece refletir um “espaço” mais organizado, aparentes expressões da “boa organização psíquica e pertença emocional” de seus ocupantes. Parece claro que estes indivíduos usufruem do aspecto financeiro com pequenos benefícios para a sua inserção no espaço social, embora com certo “pudor”, mas sem se deixarem afetar em sua dimensão psíquica, que, por sua vez, já se apresenta orientada em relação aos ideais sociais e posicionada na perspectiva das conquistas.

O subgrupo acima está entre os poucos beneficiários que verbalizaram sentir constrangimento em fazer parte do PBF, pois a maioria sequer citou o desejo de trabalhar para conseguir manter o provimento de suas necessidades⁵⁴. Mencionam que não têm trabalho e, quando questionados se estão à procura, alguns afirmaram que cansaram de procurar, outros, que possuem baixa escolaridade e qualificação, dificultando o acesso ao trabalho. Para a maioria, o fato de fazerem parte desse programa “é uma benção”, “bom”, “um apoio”, “uma força”, “bom, graças a Deus ajuda muito”, “uma certeza que eu tenho que no dia de receber o dinheiro vai tá lá”, “um incentivo que o governo dá”. É perceptível, em alguns casos, a omissão e/ou manipulação de informações por parte dos beneficiários para conseguir se enquadrar na renda mínima *per capita* estabelecida pelo programa.

Essas observações conotam, por si, as situações contrastantes também encontradas na amostra dos indivíduos entrevistados, participantes do PBF, em cuja realidade o suprimento e as condicionalidades revelam pouca possibilidade de interferir. Ou seja, há um subgrupo de indivíduos que aparentemente não contam sequer com a continência mínima necessária para a possibilidade de se beneficiarem. Seriam eles os únicos que apresentam a objeção radical às políticas de suprimento como “redução de danos”? Está aí uma questão que pode merecer tentativas de resposta, sobretudo se não eludirmos os efeitos radicais da exclusão social e psíquica do modo capitalista de produção em sua fase avançada, a fase de consumo, nesse caso, aquela condição que Castel, designou por “desfiliação”.

As beneficiárias disseram que os valores dos benefícios não são suficientes para o atendimento das suas necessidades. No entanto, desde que iniciaram o recebimento contam com ele para as despesas: em primeiro lugar, alimentação; segundo, material escolar; terceiro, vestuário. Alegam ainda ter passado a comprar alimentos que os filhos antes pediam e não podiam comprar com frequência (leite, bolachas, frutas). Uma delas falou que com o recebimento paga o financiamento de sua casa no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), mais a taxa de IPTU no valor de 26,00 (vinte e seis reais), e que agradece muito, pois se não fosse assim, não poderia manter sua parcela em dia. Outra, comentou que deixa o valor do seu benefício (R\$ 132,00) especificamente para a compra de frutas, verduras e legumes, com isso melhorou a qualidade da alimentação em sua casa. Uma delas disse que destinou o valor do benefício para pagar cursos de qualificação profissional para a filha, pois quer que o futuro dela seja melhor, com mais oportunidades. Outra beneficiária se queixou, diante dos filhos, que o benefício diminuiu, pois eles não estavam frequentando com regularidade a escola e

⁵⁴ Contrariando a fala do Ministro Patrus Ananias de que o “PBF não é desincentivo ao trabalho”.

com a queda no valor do benefício deixou de comprar vestuário e de cobrir outras necessidades da família. Após esta queixa, ambos os filhos disseram que no próximo ano letivo irão melhorar para não perder o benefício. Nesse momento, a mãe demonstrou receio de que eles não cumpram com essa promessa, proferida em outras ocasiões.

Com relação ao tema das perspectivas de futuro, presente nas entrevistas ou colocado pela pesquisadora, a grande maioria expressou que pensam num futuro melhor para os filhos. Verbalizaram que gostariam que os filhos estudassem, tivessem uma boa profissão, melhores oportunidades e melhor saúde. Uma delas mencionou que gostaria muito que a filha conseguisse “fazer uma faculdade e ser alguém na vida” (sic). Apenas uma entrevistada falou que pensava num futuro melhor para a sua família, por meio de um emprego estável e não depender mais do benefício do PBF para o suprimento de suas necessidades.

Será que essas pessoas perderam a capacidade de projetar seus próprios sonhos? Remetem aos filhos os desejos não realizados? Será que momento sociohistórico não viabiliza recursos para que possam realizar seus sonhos? Nessas pessoas, o PBF parece não conseguir mobilizar potencialidades relacionadas aos ideais de um projeto pessoal de vida; será esse deslocamento que fazem para os filhos, algo que já é cultural, ou será seu modo de dizer que os seus ideais já estão perdidos?

A categoria “*Possibilidade de previsibilidade*” foi construída procurando dar conta dessa incidência do PBF nas perspectivas de futuro de seus usuários. Embora se trate daquilo que pode ser considerado mais básico, a garantia de poder se alimentar continuamente sem percalços, e mesmo as consequências concretas, sobre a saúde e o bem estar diário. Mesmo que com valor insuficiente para prover todo o sustento da família incorporam o valor à renda familiar. Contanto que cumpram as condicionalidades, as beneficiárias em cumprimento com as condicionalidades podem contar com o valor do mesmo todo o mês. Todos os beneficiários expressaram temor em perder o benefício e a sua previsão de entrada monetária no orçamento da família.

Esse bloco das informações, presentes nos dados, indica a presença de outra dimensão da previsibilidade de futuro. Trata-se daquilo que a categoria “*Deslocamento nos ideais pelo PBF*” procura condensar. Nota-se que, embora com raridade na amostra de famílias analisadas, existe uma colocação do PBF a serviço de perspectivas de futuro mais amplas, relacionadas com os ideais sociais, como investimento em qualificação profissional, visando ao futuro. Não se deixou de notar que isso é possível quando tal perspectiva de ideais está preservada; e que, em contrapartida, para a maioria dos outros sujeitos esse futuro apresenta perspectiva de abertura para outras expectativas. Evidenciou-se, portanto, que essas duas

categorias de análise apontam (cada uma a seu modo), para a pouquíssima capacidade de impacto imediato do PBF na “localização subjetiva” de seus usuários, embora tenham relevância significativa em sua posição social. Podemos ver aí também uma inter-relação com o sentido condensado em outras categorias construídas anteriormente.

Outras categorias que os dados nos permitiram construir, “*Ampliação do poder de contratualidade social*” e “*Pertença social*”, estão bastante interligadas às categorias analisadas anteriormente. É inegável que a capacidade de referenciar-se socialmente segundo a lógica do consumo é um dos fatores importantes de ampliação do poder de contratualidade social. Para tanto, o acesso a certa quantidade de dinheiro é imprescindível. O PBF proporciona o implemento concreto da capacidade que o beneficiário passa a ter de negociar suas vontades, usando o dinheiro recebido para comprar os desejos de consumo, por certo limitados; mas de posse do cartão, ou comprovante do recebimento, pode inserir-se numa dimensão “*high-tech*” da pertinência social comum, recuperando um poder efetivo de compra, e ao mesmo tempo a percepção de que seu poder de contratualidade se amplia socialmente, também pela perenidade desse poder. Ademais, são bastante conhecidos os argumentos, de que essa renda incorporada por camadas da população até então excluídas do consumo, que no caso significa dizer o mesmo que excluídas da circulação social, movimentam significativamente o comércio⁵⁵. Essa recuperação subjetiva do valor de cidadania introduzida pela via da inclusão no consumo parece estar presente para todos os destinatários do PBF que realmente conseguem inserir-se nas normas exigidas para se beneficiar continuamente. Entretanto, é mais perceptível nas pequenas cidades, por sua importância relativa nas economias locais.

O beneficiário legal tem à sua disposição uma conta simplificada num banco oficial onde recebe o benefício; caso queira utilizar essa conta, acrescenta em seu “universo social” mais esse produto mercantil.

A “pertença social” que já não pode ser obtida pela inserção no trabalho; portanto na produção, por mais alienada que ela seja; parece ser recuperada pelo poder de consumir, mesmo que seja o mínimo para a sobrevivência material.

O tema do cumprimento e descumprimento das condicionalidades acrescenta uma tônica que se ressalta não como um sentido do PBF, mas como algo que se soma às

⁵⁵ Atualmente na cidade de Ourinhos, por exemplo, o PBF, por meio do Governo Federal, coloca no mercado o valor de R\$ 2.700.000,00 média/anual que, somado ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) com o valor de R\$ 5.627.400,00 média/anual, totalizam o montante de R\$ 8.327.400,00 média/anual⁵⁵. Portanto, pode-se considerar um valor significativo para a economia de um município, mais significativo ainda para aquelas localidades que dependem de economias sazonais e restritas em oportunidades de trabalho.

dificuldades de impacto desse programa na realidade social e subjetiva de seus potenciais beneficiários. Para dar conta dessas determinações presentes nos dados foi construída a categoria de análise *“Dificuldades no exercício das funções parentais”*. Com relação às condicionalidades do PBF, a maioria verbalizou que sente dificuldade em fazer os filhos frequentarem a escola corretamente, pois os filhos não valorizam o recebimento do benefício como as mães, tão pouco o ato de estudar. Os técnicos que atendem os beneficiários ouviram várias vezes o pedido de mães para tirarem do cadastro filhos que estavam ausentes da escola. Com isso, deixariam de fazer perceber o descumprimento de uma das condicionalidades exigidas.

Queixam-se de que os filhos querem usufruir do benefício, mas não querem cumprir com as suas responsabilidades. Entre as pessoas entrevistadas, nove se colocaram impotentes diante do comportamento dos filhos:

“eu não sei mais o que fazer pra essas criança ir pra escola, eles não obedece, já bati, já dei castigo, já fiz de um tudo e nada” (sic).

“ Eu não vo mais na escola quando eles me chama porque eu sei que vem bronca e reclamação.” (sic)

“Eu falo, falo, falo, mas ele não me atende” (sic)

“Eu mando ele para a escola, mas ele não vai” (sic)

“Meu filho tá internado na Fundação Casa, vamo vê se ele melhora. Eu não sabia que ele tava metido em encrenca com uns cara errado e com droga, quando fui vê já era tarde. Ele tá animado, aprendendo muita coisa lá e espero em Deus que ele sai dessa. É a primeira vez dele.” (sic)

Uma espécie de contrapartida dessa atitude relatada e mesmo analisada pelas mães em relação aos filhos aparece num fato destacado por técnicos que trabalham com os adolescentes do BVJovem (Benefício Variável Jovem do PBF), transferido para jovens de 16 e 17 anos, mostra que a maioria dos adolescentes não são informados pela família que o valor de R\$ 30,00 acrescido no benefício é referente a sua pessoa, no intuito de contribuir com a sua formação e frequência escolar.

Nas visitas, as entrevistadas em nenhum momento mostraram desrespeito ou descrédito quanto às indagações; ao contrário, demonstraram atenção e satisfação em poder falar sobre as suas opiniões acerca do programa. Várias agradeceram pela visita. Estaria isso expressando mais do que a costumeira reverência diante dos representantes da autoridade supridora?

Dados colhidos no Grupo Socioeducativo

Além dessas visitas domiciliares, foram utilizados os dados obtidos no grupo socioeducativo, cuja função é trabalhar algumas das contrapartidas. Nossa função ali não era a de pesquisadora, mas sim de facilitadora do trabalho grupal na consecução de seus objetivos.

Define-se o grupo socioeducativo como espaço coletivo que permite uma instância de socialização dos sujeitos, por meio de sua ação e interação, bem como da troca de experiências. Nesse espaço de interlocução, é possível que os participantes elaborem novos sentidos acerca dos temas trabalhados.

O papel do organizador do grupo é propiciar um espaço de escuta e interlocução, cuidadoso e acolhedor, sem coação ou qualquer tipo de atitude depreciativa, na perspectiva de uma relação dialógica, participativa, e, sobretudo, a construção coletiva e o exercício da cidadania. Realizou-se um grupo com a participação de 12 beneficiários, sendo dois homens e dez mulheres. No início do grupo os participantes demonstraram apreensão quanto ao que seria perguntado sobre o PBF. Entretanto, aos poucos foram falando, emitindo opiniões, por um período aproximado de 60 minutos. Uma das beneficiárias iniciou falando que tem uma vida simples como Deus quer e que se sente envergonhada e não sabe falar. Outra expressa que “vida de pobre não tem muito que falar é quase tudo igual, falta as coisas pra dentro de casa e você muitas vezes não tem o que precisa, mas com fé tudo se ajesta” (sic). Vários participantes fizeram um sinal de concordância com a cabeça, como que apoiando o que dizia, enquanto ela falava. Demonstraram certo receio aparente em falar sobre suas vidas.

Quando foi tratado diretamente o assunto do PBF, quatro deles se referiram ao programa como uma ajuda nas despesas das famílias; outro disse que para ele representava “uma força”. Referiram-se ainda ao programa como sendo “uma benção”, “esperança de futuro”, “tudo”, “apoio”, “expectativa diferente”, “oportunidade”. Disseram tais palavras sem muitas explicações, de forma contida, um ou outro foi mais expansivo ao falar. Estes beneficiários relacionaram o PBF como uma oportunidade para que os filhos possam estudar e ter um futuro melhor. Uma mãe disse que é muito bom, pois com o valor do benefício paga um curso de informática para a filha.

Os valores dos benefícios destes entrevistados perfazem a média de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais)⁵⁶. Oito pessoas comentaram que o valor do benefício é gasto com alimentação,

⁵⁶ Com relação ao cadastro do público entrevistado, todos aguardaram aproximadamente seis meses a um ano para o início do recebimento do benefício e estão entre seis meses a dezoito meses recebendo o benefício. Os valores somados perfazem a média de R\$ 90,00. Lembrando que a inclusão para o recebimento é feita pelo

uma com estudos da filha e o restante com material escolar e vestuário. Cinco entrevistados alegam que fazem compras parceladas de roupas, pois sabem que têm o valor do PBF para custear o gasto.

No grupo todos foram unânimes em dizer que não gostariam de perder este benefício, pois “ajuda muito”. Uma das entrevistadas, que recebe o valor de R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais) disse que alimentação da sua casa melhorou bastante depois do recebimento do PBF. Deixa o valor do benefício para custear exclusivamente verduras, frutas e leite. Comenta:

antes eu tinha que ficar repartindo o que meus filhos comia para que durasse mais tempo a comida, hoje não preciso fazer isso, sei que se eu souber comprar, o dinheiro do Bolsa vai dá pra comprar as misturas pra casa e as criança vão comer sem brigar (sic).

Com relação às condicionalidades, um entrevistado disse que “acha bom, pois tem gente que só faz as coisas se for obrigado e o que o Governo tá pedindo é pro próprio bem da pessoa” (sic). Seis disseram que frequentam os grupos socioeducativos e palestras, e que os temas têm ajudado no cotidiano das famílias. Três entrevistadas disseram que sentem dificuldade em acompanhar os filhos na escola, pois são muito desobedientes, brigam e faltam e possuem baixa frequência escolar. Dois entrevistados não se pronunciaram.

Quanto ao futuro, referem: “que seja melhor”, “que meus filhos sejam felizes”, “que eu tenha saúde pra cuidar dos filhos”, “trabalho pros meus filhos”, “espero que meus filhos não sofram como eu sofri”, “um futuro com mais oportunidade”, “ver minha filha fazendo faculdade”, “felicidade”, “quero saúde para mim e pros meus filhos”, “que a Bolsa Família não acabe”, “saúde”.

Ao final do grupo estavam mais descontraídos, quatro entrevistados agradeceram e se despediram com aperto de mão. Duas mulheres conversaram um pouco entre elas antes de sair, o assunto era seus filhos. Os homens saíram juntos para o mesmo destino e os demais aos poucos deixaram o ambiente.

Percebeu-se, de modo mais marcante no grupo do que nas visitas domiciliares, um sentido que nos sugeriu a necessidade de inclusão de outra categoria de análise, como no grupo socioeducativo, os beneficiários sugerem uma outra categoria: **“Herdados e herdeiros de outros programas sociais”**, pois a maioria fez e/ou faz parte de programas municipais, estaduais e federais, tais como Renda Mínima, Renda Cidadã, Viva-Leite, Agente Jovem, Ação Jovem, entre outros.

sistema de gestão do governo federal, ficando sob a responsabilidade dos municípios o cadastramento, a sua manutenção atualizada, por meio de monitoramento contínuo.

Como num movimento migratório, estabelecem uma relação de dependência desses programas. Também aparece outra característica nas entrevistas individuais: a transferência da condição de assistido de uma geração para outra, sem romper, portanto, o ciclo de pobreza.

A análise dos dados colhidos nos grupos socioeducativos revelou a pertinência das categorias construídas a partir dos dados das entrevistas individuais. Mostraram-se pertinentes particularmente as categorias *“Deus como o amparo”*; *“Possibilidade de previsibilidade”*: ainda que de imediato, ocorre um planejamento para o presente, tendo em vista o saneamento das despesas pontuais permitido pelo PBF. Mostra-se pertinente também a categoria *“Aumento do poder de contratualidade social”*. A categoria *“Dificuldades no exercício das funções parentais”* mostra-se pertinente num contexto em que as mães parecem se sentir desafiadas também na capacidade de gestão da educação dos filhos, necessidade acirrada frente às exigências do PBF. Finalmente, a categoria *“Deslocamento dos ideais”* aparece com uma nova conotação: deslocamento para os filhos.

Dados colhidos na fala dos técnicos

Esses aspectos da migração entre programas de suprimento social, e da transmissão inter-geracional da pobreza também é observado nas falas de alguns técnicos que atendem os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Eles qualificam estas ocorrências como “acomodação”. Referem que muitos beneficiários do PBF migraram de outros programas ou estão na dependência dos programas da área social há vários anos. Esses profissionais dizem, ainda, que os assistidos demonstram desinteresse pela mudança, parecem apáticos quanto à participação em atividades de qualificação profissional e geração de renda.

Outra questão apontada por esses técnicos é o fato de encontrarem dificuldade na coleta de informações cadastrais. Alegam que os potenciais usuários colocam empecilhos na apresentação de documentos, principalmente os comprovantes de renda, por isso a importância de se conferir os dados apresentados, com vistas à gestão ética do programa, assim prevenindo incorreções e fraudes. Não se pode deixar de notar, a par da possível razão, certo preconceito ao qualificarem os indivíduos como apáticos, acomodados, e mesmo, a princípio, mal intencionados, confrontando a ética dos gestores do programa. Estarão deixando de perceber a principal transferência inter-geracional e histórica, a condição crônica de excluídos de alguns desses indivíduos? E essa atitude de burlar certas normas para a inclusão no programa, não poderia ter como um de seus fatores, o retorno da percepção, ainda

que subliminar, da situação de estar “subtraída” do mínimo necessário, situação, ademais, reforçada pela presença ostensiva do Estado supridor?

Destacou-se também, nas falas destes técnicos, a incidência de famílias reconstituídas inscritas no PBF, sendo que de cada dez famílias do PBF, cinco são reconstituídas, algumas mais de uma vez, com filhos frutos dessas relações conjugais, cujos pais pouco auxiliam na educação, ficando a cargo da mãe a criança, bem como suas despesas.

É constatação comum que são principalmente essas famílias as que expressam a situação de alteração de comportamento e conduta nos filhos. Queixam-se do sentimento de impotência diante do comportamento deles, não conseguem estabelecer limites e regras.

Os referidos técnicos, nas visitas domiciliares que realizam, referem observar que as residências dos atendidos apresentam desorganização – a cada 10 famílias, cinco delas em média, apresentam desorganização no ambiente familiar e higiene precária. Nessas casas, geralmente está também associada certa desorganização espacial quanto às tarefas do cotidiano. Exemplificam: os usuários acordam tarde, não conseguem arrumar os filhos adequadamente para a escola, os pertences e roupas estão misturados e distribuídos pela casa, não havendo restrição quanto ao espaço de circulação de animais de estimação no interior da casa. Quando questionados sobre tais condições alegam que a casa é simples, não tem como mantê-la limpa, ou ainda, culpam as crianças pela bagunça da casa. Será mais um caso de “exagero nas tintas” na visão desses técnicos, ou estaríamos na presença de uma tendência à entropia diante das adversidades da vida?

Outra questão trazida pelos técnicos é que muitos beneficiários verbalizaram nos atendimentos que o governo tem obrigação de dar dinheiro para eles, que são pobres. Outros se queixam de que o governo exige muito pelo valor transferido, falando: “...tenho que fazer tudo isso por causa desse valor”, “...vou ter que ficar no pé dos meus filhos pra ir na escola por causa de R\$ 60,00, então não, pode tirar meu nome do cadastro. Vou continuar fazendo faxina, assim não preciso passar por isso”, “Nossa pra receber trinta reais meu filho tem que fazer tudo isso?”.

Com relação às condicionalidades, os técnicos observam que a maioria dos beneficiários não consegue visualizar o que o seu cumprimento das condicionalidades em longo prazo pode influenciar na qualidade de vida desses beneficiários. Referem-se a estas condicionalidades como obrigação e, por vezes, expressam desconforto em ter que cumpri-las.

Os dados levantados nesse grupo e nas falas dos técnicos, excluído seu conteúdo preconceituoso, parecem reforçar a pertinência das categorias “*Monoparentais e arrimo de família*”, “*Dificuldades no exercício das funções parentais*” e “*Fragilização dos vínculos*”.

Parece pertinente a construção de uma nova categoria para a inclusão de um conjunto de determinações concretas do fenômeno estudado, que ainda não havia ficado tão clara nos dados analisados anteriormente. Propomos “*Administração exímia de valores irrisórios*”, decodificando esses valores em valores monetários, valores do indivíduo para o conjunto social, valores dos riscos para o conjunto social representados por sua situação, valores do risco de que vidas se percam. Alguns indivíduos expressam a consciência clara dessa administração exímia do irrisório.

Por outro lado, esses dados da fala dos técnicos parecem suficientes para indicar a necessidade de trabalhar questões importantes que dizem respeito à sua ética e certamente às técnicas de ação com a população potencial usuária do PBF. Demonstrem dificuldade de tomarem as situações dadas como ponto de partida para a ação. Agem a partir de um ideal, aparentemente, medidos pela imagem média da pobreza na sociedade, o que os impede de ver aquilo que é preciso ser transformado. O resultado aparente é que acabam excluindo aqueles que justamente já são os mais excluídos. Talvez devêssemos concluir que estes dados dos técnicos falam mais deles próprios, do que do PBF e seus potenciais beneficiários. A situação dos técnicos aparece como uma questão delicada, mas que requer aprofundamento de pesquisa e ação transformadora.

IV – CONSIDERAÇÕES

A análise empreendida neste texto revela um breve percurso pelas políticas sociais dirigidas para a redução da pobreza. Para tal efeito, surgiram ao longo da história várias iniciativas conceituadas como políticas de renda mínima, renda básica e de transferência de renda.

Os programas de transferência de renda estão imbricados no processo de mudança da sociedade salarial, com sua base histórica situada nas expressões da questão social como um fenômeno da sociedade capitalista. Surgiram na tentativa de conter os riscos sociais, tais como: fome, doença, invalidez, desemprego, violência urbana; tendo em vista o enfrentamento da pobreza crescente, decorrente da reestruturação produtiva e das intervenções neoliberais, ou seja, da flexibilização e precarização do trabalho.

Diante dessa conjuntura e do paradigma da globalização, as ações estatais no campo da assistência social no Brasil estão sendo reconfiguradas sob o escopo do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que estabelece um sistema de proteção social, dentre as suas várias vertentes de ação, prevê a implementação de políticas de transferência de renda, no atendimento aos segmentos da sociedade com foco nas situações de vulnerabilidade e risco social, conjugadas a outras políticas intersetoriais, bem como de acordo com compromissos pactuados internacionalmente.

Esses programas trazem à tona acirradas discussões quanto à dimensão constitucional do direito à sobrevivência digna, independentemente de contrapartidas e/ou condicionalidades estabelecidas, bem como efeitos de discriminação contra os que dependem desse dispositivo para sobreviver; sendo que a focalização e a seletividade são consideradas por alguns como contraditórias à ideia de cidadania. Desse modo, os cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social ficam a mercê da disponibilidade orçamentária e de prioridades políticas para a concessão dos benefícios.

Silva (2008, p. 54) refere que os Programas de Transferência de Renda, pela expansão e maior focalização na população pobre contribuíram com a diminuição da desigualdade, sem, contudo, produzir impactos significativos do nível de pobreza em que se encontram às famílias, sendo que o Benefício de Prestação Continuada e o Seguro Social Rural apresentaram impacto significativo na redução da pobreza do Brasil, dado o valor transferido de um salário mínimo aos beneficiados, enquanto os demais programas e/ou benefícios

provocaram apenas melhorias imediatas nas condições de vida das famílias que viviam em extrema pobreza, sem ultrapassar, no entanto, a denominada linha da pobreza.

Na pesquisa de campo identificou-se um expressivo número de beneficiárias com famílias monoparentais (arrimo de família), com baixa escolaridade e de níveis de profissionalização, em sua maioria desempregadas exercendo trabalhos informais de baixa qualificação e rendimento. Dependentes do valor repassado pelo PBF e de outros programas, para o provimento de suas necessidades básicas, são por vezes seguidas pelas filhas, que são mães precoces. Supõe-se que são famílias, herdadas e herdeiras de outros programas, oriundas de “políticas de inserção”⁵⁷, assoladas pelos dispositivos de estratégia de hegemonia do poder, as quais requisitam maior atenção e acolhimento no intuito de se romper com o ciclo de pobreza e alienação.

No discurso oficial do PBF requisita-se a efetivação do direito de acolhida, com o acompanhamento contínuo e sistemático das demandas sociais dessas famílias. Desse modo, se entende que a elaboração de projetos de vida, conjuntamente com os membros da família, num esforço coletivo de legitimação da condição de sujeito de direitos e de pertencimento social, articulam meios e instrumentais para que esses sujeitos conheçam outras formas de apreensão da vida, com vistas à oportunidade de expressão-reflexão-ação como protagonistas, e com isso resignifiquem o seu modo de vida e das futuras gerações, mobilizando atitudes emancipatórias e de transformação social.

Vislumram-se três veios importantes de sentido nas categorias construídas a partir dos dados da pesquisa. Os sujeitos que se beneficiam com repercussão de sentido tanto nas relações sociais, quanto na dimensão subjetiva; benefícios revelados nas mudanças, embora sutis, na posição social e na posição subjetiva. Aqueles que usufruem do benefício como um suprimento útil, porém sem repercussão além das necessidades imediatas. Notou-se, finalmente, um conjunto de indivíduos para os quais paliativos de renda mínima como o PBF parecem não ter pertinência a ponto de não conseguirem corresponder ao mínimo das condicionalidades necessárias para o usufruto; permanecem à margem até mesmo das políticas de renda mínima.

Na análise dos dados observou-se a “*Possibilidade de previsibilidade*” sentida pelos beneficiários do PBF, quando na concessão ou ampliação da sua renda. Esses beneficiários estão submetidos a um mercado de trabalho rígido, exigente e excludente, que impulsiona milhares para a margem do círculo de produção e renda. Para alguns deles, o PBF constitui a

⁵⁷ Vide Castel, 1999.

única possibilidade de aquisição de renda, mesmo que limitada, para o provimento de todas as suas necessidades básicas. Ainda assim, garante um valor fixo que se incorpora mensalmente à renda da família. As outras categorias elencadas foram: *“Famílias monoparentais e mãe como arrimo de família”*; *“Contribuição para a formação educacional e profissional”*; *“Deus como o amparo”*; *“Herdados e herdeiros de outros programas sociais”*; *“Dificuldades no exercício das funções parentais”*; *“Deslocamento nos ideais pelo PBF”*; *Ampliação do poder de contratualidade social*; *“Aparência de interferência e não interferência do PBF na dimensão subjetiva”*; *“Estado psíquico preservado”*; *“Administração exímia de valores irrisórios”*; *“Pertença social”* e *“Impotência Social”*. Elas surgiram da tentativa de se construir uma análise e obter resultados com o mínimo de sustentação científica.

Nesse sentido inferiu-se que várias das categorias elencadas transformaram-se em subcategorias da categoria de *“Assujeitados”*, visto que os beneficiários em sua maioria não se posicionam como sujeitos de direitos, pois estão assujeitados ao orçamento financeiro, à avaliação e aos critérios seletivos, condicionalidades necessárias para serem incluídos no programa.

Na análise global do PBF devem ser consideradas, ainda, as metas internacionais; as expressões da questão social com maior intensidade; as estratégias do poder hegemônico que deixam ausentes de condições mínimas para que nas disputas das demandas societárias vigentes possam expressar-se as demandas dessa parcela dos grupos socialmente subordinados. Para os indivíduos beneficiários do PBF, parece dada a posição de assujeitamento ao poder externo, subtração da expressividade de seu poder de cidadão, de sujeito de direitos, que pode exercer grandes transformações sociais ou manter as estratégias hegemônicas.

O resultado se desloca em direção a uma hipótese inicial de trabalho, de que os beneficiários do PBF apareçam como receptores passivos, vivendo com maior intensidade o imediato; ou seja, visam apenas o uso do valor transferido, não podendo valorizar as condicionalidades como possibilidades de mudança e melhora na qualidade de vida futura.

Desse modo infere-se que o PBF apenas alcança uma assistência aos *“assujeitados”*, mediante a transferência de renda e o cumprimento de sua contrapartida (condicionalidades). Parecem prevalecer os compromissos políticos e o intento de manter o país participa do cenário globalizado (macroeconômico); bem como, conter as tensões sociais produzidas nas contradições dos meios de regulação e, ao mesmo tempo, *“fortalecer”* o poder moral da família (como aparelho ideológico do estado).

As categorias de análise produzidas confluem para a conclusão de que as mudanças ocorridas na realidade dos beneficiários do PBF não são estruturais. Em sua maioria, são ainda pontuais e paliativas, conforme resultados demonstrados por Silva (2008). Reduzem em alguma medida, as dificuldades decorrentes da pobreza, dos efeitos da questão social mais ampla, não atingindo as origens desses fenômenos. O PBF ainda está muito longe da legitimação do sujeito de direitos, de seu empoderamento político, apesar da meta estabelecida pelo programa ser o desenvolvimento de potencialidades e habilidades.

Parece pertinente uma observação final decorrente dos resultados que dizem respeito à posição subjetiva e ética dos técnicos executores do PBF. Entende-se que mudanças capazes de ir além dos paliativos de suprimento imediato precisam ser impulsionadas por todos, principalmente por parte dos operadores do PBF, os quais estão situados em local privilegiado na interceptação de demandas de mudança. É deles que se espera que sejam capazes de aprender a ler nas brechas das práticas instituídas do Processo de Estratégia de Hegemonia e nas oscilações da alienação social dos potenciais “assistidos” as possíveis oportunidades para a formulação de estratégias novas desses sujeitos que são historicamente subordinados, estratégias capazes de permitir se deslocarem de sua posição de “assistidos”, ainda que individualmente, para a posição de sujeitos. Afinal, não podemos esquecer que essa é a lógica do PBF.

Por ocasião de recadastramento solicitado pelo Governo Federal, a todos que não atualizaram os cadastros desde 2006 até o presente ano, foram realizadas 21 reuniões nos territórios dos CRAS(s) de Ourinhos, em diversos horários, no período de 16/03/2008 a 20/03/2009. Foi a oportunidade geral para as pessoas interessadas em fazer a recolocação dessa necessidade; aos técnicos, por sua vez, cabia orientar e eliminar dúvidas e tomar demais providências para o mutirão de recadastramento que acontece a partir do mês de abril. Em média 50% dos chamados responderam às convocações e participaram das reuniões. Foi preparado um material didático para apresentação com recursos audiovisuais, além de uma minuciosa e paciente explicação sobre o PBF, e dos compromissos dos beneficiários e gestores, feita por técnicos hábeis e experientes no assunto, os operadores deste programa. Ainda assim, muitos beneficiários ficavam no final das reuniões e questionavam sobre situações explicadas e exemplificadas no decorrer da reunião. Questiona-se o que pode ter acontecido: desatenção dos beneficiários? Limitações cognitivas dificultaram a compreensão dos conteúdos apresentados? Os operadores do programa, apesar do cuidado na preparação e execução das reuniões, não conseguiram atingir, aproximar-se da realidade dos beneficiários?

Tal situação suscitou a ideia de que um atendimento próximo, individualizado, intensificando os praticados pelos técnicos da SMAS, talvez seja uma via de acesso a essa população “carente”. Não só de condições mínimas de sobrevivência, mas desejando ser visível ao outro, não como “mais um” e sim, como um sujeito que precisa (como todo ser humano) de ser único (identificado) e reconhecido em suas singularidades, fragilidades, e principalmente nas potencialidades, aparentes ou a se desvelar.

Nesse sentido, é de vital importância que os trabalhadores sociais envolvidos no processo de atendimento de programas sociais acreditem e creditem valor às suas práticas. Formulem em conjunto com os beneficiários propostas de ação condizentes com a realidade assistida e os desafios que ela traz; bem como, vejam e escutem os beneficiários na tentativa de, por meio dessa interação e de um vínculo ético e cuidadoso, vislumbrem iniciativas e atitudes emancipatórias.

Nessa interação, há que se tomar cuidado para que os referenciais, como modelo de família, valores e modo de superação dos técnicos das próprias adversidades não se sobreponham aos dos sujeitos, pois cada um tem a sua história e apreendeu o viver à sua maneira, tendo, portanto que buscar “as suas” formas de enfrentamento e solução de conflitos. Desse modo, possivelmente, os sujeitos serão capazes de encontrar soluções adequadas a sua história de vida no seu tempo; mesmo parecendo inconcebível pelo olhar e pensar dos técnicos. Pois se o sujeito é produto e produtor da sua história, pode reinventá-la, “morrer e renascer” (num processo simbólico) diante dos aspectos que impedem o seu desenvolvimento.

Os trabalhadores sociais são desafiados a trabalhar com esse sujeito que não é apenas o que lhe solicitou o atendimento, ou seja, aquele que é visto pelo prisma da representação da “massa” da pobreza, dos riscos sociais, da imutabilidade social e pessoal. O sujeito é história, movimento, mudança, e por meio de sua interação pode ou não construir experiências afetivas e reflexivas, capazes de produzir significados singulares e coletivos na tentativa de identificar seus desejos, além da ideologia dominante.

Nesse processo dialético, ambos são trabalhados pelo fenômeno social e em muito dependerá a condição de sujeito que cada um possa ser “verdade”. Cabe ao trabalhador identificar as influências hegemônicas a que está submetido e os meios para a sua superação, e ser um coadjuvante nas possibilidades e tentativas do “assistido” fazer o mesmo. Nesse sentido, é recomendável que cada trabalhador busque saber as condições simbólicas presentes na sua escolha profissional, evitando a interferência destas no processo de trabalho, pois cada um na sua área de trabalho torna-se referência para alguém e contribui para um ou outro desfecho desse processo de interação. Portanto, a condição de sujeito apreendida pelo

trabalhador social influenciará em suas propostas e resultados de trabalho. A mudança se coloca para todos os envolvidos no processo de trabalho, sendo um espaço para objetivações e consequentes subjetivações da posição de cada um para o outro e para si próprio.

Como provocar processos emancipatórios nos campos de trabalho com trabalhadores assujeitados ao poder hegemônico? Esse é um desafio permanente para aqueles que acreditam em processos de transformação social, os quais são permeados de intensas mudanças, tanto para os trabalhadores sociais que lidam com os fenômenos sociais, como para os que dependem desse atendimento. Contudo, é imprescindível olhar para os seus movimentos inúmeras vezes, pois como dizia Heráclito, filósofo grego para o qual tudo era movimento, ninguém pode se banhar duas vezes nas águas de um mesmo rio. Tanto o rio já terá outras águas em seu curso quanto o indivíduo que entrara nele já terá passado por mudanças.

Essa dissertação pretendeu articular e contribuir com a produção do conhecimento, ouvindo os sujeitos sociais imprescindíveis ao processo e, dadas as circunstâncias do método utilizado, ela não se esgota com esse relatório, move o desejo de sair à busca de outros saberes, na passagem e intercessão de outras travessias, pois com o pensamento de Guimarães Rosa: *“Digo: O real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”*.

V- FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. R.; Vitale, A. F. (org). **Família: Rede, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE – PUC-SP, 2003.

ALVES – MAZZOTTI, A. J. & GEWARNDSDNADJER, F. **O método nas ciências sociais naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. ed. Atualizada e ampliada. Brasília: GESST/UnB, 2003.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005**. Dispõe sobre a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5550.htm>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. v. 01, p. 65, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. v.01, p. 30, 2006.

_____. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Cidadania: O Principal Ingrediente do Fome Zero**. v. 01, p. 56, 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família – Agenda de compromissos da família**. v. 01, p. 36, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). **Portaria MDS nº 551, de 09 de novembro de 2005**. Dispõe sobre a aplicação de sanções devido ao descumprimento das condicionalidades do PBF. p. 10, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social -**

_____. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. v. 01, p. 75, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Orientações para Acompanhamento das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas)**. v.01, p. 164, 2006.

CABRERO, Rodrigues. Por um nuevo contrato social: el desenrrollo de la refoema social em el âmbito de la Unión Europea. In: Moreno, Luis. **Union Europea y Estado del Bienestar**. Madrid: CSIC, 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Assistência social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em “governo paralelo da pobreza”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 46, p. 86 – 103, 1994.

_____. O Lugar da família na política social. In: **Famílias aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos**. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998, 168p. (Discutindo a Assistência Social no Brasil)

_____. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A priorização da família na agenda da política social. In: **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; São Paulo: Cortez, 1995, p. 11-21.

CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, à desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.) **SaúdeLoucura**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

_____. A nova questão social. In: **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes. 1998, p. 495-591.

CHIECHELSKI, Paulo César Santos. **Sistemática de avaliação para aplicação em municípios que implantaram o Programa Bolsa Família**. 2007. p. 164. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

CORTEZ, Sonia M. Mimura. **A política de redistribuição de renda por meio da Transferência de benefícios monetários: Uma análise do Programa Renda Cidadã de Ourinhos**. 2005, p. 208. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília.

COSTA-ROSA, A. **Saúde Mental Comunitária: análise dialética de um movimento alternativo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), 1987, p. 546. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

_____. **Práticas de cura nas religiões e tratamento psíquico em Saúde Coletiva**. 1995, 192p. Tese (Doutorado em Psicologia), 1995, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: Ensaio sobre a democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CRESS SP. **Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de lei, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social**. São Paulo: Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo- 9ª Região, 2004.

DIAS, Adiane Tomazelli. **A “nova” questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. 2006, p. 221. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade de Brasília.

DONZELOT, Jacques, **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DRAIBE, Sonia. Brasil: O sistema de proteção social e suas transformações recentes. **Reformas de Política Pública**, Santiago do Chile, n. 14, p. 30-42, 1993.

DRAIBE, Sonia & HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise e Gestão da crise. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, nº 6, p.53-78, 1988.

ESPING-ANDERSEN, GOSTA. As três economias do Welfare State. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.24, p.85-115, 1991.

FAO. **BRASIL. Fome Zero: Lições Principais**. Documento de Trabalho – Vídeo Conferência. Escritório Regional da FAO para América Latina e o Caribe Santiago, Chile. Agosto de 2006.

FLEURY, Sonia. Em busca de uma teoria do Welfare State. IN: **Estado sem cidadãos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, p.101-118.

FONSECA. Ana Maria Medeiros da. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, nº 6, v.12, p. 22-35, Nov./Dez. 2007.

FOULCALT. M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil**. Texto para Discussão nº. 1373. IPEA. Brasília. Janeiro de 2009.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. São Paulo: Veras, 1998.

GOMES, Fábio Guedes. **Globalização, Integração regional e Mercosul: um estudo sobre algumas transformações no capitalismo mundial e nova inserção do Brasil na Economia Internacional**. 1999, 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande.

GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HARVEY. **A condição pósmoderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes; *et al.* **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; São Paulo: Celats, 1983.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007b.

LASCH, C. **A Cultura do Narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LAVINAS, Lena. **Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA. 1998.

LEWIS, O. **Antropologia de la pobreza**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1972.

LIMA, Antonia Jesuíta de. *et. al.* **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. Maria Ozanira da Silva (coord.). São Paulo: Cortez; Teresina: UFPI, 2008.

LYOTARD. Jean-François. **O pós-moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

LOAS 10 Anos. **IV Conferência Nacional de Assistência Social**. Pesquisa LOAS + 10. Brasília, Dezembro de 2003.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez 1989.

MARTINS, José de Souza. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEDEIROS, Ana Maria Fonseca. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina. **Ciência Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n. 6, v.12, p. 33, Nov./Dec. 2007.

MELMAN, CH. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar**. São Paulo: Escuta 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, *et al.* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MISHRA, Ramesh. **O Estado Providência na sociedade capitalista**. Oeiras: Celta, 1995.

MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

MORIN, Edgard. **As estrelas de cinema**. Coleção Horizonte de Cinema. São Paulo: Horizonte, 1980.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília, n. 4, ano 2, p. 41-49, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social em debate”**. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. **L' Europe face à Pauvreté. Les expériences nationales de revenu minimum.** Paris: Ministère de l'Employ et la Solidarité, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Política Social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, M. **Políticas de inclusão social: resultados e avaliação.** São Paulo: Cortez, 2004.

PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POUPART, Jean. *et al.* **A Pesquisa Qualitativa. Enfoques Epistemológicos e Metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003. <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>>

REY, Fernando Luis Gonzáles. **Pesquisa qualitativa e subjetividade.** São Paulo: Thonsom Pioneira, 1995

_____. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Thonsom Pioneira, 2000.

_____. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os Processos de Construção da Informação.** São Paulo: Thonsom Pioneira, 2005.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pala mão de Alice: o social e o político da pós-modernidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SARTI, Cynthia A. **Famílias enredadas.** IN: ACOSTA, A. R.; Vitale, A. F. (org) **Família: Rede, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: IEE – PUC-SP, 2003, p. 21-35.

SAWAIA, Bauder (org). **As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade sócia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **Renda Mínima e reestruturação produtiva.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *et al.* **A política social brasileira no século XXI: a prevalência nos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *et al.* **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez; Teresina: UFPI, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. A Inclusão Social e o Programa de Renda Mínima. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, nº. 66, ano XXII, trimestral, 2001.

_____. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SUPLICY, José Eduardo. O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. **Revista Ciência e Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, n.6, v.12, p. 59, nov./dez. 2007.

VERAS, M. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 1999.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. (org.) **Desigualdade e a questão social.** 2ª edição rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2007.

ZIMMERMANN, Clóvis. A Renda Básica e os Direitos Humanos. **Revista Espaço Acadêmico** – N. 43 – Dezembro de 2004 – Mensal ISSN 1519.6186 Ano IV (eletrônica), disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br>>

_____. Novos desafios ao Programa Bolsa Família: a transição para a Renda Básica de Cidadania. **Revista Espaço Acadêmico** – N. 76 – Setembro de 2007 – Mensal ISSN 1519.6186 Ano VII (eletrônica) disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br>>

ANEXOS

ANEXO A

Tabela 1 – Valores de benefícios - referência Junho de 2008

Critério de Elegibilidade	Renda Mensal <i>per capita</i>	Ocorrência de crianças/adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrizes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 Membro	(1) Variável	15,00
		2 Membros	(2) Variável	30,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	45,00
		Sem ocorrência	Básico	50,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	1 Membro	Básico + (1) Variável	65,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	80,00

ANEXO B

Tabela 2 – Valores de benefícios - referência após Julho de 2008

Famílias com renda familiar mensal de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 por pessoa			
Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 62,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$82,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 102,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 122,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 92,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 112,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 132,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 152,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 122,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 142,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 162,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 182,00

ANEXO C

Quadro 1 – Indicação da primeira Política Social de cada país

Ano	Nome do dispositivo de intervenção	Local	Características
1536	Leis dos Pobres	Inglaterra	Formavam um conjunto de regulações pré-capitalistas que se aplicava às pessoas situadas à margem do trabalho, como idosos, órfãos, crianças carentes, desocupados voluntários e involuntários, etc.
1693	Carta Régia	Portugal/Brasil	A coroa portuguesa publicou Carta Régia citando, oficialmente, a assistência social e uma proteção específica a menores. O documento determinava que as crianças abandonadas fossem assistidas pela Câmara dos Bens do Conselho, órgão que representava o governo de Portugal no Brasil.
1795	Spenhamland Law	Grã-Bretanha	Foi criada num contexto de grande perturbação social – caracterizado por crise econômica e forte agravamento da pobreza – reconheceu às pessoas o direito a um mínimo de subsistência, independentemente de seus proventos, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão e do número de filhos.
1834	Lei Revisadora da Lei dos Pobres	Inglaterra	Com esta lei, o auxílio aos necessitados tornou-se mais seletivo e residual, sob a vertente liberal, ao mesmo tempo em que foi abolido o princípio da territorialização do domicílio e a servidão paroquial, reestabelecendo-se integralmente a mobilidade espacial do trabalhador.
1898	Estado-Providência	França	Completada pela <i>Lei de 31 de Março de 1905</i> , imputa ao empregador a responsabilidade pela reparação dos acidentes de trabalho.
1927	"Código de Menores"	Brasil	O decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, criou o Código de Menores do Brasil, consolidando as regras sobre a proteção, a assistência e o controle das crianças e adolescentes, entre 0 e 18 anos. Na época, as questões sociais eram tratadas arbitrariamente, como problemas de polícia. O Código de Menores, elaborado nesse contexto, tinha um caráter protecionista e de controle total dos adolescentes, estigmatizando os chamados menores, como um segmento potencialmente perigoso e diferente do restante da juventude.
1935	Social Security Act	EUA	O presidente Franklin D. Roosevelt enviou uma mensagem ao Congresso pedindo uma legislação de segurança social, devido ao sofrimento generalizado causado pela Grande Depressão, onde surgiram propostas de apoio a um programa nacional de seguro e apoio à velhice. Nesse dispositivo instituiu também o AFCD (Programa de Auxílio às Famílias com Crianças Dependentes).

1940	Welfare-State	Inglaterra	“Estado de Bem-Estar”, fenômeno histórico específico do segundo pós-guerra. Mudanças ocorridas: 1) a introdução e ampliação de serviços sociais onde se inclui a <i>seguridade social</i> , o serviço nacional de saúde, os serviços de educação, habitação, emprego e assistência aos velhos, inválidos e crianças; 2) a manutenção do pleno emprego; 3) um programa de nacionalização.
1942	Plano Beveridge	Grã-Bretanha	Constituiu a pedra angular do sistema de proteção do mundo ocidental moderno. Consistiu em fazer uma fusão das medidas esparsas já existentes, ampliar e consolidar os vários planos de seguro social, padronizar os benefícios e incluir novos benefícios como seguro acidente de trabalho, abono familiar ou salário família, seguro desemprego e outros seis auxílios sociais: auxílio funeral, auxílio maternidade, abono nupcial, benefícios para esposas abandonadas, assistência às donas de casa enfermas e auxílio-treinamento para os que trabalhavam por conta própria.

ANEXO D

Quadro 2 – Indicação das principais iniciativas de Programas de Renda Mínima no mundo

Período	Nome do dispositivo de intervenção	Local	Características
1908	<i>Old Age Pension Act.</i>	Grã-Bretanha	Pensão a idosos acima de 70 anos, independente de custeio e/ou condição socioeconômica. (1ª iniciativa não-contributiva no mundo - que se tem conhecimento).
1935	AFCD (Programa de Auxílio às Famílias com Crianças Dependentes) (<i>Aid for Families with Dependent Children</i>)	Estados Unidos	O presidente Franklin D. Roosevelt cria o Security Act (Ato de Seguridade Social), por meio do AFCD concede um complemento de renda às famílias com renda abaixo de certo patamar, cujas mães eram viúvas e apresentavam dificuldades de cuidar de seus filhos e oferecer-lhes educação.
1940	Salário Mínimo	Brasil	O estabelecimento de um salário de base, tendo por objetivo garantir condições de alimentação, habitação, vestuário, cuidados médicos e educação.
1974	EITC (Crédito Fiscal por Remuneração Recebida) (<i>Eamed Income Tax Credit</i>)	Estados Unidos	Destinado às famílias que efetivamente estivessem trabalhando e tivessem sem crianças, tendo fixado um corte de renda abaixo do quais as famílias recebem transferência monetária variável, conforme a renda e o número de filhos e a partir do qual passam a pagar imposto de renda, ficando assim instituído um grande programa de Imposto de Renda Negativo, com rebatimentos positivos, na redução da pobreza no país.
1976	Fundo Permanente do Alasca	Alasca	Anualmente os moradores desse Estado, independente da sua nacionalidade, condição socioeconômica ou idade, recebem uma renda monetária transferida diretamente para sua conta bancária, tendo por base o volume de Produto Interno Bruto no referido ano, decorrente da exploração dos seus recursos naturais.
1988	Renda Mínima de Inserção	França	Busca incentivar a reinserção profissional, social e econômica da população carente. Volta-se, portanto, para a população em idade ativa pouco ou mal-integrada de um ponto de vista profissional.
1989	Programa Beca Escuela	Venezuela	Destinado às famílias carentes para manter seus filhos na escola até o limite de três crianças.
1991	Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)	Brasil	Trata-se de um imposto de renda negativo para beneficiar todos os residentes no país, maiores de 25 anos, que auferissem menos de 45 mil cruzeiros da época, correspondente a 2,25 salários mínimos.
1995	Assignación Familiar	Uruguai, Chile, Argentina.	Complementação de Renda aos trabalhadores do mercado formal que tenham crianças frequentando escola. Consiste no pagamento mensal de um benefício (US\$ 50) aos trabalhadores assalariados, acrescido de um adicional anual por filho que frequente a escola.
1998	Progresa	México	Um programa nacional de educação, saúde e alimentação, que visa melhorar as condições de vida das famílias pobres, por meio de benefícios pagos às famílias: apoios educativos e apoios de suplementação alimentar, ambos implicando contrapartidas por parte dos beneficiários.

Obs.: Suplicy (2002) situa historicamente alguns países que adotaram propostas de renda mínima garantida: Dinamarca 1933; Reino Unido 1948; Alemanha Federal 1961; Países Baixos 1963; Bélgica 1974; Irlanda 1977; Luxemburgo 1986; França 1988; Espanha (diversas províncias) 1990 e Portugal 1996.

ANEXO E

Quadro 3 – Programas na América Latina

Países	Ano	Nome
México	1997	Progres-a-Oportunidades
Brasil	1997	PGRM; Bolsa Escola (2001); Bolsa Alimentação (2001); Auxílio Gas (2002); Cartão Alimentação (2003); Bolsa Família (2003).
Nicarágua	2000	Mi Família
Colômbia	2001	Famílias en Acción
Equador	2001	Bono Solidaridad-Bono de Desarrollo Solidario
Argentina	2002	Jefes y Jefas de Família
Chile	2002	Chile Solidário
El Salvador	2005	Programa Oportunidades (Red de Protección Social)
Uruguai	2005	Ingreso Ciudadano
Paraguai	2005	Tekoporã; Ñopytyvo (na região do Chaco)
R. Dominicana	2005	Solidaridad
Peru	2005	Juntos
Panamá	2006	Red de Oportunidades

Fonte: Fonseca, 2007

ANEXO F

Quadro 4 - Os Programas complementares articulados em nível federal

Programa	Categoria	Objetivo	Público	Agente Executor
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso ao conhecimento	Alfabetização	Cidadãos com 15 anos ou mais	MEC
PROJOVEM	Acesso ao conhecimento Acesso ao trabalho e renda	Reintegração ao processo educacional e qualificação social e profissional	Jovens entre 15 e 29 anos	Casa Civil MEC TEM MDS
Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES)	Acesso ao trabalho e renda	Articulação das potencialidades locais por meio da atuação dos Agentes de Desenvolvimento Solidário	Comunidades e segmentos excluídos	MTE MDS MMA
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B) e programas de micro-crédito do BNB	Acesso ao trabalho e renda	Estímulo à produção por meio de acesso ao micro-crédito e assistência técnica	Agricultores familiares	Casa Civil MDA BNB MDS
Programa Nacional Biodiesel	Acesso ao trabalho e renda	Assistência técnica e crédito para produção e uso do Biodiesel, inclusão social e desenvolvimento regional	Agricultores familiares	Vários órgãos do Governo Federal
Programa Luz para Todos	Condições Habitacionais	Expansão do fornecimento de energia elétrica no meio rural	Populações rurais	MME

ANEXO G

Secretarias do MDS	Sinopse das atribuições de cada Secretaria
<p>Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC Contato: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 4º andar, Sala 453 CEP 70046-900 – Brasília – DF Telefones: (61) 3433-1116 Portal: http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania</p>	<p>Criada em janeiro de 2004, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), tem por objetivo a implementação da Política Nacional de Renda de Cidadania no país. Para garantir a eficácia desta política, a SENARC, comandada por Rosani Cunha, faz a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único dos Programas Sociais. Também articula ações específicas dos programas de transferência de renda Federal, estaduais e municipais, estabelecendo a soma de esforços entre os entes federados e as demais ações sociais em curso.</p> <p>Composta por três departamentos - Departamento de Operação, Departamento de Gestão dos Programas de Transferência de Renda e Departamento de Cadastro Único, a SENARC teve sua estrutura e competências estabelecidas no artigo 7º do Anexo I do Decreto nº. 5.074, de 11 de maio de 2004.</p>
<p>Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS Contato: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, Sala 655 CEP 70046-900 – Brasília – DF Telefones: (61) 3433-1074 Portal: http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas-1</p>	<p>Órgão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) é responsável pela gestão nacional da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Sua meta é o cumprimento da tarefa histórica de consolidar o direito à Assistência Social em todo o território nacional.</p> <p>A área de Assistência Social integra a estrutura unificada com as áreas de Segurança Alimentar e de Renda de Cidadania no MDS, cuja missão é implementar um novo projeto de desenvolvimento social no Brasil. A estrutura atual da SNAS foi definida no Decreto nº. 5.074 atualizado pelo Decreto nº. 5.550/2005 e reflete o compromisso com essa construção, como pode ser verificado em seu organograma.</p> <p>As competências da SNAS estão estabelecidas no artigo 19 da Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), e nos artigos de 11 a 16 do Decreto nº. 5.550, de 22 de setembro de 2005, que aprova a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</p>
<p>Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN Contato: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 4º andar, sala 405 CEP 70046-900 – Brasília – DF Telefones: (61) 3433-1079 / 3433-1119 / 3433-1120 E-mail: sesan@mds.gov.br Portal: http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan</p>	<p>A missão institucional da SESAN é formular e implementar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, promover e coordenar programas do Governo Federal nesta área. Seu principal objetivo é garantir aos cidadãos o acesso à comida e água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, de maneira sustentável e respeitando as diversidades culturais.</p> <p>Para tanto, a SESAN desenvolve ações estruturantes e emergenciais de combate à fome por meio de programas e projetos de produção e distribuição de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional, de educação alimentar e nutricional e outros voltados a populações específicas, como indígenas e quilombolas, contribuindo assim ao conjunto de estratégias do Programa FOME ZERO.</p> <p>As competências, atribuições, organização e finalidade da SESAN e de seus Departamentos e Coordenações estão previstas no Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aprovado pela Portaria no. 416 de 12 de agosto de 2005 do Ministro Patrus Ananias.</p>
<p>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI</p>	<p>A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) é responsável pela avaliação e pelo monitoramento de políticas, programas, projetos e serviços implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Essas atividades são realizadas por meio do Sistema de Avaliação e Monitoramento, que engloba a produção de indicadores para acompanhar a execução dos programas, o desenvolvimento de ferramentas computacionais para o tratamento das informações, além de estudos/pesquisas</p>

Contato:
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 4º andar, Sala 409
CEP 70.054-906 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3433-1502
Portal:
<<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi>>

realizados em parceria com instituições públicas e privadas que avaliam a implementação e os resultados dessas ações.

As informações produzidas pela SAGI subsidiam gestores e formuladores das políticas sociais na tomada de decisões que levam ao aprimoramento dos programas, o que se reflete na otimização dos recursos públicos.

A secretaria também dissemina o conhecimento produzido para o público em geral, em especial para o meio acadêmico e para os gestores de políticas sociais, utilizando como estratégias a distribuição de publicações técnicas e a realização de seminários. Essas iniciativas viabilizam o controle social e fortalecem a transparência sobre as ações do governo na área social.

A capacitação de agentes públicos e sociais, a gestão do conhecimento e a cooperação técnica em gestão pública, articulada com outros órgãos, entidades e esferas de governo, incluindo as de outros países, também fazem parte das ações desenvolvidas pela SAGI.

Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP

Contato:
Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP)
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 4º andar, Sala 442
CEP 70046-900 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3433-1503
Portal:
<<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias>>

O combate à pobreza e à exclusão social é uma luta permanente de todos que desejam um País mais justo e menos desigual. Para que isso aconteça é essencial o engajamento de toda a sociedade civil nas ações e programas sociais.

A Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) tem a finalidade de articular as diversas ações de desenvolvimento social e promover sua integração para produzir resultados mais eficazes e sustentáveis aos seus beneficiários.

A SAIP tem como atribuições:

- ✓ Gerenciar as ofertas e demandas sociais do Programa Fome Zero (uso da logomarca Fome Zero e doações);
 - ✓ Representar o MDS em instâncias que demandam abordagem intersetorial dos programas, projetos e ações do Ministério;
 - ✓ Coordenar ações transversais no âmbito do MDS e na interlocução com outros órgãos do Governo Federal, em especial, aquelas referentes a povos e comunidades tradicionais, catadores de materiais recicláveis e geração de oportunidades e renda.
-

ANEXO H

Notas sobre o PBF e alguns procedimentos:

- É importante lembrar que qualquer cadastro novo necessitará de um prazo mínimo de 45 dias para que seja identificado na base do CadÚnico do MDS. Por isso, é imprescindível que os responsáveis à essa função disponham de recursos humanos para que esses procedimentos sejam realizados com cuidado e agilidade, contudo o repasse financeiro ao usuário elegível ao recebimento será disponibilizado exclusivamente pelo MDS, de forma automatizada, sendo o critério principal de inclusão - a renda *per capita* da família (com prioridade às famílias com a menor renda), de acordo com as dotações orçamentárias, ficando a cargo dos órgãos gestores municipais apenas a identificação do usuário por meio do seu cadastramento.
- Para o cadastramento de famílias quilombolas e indígenas é dispensada a apresentação, para o Responsável pela Unidade Familiar, do CPF ou título de eleitor, sendo suficiente a apresentação de qualquer outro documento de identificação civil. No caso do indígena não possuir documento civil deverá apresentar a Certidão Administrativa de Nascimento expedida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- Em casos de endereço inválido o cartão será entregue na agência de vinculação do município e se houver extravio, o beneficiário poderá solicitar a 2ª via nas agências da CAIXA. O prazo para entrega dos cartões varia entre 30 e 45 dias. Enquanto não recebe o cartão, o beneficiário pode retirar o benefício utilizando uma guia avulsa (ou guia bancária) na Agência da CAIXA.
- O beneficiário após a chegada do seu cartão poderá sacar em outros locais, tais como: unidades lotéricas - estabelecimentos comerciais de realização de prognósticos, credenciados e habilitados pela CAIXA; correspondentes bancários - estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços bancários específicos, credenciados e habilitados pela CAIXA; e em terminais de auto-atendimento - equipamentos de automação bancária da CAIXA, sob a responsabilidade de uma agência bancária.

- De posse do cartão ou do nº. do NIS o beneficiário poderá pleitear a Tarifa Social de Energia Elétrica, junto à concessionária prestadora desse serviço à diminuição do seu gasto mensal. A exigência de estar no cadastro único para o seu recebimento foi implantada a partir de 28 de janeiro de 2007, para domicílios com consumo mensal na faixa entre 80kW/h e 220 kW/h (ou o limite máximo regional), que só fazem jus ao desconto se apresentarem renda familiar mensal de até R\$ 120,00 por pessoa. Lembrando que em caso de mudança de residência o beneficiado deverá comparecer a unidade concessionária, informar o novo endereço e requerer o benefício para esse domicílio, evitando que o desconto permaneça no endereço anterior e para outra pessoa.
- A Caixa Econômica Federal coloca a disposição do beneficiário do PBF, caso queira, a inclusão bancária por meio da conta CAIXA FÁCIL, uma modalidade simplificada, regulamentada pelo Banco Central do Brasil, que possui isenção de várias tarifas e não permite talões de cheque. O MDS alega que é uma ação conjunta com a Caixa Econômica Federal para incentivar a abertura e a utilização de contas bancárias pelos beneficiários do Programa excluídos desse mercado.
- Outro benefício é a Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição para concurso público federal. O Decreto nº. 6.593/08 regulamentou o art. 11 da Lei nº. 8.112/90, que prevê a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, realizados pelo Poder Executivo Federal. Têm direito ao benefício os candidatos de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O candidato deverá solicitar a isenção de taxa de inscrição por meio de requerimento entregue ao órgão ou entidade executor do concurso público. No informativo nº. 153 do MDS podem ser observados outros dados a cerca dessa isenção.
- A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, é o órgão responsável pela gestão da Política Nacional de Renda de Cidadania, que tem no Programa Bolsa Família (PBF) e na gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) as suas principais ações. Demonstrou no seu Relatório de Gestão/2007 que os resultados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004, 2005 e 2006 mostram que o Brasil está reduzindo a pobreza e a desigualdade, ainda com custo fiscal menor que 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

- Segundo informação prestada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS, no município de Ourinhos a cobertura do PBF no ano de 2008 (referente a 3208 famílias) incluiu 89,86% de famílias atendidas abaixo da estimativa de pobreza (IPEA 2004), o que correspondeu ao repasse anual de R\$ 79.285.643,03. Esses dados foram processados por meio do instrumental Matriz de Informação Social – MIS, ferramenta tecnológica que opera o tratamento de informações, avaliação e monitoramento de políticas, programas, projetos e serviços do MDS.
- O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

ANEXO I

Quadro 5 - Dispositivos Normativos do PBF e Acessórios

Leis	Disposição
Lei nº. 11.692 de 10 de Junho de 2008.	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.
Medida Provisória nº. 411, de 28 de dezembro de 2007.	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens -Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências. Convertida na Lei nº. 6.135 de 10 de junho de 2008.
Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003.	Cria o Programa Bolsa família e dá outras providências (convertida na Lei nº. 10.836, de 09/01/2004).
Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004.	Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.
Decretos	Disposição
Decreto nº. 6.491, de 26 de junho de 2008.	Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.
Decreto nº. 6.392, de 12 de março de 2007.	Altera o Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.
Decreto nº. 6.157, de 16 de julho de 2007.	Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.
Decreto nº. 6.135, de 26 de junho de 2007.	Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.
Decreto nº. 5.749, de 11 de abril de 2006.	Atualiza os valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza, no âmbito do Programa Bolsa Família.
Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004.	Regulamenta a Lei nº. 10.836, de 09/01/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.
Decreto nº. 3.877, de 24 de julho de 2001.	Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal.
Portarias	Disposição
Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008.	Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal disciplinado pelo Decreto nº. 6.135 de 26 de junho de 2007.
Portaria nº 341, de 07 de outubro de 2008.	Dispõe sobre procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias no Programa Bolsa Família.
Portaria nº 321, de 29 de setembro de 2008.	Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a Portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências.
Portaria nº 240, de 10 de julho de 2008.	Altera a Portaria GM/MDS nº 87, de 12 de março de 2008.
Portaria nº. 220, de 25 de junho de 2008.	Altera a Portaria GM/MDS nº. 148, de 27 de abril de 2006, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família - PBF e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa - IGD.

Portaria nº. 87, de 12 de março de 2008.	Autoriza a realização do Segundo Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família, aprova o seu edital e institui o Observatório de Boas Práticas de Gestão do Programa Bolsa Família.
Portaria nº. 76, de 07 de março de 2008.	Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos estados ao Programa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e para o apoio à gestão estadual desses programas.
Portaria nº. 66, de 04 de março de 2008.	Altera a Portaria GM/MDS nº. 148, de 27 de abril de 2006, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família - PBF do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico no âmbito dos municípios e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa.
Portaria nº. 416, de 14 de novembro de 2007.	Altera os arts. 1º e 2º, caput e § 2º da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.
Portaria nº. 351, de 03 de outubro de 2007.	Dispõe sobre a adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências.
Portaria nº. 350, de 03 de outubro de 2007.	Dispõe sobre a celebração do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no contexto do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.
Portaria nº. 287, de 07 de agosto de 2007.	Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº. 360, de 12 de julho de 2005.
Portaria nº. 176, de 18 de maio de 2007.	Altera a Portaria nº 532, de 03 de novembro de 2005, para definir novas regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa.
Portaria nº. 40, de 25 de janeiro de 2007.	Altera portaria nº. 148, de 27 de abril de 2006.
Portaria nº. 380, de 12 de Dezembro de 2006.	Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.
Portaria nº. 256, de 18 de Julho de 2006.	Altera dispositivos da Portaria nº 148, de 27 de abril de 2006.
Portaria GM/MDS nº. 232, de 29 de junho de 2006.	Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.
Portaria GM/MDS nº. 148, de 27 de abril de 2006.	Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa.
Portaria GM/MDS nº. 68, de 08 de março de 2006.	Altera prazos fixados nas Portarias GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 e GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005.
Portaria GM/MDS nº. 672, de 29 de dezembro de 2005.	Altera prazos fixados nas Portarias GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 e GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005, e estabelece critérios para remuneração no Cadastro Único das famílias beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
Portaria GM/MDS nº. 666, de 28 de dezembro de 2005.	Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
Portaria GM/MDS nº. 555, de 11 de novembro de 2005.	Estabelece normas e procedimentos para a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004.
Portaria GM/MDS nº. 551, de 9 de novembro de 2005.	Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família.
Portaria GM/MDS nº 532, de 3 de novembro de 2005.	Define regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa-Família e dos Programas Remanescentes.
Portaria GM/MDS nº. 454, de 6 de setembro de 2005.	Altera os artigos 6º, 7º e 8º, modifica o Anexo I e cria os Anexos II e III da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.
Portaria GM/MDS nº. 360, de 12 de julho de 2005.	Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos municípios, Estados e Distrito Federal, destinados à implementação e desenvolvimento do Programa Bolsa Família e à manutenção e aprimoramento do Cadastro Único de Programas Sociais.
Portaria GM/MDS nº. 246, de 20 de maio de 2005.	Aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família, à designação dos gestores

	municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa.
Portaria GM/MDS nº. 737, de 15 de dezembro de 2004.	Regulamenta o Benefício Variável de Caráter Extraordinário do Programa Bolsa Família.
Portaria GM/MDS nº. 660, de 11 de novembro de 2004.	Autoriza, em caráter provisório, os Comitês Gestores do Cartão Alimentação e os Conselhos Municipais de Assistência Social a realizar o controle social do Programa Bolsa Família.
Portaria GM/MS nº. 2.246, de 18 de outubro de 2004.	Institui e divulga orientações básicas para Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, no âmbito das ações básicas de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, em todo território nacional.
Portaria SENARC/MDS nº. 1, de 03 de setembro de 2004.	Disciplina as ações voltadas ao desenvolvimento, aplicação e aprimoramento da metodologia-padrão construída para instrumentalizar, as atividades de fiscalização, acompanhamento e controle da execução e gestão local de programas municipais e estaduais, apoiados financeiramente pela União, do Programa Bolsa Família.
Portaria Interministerial MS/MDS nº. 2.509, de 18/11/2004.	Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
Portaria Interministerial MEC/MDS nº. 3.789, de 17/11/2004.	Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de educação relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família dos Programas Remanescentes.

Instruções Normativas	Disposição
Instrução Normativa MDS nº. 1, de 20 de maio de 2005.	Divulga orientações aos municípios, Estados e Distrito Federal para constituição de instância de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e para o desenvolvimento de suas atividades.

Instruções Operacionais	Disposição
Instrução Operacional conjunta MDS/ MEC e MS - Nº 01, de 17 de fevereiro de 2009.	Estabelece o calendário do exercício de 2009 para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) e dá outras orientações.
Instrução Operacional Senarc/MDS Nº 28, de 13 de fevereiro de 2009.	Divulga aos municípios informações e procedimentos de atualização ou revalidação cadastral dos domicílios no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) para implantação da revisão cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família.
Instrução Operacional Senarc/MDS Nº 27, de 22 de janeiro de 2009.	Divulga aos municípios orientações sobre a utilização do Sistema de Atendimento e Solicitação de Formulários (Sasf).
Instrução Operacional Conjunta Senarc/MDS Secad/MEC Nº 01, de 15 de agosto de 2007.	Divulga aos gestores municipais do Programa Bolsa Família procedimentos para encaminhamento dos inscritos no CadÚnico às ações de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado.
Instrução Operacional nº. 19, de 1º de agosto de 2007 (Revisada e reeditada em 24 de Setembro de 2007).	Divulga os procedimentos e as orientações para a correta utilização do arquivo denominado "Base CAIXA", disponibilizado aos municípios para importação pelo aplicativo Off-line no caso de perda total ou parcial de sua base local.
Instrução Operacional nº. 19, de 1º de agosto de 2007.	Divulga os procedimentos e as orientações para a correta utilização do arquivo denominado "Base CAIXA", disponibilizado aos municípios para importação pelo aplicativo off-line no caso de perda total ou parcial de sua base local.
Instrução Operacional Conjunta Senarc-SNAS/MDS nº. 02, de 31 de julho de 2007.	Divulga procedimentos operacionais para o cadastramento de idosos com 60 anos ou mais, com renda individual mensal igual ou inferior a 2 salários mínimos e sem meios de comprovação de renda, para emissão da Carteira do Idoso.
Instrução Operacional nº. 18, de 15 de maio de 2007.	Divulga auditoria realizada por meio da comparação entre as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família.

Instrução Operacional nº. 17, de 16 de abril de 2007.	Divulga procedimentos operacionais para o Cadastramento de estudantes do ensino fundamental de 9 anos no Cadastro Único de Programas Sociais.
Instrução Operacional nº. 16, de 11 de janeiro de 2007. (Reeditada em 26 de fevereiro de 2007).	Divulga procedimentos operacionais para a concessão do desconto da tarifa social de energia elétrica para unidades domiciliares com consumo médio mensal situado entre 80kWh e 220 kWh (ou o limite regional).
Instrução Operacional nº. 15, de 13 de dezembro de 2006.	Divulga aos Estados e Municípios orientações sobre os procedimentos para credenciamento de usuários ao Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família.
Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº. 01, de 14 de março de 2006.	Divulga aos municípios orientações sobre operacionalização da integração entre o Programa Bolsa família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no que se refere à inserção, no Cadastro Único, das famílias beneficiárias do PETI e famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 14, de 10 de agosto de 2006.	Divulga auditoria realizada sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 13, de 20 de abril de 2006.	Divulga os critérios utilizados para o processamento do bloqueio dos benefícios dos Programas Remanescentes com base no CADBES e orienta as Prefeituras acerca da complementação dos dados e do desbloqueio dos benefícios.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 12, de 3 de fevereiro de 2006.	Divulga aos municípios orientações sobre a repercussão automática de alterações cadastrais do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 11, de 22 de novembro de 2005.	Divulga auditoria realizada sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios dos programas de transferência de renda do Governo Federal.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 10, de 31 de agosto de 2005.	Divulga orientações e procedimentos operacionais aos municípios e esclarece sobre procedimentos utilizados pelo Governo Federal para marcação de domicílios ativos e inativos no Cadastro Único.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 9, de 05 de agosto de 2005.	Divulga instruções sobre os procedimentos operacionais necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais, orienta os gestores e técnicos sobre a designação do gestor municipal do Bolsa Família e a formalização da Instância de Controle Social do Programa, e especifica a documentação a ser anexada para fins de comprovação das medidas adotadas.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 8, de 20 de junho de 2005.	Divulga auditoria realizada sobre as folhas de pagamento dos programas de transferência de renda do Governo Federal, assim como orientação aos municípios para tratamento de casos de multiplicidade cadastral.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 7, de 20 de maio de 2005.	Divulga aos municípios instruções sobre procedimentos operacionais para o tratamento de eventuais inconsistências nos dados do Cadastro Único, publica os novos critérios de validação dos registros desse cadastro, e define orientações para análise e validação dos resultados da comparação dos dados de renda do Cadastro Único com os da Relação Anual de Informações Sociais de 2003.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 5, de 15 de fevereiro de 2005.	Divulga procedimentos operacionais aos municípios para importação de base cadastral do Cadastro Único.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 4, de 14 de fevereiro de 2005.	Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral.
Instrução Operacional SENARC/MDS nº. 1, de 19 de maio de 2004.	Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral.

ANEXO J

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) _____

Esta pesquisa é sobre o Programa Bolsa Família e está sendo desenvolvida por Maria Aparecida Finotti Oliveira, aluna do Curso de Mestrado da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Assis, sob a orientação do(a) Prof. DR. Abílio da Costa-Rosa.

A finalidade deste trabalho é ampliar os estudos sobre os programas sociais de transferência condicionada de renda, na tentativa de melhorar a assistência às pessoas que estão em situação de pobreza e que dependem deste tipo de programa para sobreviver; sobretudo, contribuir na análise das práticas desenvolvidas pela área da assistência social.

Os objetivos do estudo visam conhecer alguns beneficiários do Bolsa Família e identificar se o Bolsa Família traz melhorias às suas vidas, no caso positivo, quais são as melhorias; analisar como os beneficiários entendem as condicionalidades do PBF em seu cotidiano e qual o sentido dessas condicionalidades para os mesmos.

Para o alcance dos objetivos, solicitamos a sua colaboração para responder a entrevista (em grupo e/ou individual), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área social e publicar em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

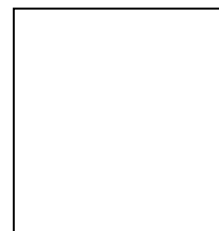
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) **não é obrigado(a)** a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo pela Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou pela equipe dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS(s).

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Testemunha



Impressão dactiloscópica

- Pesquisadora Responsável: Maria Aparecida Finotti Oliveira.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora:

Endereço (Setor de Trabalho): Rua: dos Expedicionários, 580 – Centro – Ourinhos/SP. Fone: 3302-6300 (Ramal 6320).

Atenciosamente,

Maria Aparecida Finotti Oliveira
CRESS 22.442

ANEXO K

Filmografia

- ✓ **Estamira: missão cumprida.** (2006) – Direção: Luiz Fernando Galleno.

Sinopse

O filme Estamira revela, antes de mais nada o respeito à escuta do outro, do diferente, do estranho. Estranho que, entretanto, nos é familiar de alguma forma. Como não admirar - e concordar - com a frase dita por uma doente mental crônica segundo a qual “não existem mais “inocentes”, mas sim “espertos ao contrário”?”

Em uma cidade, um estado e um país mergulhados num sufocante lixo ético, o "lixão" de Gramacho, nem tão longe da decantada "Cidade Maravilhosa", se transforma numa metáfora deprimente do estado a que chegamos. Com humor que nos atenua as dores intoleráveis, o "Barão de Itararé" assim chamava o "Estado Novo" getulista: o estado a que chegamos. Como chamar o atual estado de coisas a que chegamos?

Não nos iludimos achando que os inúmeros traumas e vicissitudes pelas quais passou a personagem real que dá título ao documentário de Marcos Prado teriam sido "a causa" de sua doença mental. Sua mãe também necessitou de tratamentos psiquiátricos. Uma tendência desfavorável já a acompanhava geneticamente. Mas sua história de vida (que o filme vai desvendando aos poucos), sua especificidade e sua subjetividade - única e irreproduzível - estão inscritas em seus delírios, alucinações e modo de estar no mundo. Nada é gratuito, tudo é revelado, desvelado ou re-escrito na forma de Dona Estamira se apresentar. Seu discurso pode chegar a formular lições de sabedoria, mas, antes de tudo, expõe sua percepção peculiar de si mesma e do mundo em que nos encontramos: delirante e sábia, confusa e cristalina, atordoante e provocadora de reflexão.

Luiz Fernando Galleno
<<http://www.cinemaemcena.com.br/estamira/blog.asp>>

✓ **Germinal** (1993) – Direção: Claude Berri.

Sinopse

O filme *germinal* caracteriza perfeitamente o processo de produção do trabalho do modelo capitalista, a expansão do chamado capital, mostrando assim de uma forma bem clara os opostos entre as necessidades humanas e as materiais. O filme se passa na França do século XIX e transmite densamente aquele determinado momento histórico e seu contexto social, econômico, político e cultural. Para obtemos uma análise satisfatória se torna necessário o conhecimento dos antecedentes da revolução industrial presentes nele. Este filme é baseado no romance de Émile Édouard Charles Antoine Zola.

Bianca Wild

<<http://recantodasletras.uol.com.br/resenhasdefilmes/416654>>

✓ **Tempos Modernos** (1936) – Direção: Charles Chaplin

Sinopse

Trata-se do último filme mudo de Chaplin, que focaliza a vida urbana nos Estados Unidos nos anos 30, imediatamente após a crise de 1929, quando a depressão atingiu toda sociedade norte-americana, levando grande parte da população ao desemprego e à fome. A figura central do filme é Carlitos, o personagem clássico de Chaplin, que ao conseguir emprego numa grande indústria, transforma-se em líder grevista conhecendo uma jovem, por quem se apaixona. O filme focaliza a vida do na sociedade industrial caracterizada pela produção com base no sistema de linha de montagem e especialização do trabalho. É uma crítica à "modernidade" e ao capitalismo representado pelo modelo de industrialização, onde o operário é engolido pelo poder do capital e perseguido por suas idéias "subversivas". Em sua Segunda parte o filme trata das desigualdades entre a vida dos pobres e das camadas mais abastadas, sem representar contudo, diferenças nas perspectivas de vida de cada grupo. Mostra ainda que a mesma sociedade capitalista que explora o proletariado, alimenta todo conforto e diversão para burguesia. Cenas como a que Carlitos e a menina órfã conversam no jardim de uma casa, ou aquela em que Carlitos e sua namorada encontram-se numa loja de departamento, ilustram bem essas questões.

Se inicialmente o lançamento do filme chegou a dar prejuízo, mais tarde tornou-se um clássico na história do cinema. Chegou a ser proibido na Alemanha de Hilter e na Itália de Mussolini por ser considerado "socialista". Aliás, nesse aspecto Chaplin foi boicotado também em seu próprio país na época do "macartismo". Juntamente com O Garoto e O Grande Ditador, Tempos Modernos está entre os filmes mais conhecidos do ator e diretor Charles Chaplin, sendo considerado um marco na história do cinema.

Historianet

<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=181>>

✓ **Lutero (2003) – Luther** (Direção: Eric Till)

Sinopse

Em 1507, Martinho Lutero é ordenado sacerdote, tornando-se monge da Ordem dos Agostinianos. Enviado à Roma, toma conhecimento das “indulgências”, uns Certificados patrocinados pelo Vaticano que, adquiridos por uma certa quantia, garantiriam a salvação eterna. De volta à Alemanha, faz o doutorado na Universidade de Wittenberg e se torna professor de teologia. Em suas aulas, ele enfatiza a importância da fé. Ganhando a proteção do príncipe Friedrich da Saxônia e do vigário-geral dos agostinianos da Alemanha, Johann Von Staupitz, em pouco tempo consegue **congregar muitos admiradores de seus sermões**.

Este filme retrata a vida de Martin Lutero carregou consigo, durante algum tempo, um extremo desejo de se tornar padre. Em 1507 chegou a Enfurt, na Alemanha para trabalhar como professor de Teologia na Universidade de Wittenberg que fora fundada pelo Príncipe Frederico III. Em sua primeira missa, Lutero obteve um desequilíbrio emocional. Na verdade, dúvidas que pairavam em sua mente, começaram a ganhar força. A partir deste momento, tais questionamentos sobre a postura da Igreja Católica começaram a incomodar os conceitos de Lutero, que acreditava na existência de um caminho “gratuito” ao amor de Cristo e da salvação: A visão de Lutero Quanto as Indulgências da Igreja Católica.

Lutero doutorado em teologia, embora tentasse, não conseguia compreender alguns dogmas da Igreja para com seus súditos. Como por exemplo, a “oferta” de indulgências aos fiéis, em torça da salvação de suas almas do purgatório. Lutero fora para Roma conhecer de perto o centro do Catolicismo. Diante de uma enorme fila para ficar de frente o crânio do João Batista, exposto no interior da Capela Sistina. Depois de ficar por um momento diante de tal imagem, Lutero envolveu-se em outra fila, diante de uma enorme escadaria, neste lugar, qualquer fiel que tivesse interesse em livrar ou amenizar seus pecados, encurtar sua passagem pelo purgatório, deveria pagar um determinado valor. O procedimento era depositar moedas na caixa dos clérigos, distribuídos em uma enorme bancada estabelecida ao lado da escadaria. Lutero encarou tal “desafio” tendo de rezar uma determinada oração a cada degrau, até o topo. Quando Lutero depositou a moeda, um clérigo lhe disse: “seu avô agora será livre do purgatório, suba e reze a cada degrau”. Quando Lutero chegou ao topo da escadaria, deparou-se com outras imagens que trariam “benefícios espirituais” para aqueles que às adquirisse.

CAA

<<http://www.65anosdecinema.pro.br/Lutero.htm>>

ANEXO L

Filmografia Complementar

- | Nº | Indicação de Filmes |
|-----|---|
| 1. | Um dia, um gato. Tchecoslováquia. 1963. Direção: Wojtwech Jasny. Duração 90 min. |
| 2. | Ilha das flores. Brasil. 1989. Direção: Jorge Furtado. Duração 13 min. |
| 3. | Segredos e Mentiras. Inglaterra/França. 1996. Direção: Mike Leigh. Duração 142 min. |
| 4. | Cidadão Kane. Estados Unidos. 1941. Direção: Orson Welles Duração 119 min. |
| 5. | 1900 – Novecento. França/Alemanha/Itália. 1976. Direção: Bernardo Bertolucci. Duração 243 min. |
| 6. | O ovo da serpente. Estados Unidos/Alemanha. 1977. Direção Ingmar Bergman. Duração: 120 min. |
| 7. | Rosa Luxemburgo. Alemanha. 1986. Direção: Margarete Von Trotta. Duração 122 min. |
| 8. | Eternamente Pagu. Brasil. 1987. Direção: Norma Bengell. Duração: 100 min. |
| 9. | Mauá, o imperador e o rei. Brasil. 1999. Direção: Sergio Resende. Duração: 158 min. |
| 10. | Assim caminha a humanidade. Estados Unidos. 1956. Direção: George Stevens. Duração: 201 min. |
| 11. | Jango. Brasil. 1984. Direção: Silvio Tendler. Duração: 117 min. |
| 12. | Memórias do cárcere. Brasil. A984. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Duração: 187 min. |
| 13. | Europa. Dinamarca. 1991. Direção: Lars Von Trier. Duração: 107 min. |
| 14. | Longe do paraíso. Estados Unidos. 2002. Direção: Todd Haynes. Duração: 107 min. |
| 15. | Olga. Brasil. 2004. Direção: Jayme Monjardim. Duração: 141 min. |
| 16. | Estado de sítio. França/Itália/Alemanha. 1973. Direção: Costa Gravas. Duração 119 min. |
| 17. | O apito da panela de pressão. Brasil. 1977. Direção: Sérgio Tufik. Documentário. |
| 18. | Eles não usam black-tie. Brasil. 1981. Direção: Leon Hirsman. Duração 134 min. |
| 19. | Cabra marcado para morrer. Brasil. 1984. Direção de Eduardo Coutinho. Duração 119 min. |
| 20. | Meu nome é Joe. Estados Unidos. 1998. Direção: Ken Loach. Duração 105 min. |
| 21. | Pão e rosas. Inglaterra. 2000. Direção: Ken Loach. Duração 110 min. |
| 22. | Os ferroviários/The Navigators. Inglaterra/Alemanha/Espanha. 2001. Duração: 96 min. |

23. **Cidades de Deus.** Brasil. 2002. Direção: Fernando Meirelles. Duração: 130 min.
24. **Invasões bárbaras.** Canadá/França. 2003. Direção: Denys Arcand. Duração: 99 min.
25. **Crianças invisíveis.** Itália. 2005. Direção: Mehdi Charef, Kátia Lund, John Woo, Emir Kusturica, Spike Lee, Ridley Scott, Jordan Scott e Stefano Veneruso. Duração 116 min.
26. **O corte.** França/Bélgica/Espanha. 2005. Direção: Costa Gravas. Duração: 122 min.
27. **O jardineiro fiel.** Estados Unidos. 2005. Direção: Fernando Meirelles. Duração: 129 min.
28. **O ódio.** França. 1995. Direção: Mathieu Kassovitz. Duração: 96 min.
29. **Como nascem os anjos.** Brasil. 1996. Direção: Murilo Sales. Duração: 96 min.
30. **Central do Brasil.** Brasil. 1998. Direção: Walter Salles. Duração: 112 min.
31. **O primeiro dia.** Brasil. Direção: Daniela Thomas e Walter Salles. Duração: 76 min.
32. **Cronicamente inviável.** Brasil. 2000. Direção: Sérgio Bianchi. Duração: 101 min.
33. **A vida secreta das palavras.** Espanha. Direção: Isabel Coixet. Duração: 120 min.
34. **As coisas simples da vida.** Japão. Direção: Edward Yang. Duração: 173 min.
35. **Crisântemos tardios.** Japão. Direção: Kenji Mizoguchi. Duração: 142 min.
36. **Desencanto.** Inglaterra. Direção: David Lean. Duração: 86 min.
37. **Eu, tu, eles.** Brasil. Direção: Andrucha Waddington. Duração: 104 min.
38. **Irina Palm.** França/Bélgica/Luxemburgo/Inglaterra/Alemanha. Direção: Sam Garbarski. Duração: 103 min.
39. **Mar adentro.** Espanha/Itália/ França. Direção: Alejandro Amenábar. Duração: 125 min.
40. **Mulheres à beira de um ataque de nervos.** Espanha. Direção: Pedro Almodóvar. Duração: 90 min.
41. **O cheiro do ralo.** Brasil. Direção: Heitor Dhalia. Duração: 112 min.
42. **O pescador de ilusões.** EUA. Direção: Terry Gilliam. Duração: 137 min.
43. **Tempo de embebedar cavalos.** Irã. Direção: Bahman Ghobadi. Duração: 80 min.

Obs.: Os filmes de nº. 01 a 32 foram indicados por Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti no livro *Política Social – Fundamentos e História*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. Esses juntamente com os demais contribuem para análises conjunturais, de contextos sociais e mudanças societárias.

ANEXO M

IMAGENS





Fonte: <paolagiusti.wordpress.com/.../29/ainda-ha-tempo/>



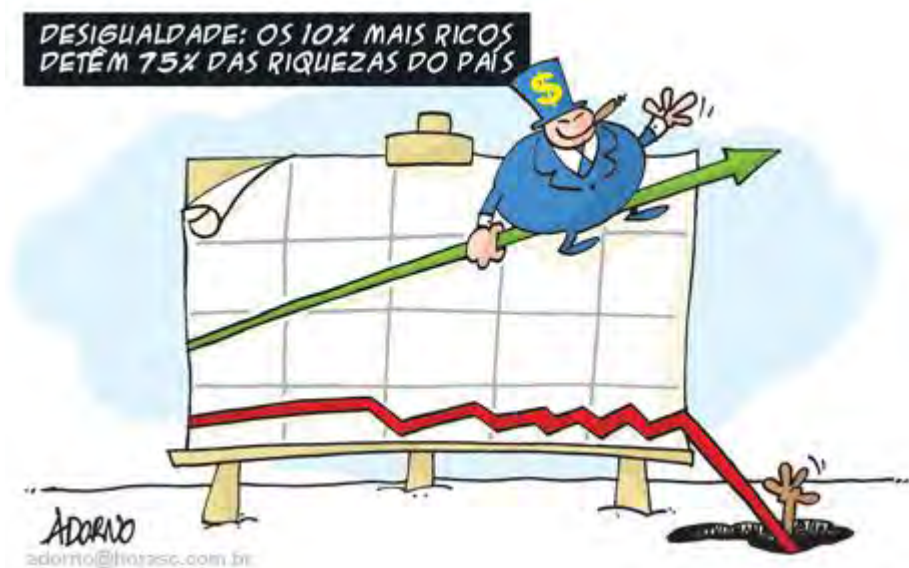
Fonte: Sebastião Salgado



Fonte: <www.sergeicartoons.com/.../politica/Pobreza.htm>



Fonte: <http://doisdedosdeprosa.files.wordpress.com/2007/10/auto_duke.jpg>



Fonte: <http://www.vetorial.net/upload/charges/1570_charge_adorno_160508.jpg>



Fonte:
<http://2.bp.blogspot.com/_h_U4SI572qs/SGDTmxzItsI/AAAAAAAAAu4/33zuoQpJu2Y/s400/desigualdade.jpg>

ANEXO N

ANIMAÇÕES

- **Corrente pra frente**

<http://www.laboratoriodedesenhos.com.br/corrente_page.htm>

- **Cotidiano – Bolsa em Família**

<<http://charges.uol.com.br/2007/09/05/cotidiano-bolsa-em-familia/>>

- **Brasileiros cantam – O meu amor**

<<http://charges.uol.com.br/2008/02/12/brasileiros-cantam-o-meu-amor/>>

ANEXO O

CHARGES



Fonte: <jefersonfilho.zip.net/arch2009-01-25_2009-01-...>



Fonte: <kalikalache.com/.../>

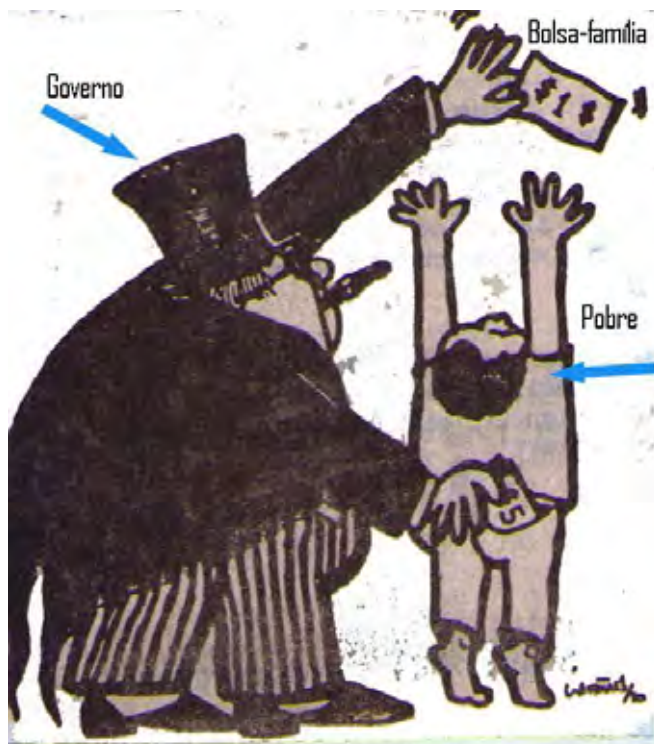


Fonte: <www.dukechargista.com.br>



Fonte: <www.humornanet.com>

<eduardoferreira.wordpress.com/.../>



A Redistribuição de Renda no Brasil

Fonte: <blogdaelisa.wordpress.com/.../>



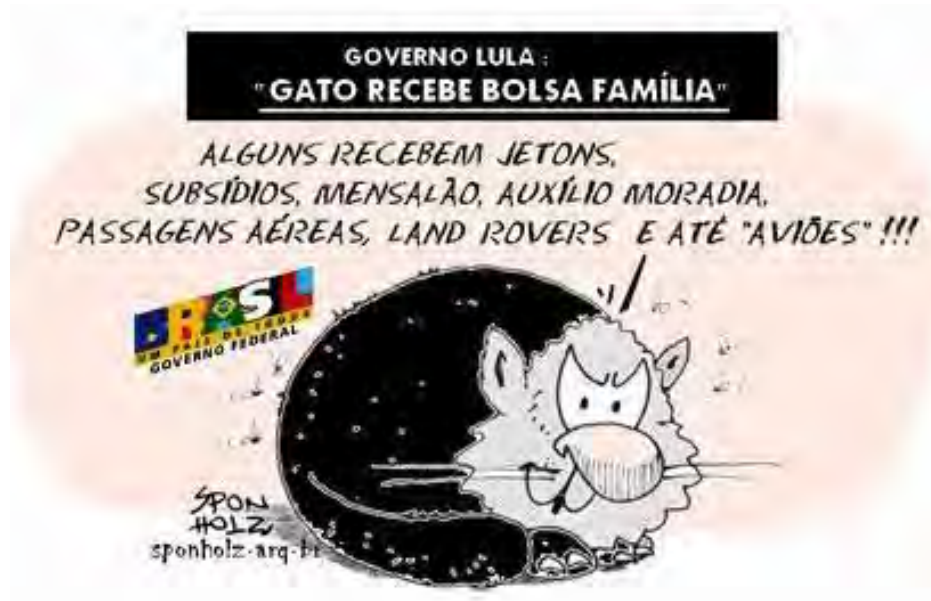
Fonte: <josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2008-...>



Fonte: <blogs.diariodepernambuco.com.br/.../?paged=30>



Fonte: <www.porem.com.br/if_humor_arqcharges.php>



Fonte: <www.gentedeopinioao.com.br/ler_noticias.php?co...>



Fonte: <<http://maryvillano.blogspot.com/2009/03/programa-bolsa-familia.html>>



Fonte: <http://www.panoramablogmario.blogger.com.br/bolsa_sponholz.JPG>



Fonte: <<http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/images/BolsaFamiliaOrlandeli3.jpg>>



(Charge de Miguel Paiva, *O Estado de S. Paulo*, 5/10/88 — ed. histórica, p. 3)

Obs.: todas as charges estão no CR-ROM em anexo.

ANEXO P

Roteiro da Pesquisa

1. Por favor, fale-me um pouco da sua vida.
2. Quando ocorreu o cadastro do Bolsa Família?
3. Quando você começou receber o benefício do Bolsa Família e quanto você recebe?
4. Como era a sua vida antes do Bolsa Família?
5. Como esta sua vida com o Bolsa Família? Houve alguma mudança? Qual?
6. Qual a sua expectativa de vida quando para o futuro?

ANEXO Q

Identidade Visual do Programa Bolsa Família



Fonte: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/banner/identidadevisual/identidade-visual-do-programa-bolsa-familia>>